

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

MILENA COSTA MASCARENHAS

**POEIRA X UNICON: CONFRONTOS E CONTRAPONTO
ENTRE EXPROPRIADOS E ITAIPU**

Marechal Cândido Rondon

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

MILENA COSTA MASCARENHAS

**POEIRA X UNICON: CONFRONTOS E CONTRAPONTO ENTRE
EXPROPRIADOS E ITAIPU**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em História, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Área de Concentração em História, Poder e Práticas Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Linha de Pesquisa: Estado e Poder.

Orientação: Prof. Dr. Paulo José Koling.

Marechal Cândido Rondon

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

MILENA COSTA MASCARENHAS

**POEIRA X UNICON: CONFRONTOS E CONTRAPONTO
ENTRE EXPROPRIADOS E ITAIPU**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Oeste do Paraná.

Marechal Cândido Rondon, ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

À oportunidade de realizar o Curso de Mestrado em História na UNIOESTE de maneira pública e gratuita. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História: Prof. Dr. Paulo José Koling, Prof. Dr^a. Carla Luciana Silva, Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, Prof. Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi e a professora convidada pelo programa Prof. Dr^a. Sônia Regina Mendonça que muito contribuíram ao compartilharem seus conhecimentos.

Em especial, ao Prof. Dr. Paulo José Koling, meu orientador, por ter ampliado a visão na pesquisa com indicações bibliográficas e debates acerca do tema, agradeço pela enorme paciência e dedicação nas orientações da pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Maria Ligia Prado e ao Prof. Dr. David Félix Schreiner por aceitarem compor a banca examinadora da qualificação, contribuindo com excelentes sugestões, apontamentos e críticas.

Aos colegas do mestrado que muito contribuíram com discussões, debates e *feedbacks* ampliando a compreensão da minha própria pesquisa e as amigas constituídas. Ao colega German Sterling pela companhia nas inúmeras viagens à Marechal Cândido Rondon.

Aos queridos familiares e amigos que me incentivaram e estiveram presentes na constituição dessa jornada sabendo respeitar as ausências pacientemente nas inúmeras horas de estudo e escrita.

Agradeço as professoras Dr^a. Carla Luciana Silva e novamente a Dr^a. Maria Ligia Prado por participarem da minha banca de defesa final e por suas apreciações.

Ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), de Curitiba e à Comissão Pastoral da Terra – Nacional, de Goiânia, que disponibilizou o acesso aos exemplares do *Poeira* para a pesquisa. Aos funcionários da Biblioteca do PTI que gentilmente autorizaram e fizeram às cópias de todos os UNICONS viabilizando a para pesquisa.

Por último, gostaria de agradecer ao meu marido Guilherme Kunz pelo exemplo e pela convivência prazerosa proporcionando um suporte singular em todos os momentos.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a temática social dos expropriados da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional, construída no Rio Paraná, localizado na região Oeste do Paraná, durante o período da ditadura militar entre os anos de 1975 e 1984. A pesquisa teve como objeto e fonte central a análise de dois periódicos, o informativo *Unicon*, o primeiro jornal da Itaipu, criado em 1978, e o boletim *Poeira*, criado no mesmo ano, produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/PR), e o objetivo de destacar os confrontos e contrapontos que seus sujeitos produziram no processo. Pretendeu-se identificar os projetos sociais presentes nesses dois periódicos, o *Unicon* como porta-voz oficial da Itaipu, que visava tornar-se hegemônico ao construir um consenso através do discurso que propagava a imagem do Brasil como país forte e do futuro, rico em recursos naturais, e convidava os brasileiros a contribuir para este crescimento e progresso, justificando os sacrifícios que a obra trazia. O boletim *Poeira*, com um discurso e prática contra-hegemônica ao bloco Governo-Itaipu, que contestava e denunciava as ações da Itaipu, sendo o principal instrumento dos expropriados. Enquanto meio pedagógico, através dos *Poeiras*, a CPT/PR e o Movimento Justiça e Terra compartilhavam experiências, elaboravam concepções, denunciavam as pressões sofridas pelo movimento e os expropriados praticadas pela Itaipu. Nessa mobilização propuseram um projeto de ação para o movimento dos atingidos, visando garantir mais justiça nas indenizações e minimizar prejuízos sócio-culturais.

Palavras-chave: Itaipu; Unicon; Poeira.

ABSTRACT

Poeira x Unicon: Confrontations and Counterpoints between expropriated and Itaipu

This research worked with the theme of Itaipu hydroelectric plant construction, in western Parana, built during the period of military dictatorship between 1975 and 1984. The research aimed to analyze the public speech through information *Unicon*, the first newspaper in Itaipu created in 1978 and confront it with the newsletter *Poeira*, created in the same year, produced by the Pastoral Land Commission. We attempted to identify the projects delivered by these two devices: the *Unicon* as official spokesman that Itaipu used to build a hegemonic consensus through a speech that propagated the image of Brazil as a strong country, a country of the future, rich in natural resources and urged Brazilians to contribute to its growth, justifying the sacrifices that featured work; and newsletter *Poeira* with a counter-hegemonic discourse that contested and denounced Itaipu's actions, becoming the main instrument the expropriated had to share their experiences, develop views, denounce the pressures faced by Itaipu and from those proposed action project for the movement of those affected.

Keywords: Itaipu; Unicon; Poeira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Capa da cartilha <i>O Mausoléu do Faraó</i> – 1978	23
2. Primeira edição <i>A Taipa da Injustiça</i> de 1980	25
3. Localização da área em estudo	54
4. Comparativo do número de habitantes entre regiões e municípios	58
5. Foto aérea da Vila C em Foz do Iguaçu/PR	60
6. Vista aérea da usina hidrelétrica de Itaipu	61
7. Capa do Boletim Poeira nº. 1	75
8. Expulsão do homem no campo	77
9. Grupos de estudo da Bíblia	80
10. Reunião dos agricultores com os representantes da Itaipu	83
11. Povo unido é povo temido!	85
12. Dilúvio acabando com o agricultor	86
13. Capa do Boletim Poeira nº. 5	88
14. Picaretas	91
15. A união faz a força	96
16. Repressão ao Movimento Justiça e Terra	104
17. Passeata em Foz do Iguaçu	106
18. Yajhá 1º de Outubro!	118
19. Concreto: A meta dos 100.000 m ³ mensais foi antecipada em um mês	119
20. Zé & Pica-Pau em <i>A Escada</i>	121
21. Zé & Pica-Pau em <i>O Martelo</i>	122

LISTA DE TABELAS

1. Número de habitantes no Brasil e regiões entre 1970 e 2000	57
2. Percentual de crescimento do número de habitantes no Brasil e Regiões entre 1970 e 2000	57
3. Total da área alagada e valores dos <i>royalties</i> repassados aos municípios limieiros atuais	63
4. Quantidade de assuntos noticiados nos <i>Poeiras</i> de 1978 a 1985	77
5. Boletim Poeira – Autores dos editoriais	78
6. Acidentes de trabalho na Usina de Itaipu	124
7. Porcentagem de acidentes fatais	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
ANDE	Administración Nacional de Eletricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CBPO	Companhia Brasileira de Projetos e Obras
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPJP	Comissão Pontifícia de Justiça e Paz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECOMIPA	Empresa Construtora Minera Paraguaya S.A.
ELC	Eletoconsult SpA
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ESG	Escola Superior de Guerra
FETAEP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
FIP	Força Interamericana de Paz
GCAP	Grupo Consultor Alto Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IECO	International Engineering Company Inc.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
ITC	Instituto de Terras e Cartografia
MARIPÁ	Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S/A
MASTRO	Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste Paranaense
MJT	Movimento Justiça e Terra
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MONDIG	Monitoramento e Diagnóstico das Unidades Geradoras
MST	Movimento dos sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SCADA	Supervisão, Controle e Aquisição de Dados

SENAI
STR
UNESCO
UNICON

Centro Nacional de Aprendizagem Industrial
Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
União das Construtoras Limitada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: LEVANTANDO POEIRA...	9
CAPÍTULO I: ITAIPU NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO	13
1.1. Visões sobre a Itaipu	13
1.2. Ações dos próprios atingidos	22
1.3. Atingidos e a luta pela terra	26
1.4. Cenários de Foz do Iguaçu.....	35
CAPÍTULO II: ITAIPU: QUEM É QUEM	41
2.1. Contexto histórico	41
2.2. A Ata de Iguaçu e Comissão Mista Técnica	43
2.3. Tratado de Itaipu	45
2.4. Natureza jurídica da Itaipu	48
2.5. Histórico de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu	50
2.6. Infraestrutura em Foz do Iguaçu	53
2.7. Reocupação recente do oeste paranaense e a desapropriação da Itaipu.....	64
CAPÍTULO III: POEIRA X UNICON: CONFRONTOS E CONTRAPONOTOS	69
3.1. Teologia da Libertação e a Comissão Pastoral da Terra	69
3.2. Poeira: no lugar das águas.....	73
3.3. A Luta dos expropriados no Boletim Poeira	82
3.4. Informativo Unicon: o/no lugar do concreto e do ferro	106
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO LEVANTANDO POEIRA...

Durante o período da ditadura, civil-militar, foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, no leito do Rio Paraná entre a região do município de Foz do Iguaçu, no Brasil, e o município de Puerto Stroessner, hoje Ciudad de Leste, no Paraguai, entre os anos de 1975 e 1984. O projeto tinha a finalidade de construir uma grande unidade de geração de energia elétrica e seu propósito assentava-se, do ponto de vista da afirmação e aceitação social, no discurso do “milagre econômico” de transformar o Brasil em um “país potência”, legitimando, desta forma, aquela política nacional. O processo que envolveu a construção da Itaipu Binacional teve um grande significado histórico e produziu importantes transformações sociais e ambientais no Oeste do Paraná.

Ao falar da Itaipu, estamos nos referindo às práticas de homens, empresas, empreiteiras, instituições e Estado, e não de uma binacional superpoderosa, inatingível e sobrenatural (com se fosse um mausoléu do Faraó). Tratamos de pessoas, grupos sociais e classes, de governos/governantes e de projetos, enfim, de sujeitos sociais com nome e endereço para no aproximarmos do chão da história.

Neste estudo, pretendemos situar e identificar quem foram os sujeitos/atores envolvidos no processo de construção da Usina. Neste caminho de aproximação com os sujeitos, Adam Schaff propôs um ponto de partida que merece destaque: “não se parte do que dizem e imaginam os homens, nem dos homens pensados e imaginados [...] parte-se dos homens ativos, reais e apresenta-se, tendo por base o seu processo vital real, o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e ecos deste processo vital” (SCHAFF, 1967, p. 55).

Assim, consideramos que esta pesquisa, enquanto escrita sobre a história, deve ser orientada pelos anseios e problemáticas vividas pelos expropriados e executores da hidrelétrica, e a compreensão de que entre ambos estabeleceram-se confrontos e contrapontos.

Para Boris Fausto (2003, p. 465), a ditadura civil-militar no Brasil foi imposta a partir do golpe de Estado de 31 de março de 1964, com o objetivo auto declarado de restaurar a democracia e livrar o país da corrupção e da influência comunista. Todavia, não só acabou

com a democracia representativa como também instaurou práticas de repressão, censura, prisões e torturas.

Para que esse regime permanecesse exercendo seu poder, além da forte repressão, também foi construída uma hegemonia ideológica empreendida pelos militares em aliança com os setores civis que se apoderaram do aparelho estatal após o golpe, conquistando um significativo apoio entre amplos setores das camadas sociais “médias” e mesmo das classes trabalhadoras. Isto foi alcançado através dos discursos em defesa do progresso, de desenvolvimento e da modernização do país.

A construção da Itaipu Binacional esteve inserida neste contexto. Este projeto sequer foi discutido com a “massa da população” que seria atingida, pois foi um projeto gestado em gabinetes dos governos nacionais, em especial dos dois países envolvidos – Brasil e Paraguai. Somente no lado da fronteira brasileira, atingiu cerca de 40 mil habitantes entre eles proprietários de terra, posseiros, arrendatários, indígenas, comerciantes, entre tantos outros. Foram obrigados, de diferentes formas, a deixar suas terras. Essas terras acabaram sendo, de fato, desabitadas, mas não sem luta, não sem antes os atingidos terem organizado um movimento reivindicatório, de denúncia das injustiças praticadas pela Itaipu nas desapropriações (forma e valor das indenizações), que divulgou esta face do processo para o país e o mundo, ao mesmo tempo em que mobilizava e pressionava os “faraós e seus arquitetos”.

Os expropriados criaram, principalmente através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um movimento social de resistência e reivindicação, que incluiu a produção de materiais de formação e comunicação, dentre os quais se destacam o *Boletim Poeira* e cartilhas/livros populares – *O Mausoléu do Faraó e A Taipa de Injustiça* –, nos quais socializavam as ações, as discussões e denunciavam as injustiças realizadas pela Itaipu.

No mesmo ano de 1978, as empresas do consórcio de Construtoras da Usina da Itaipu Binacional, a União das Construtoras (UNICON), criaram o Informativo *Unicon*¹, com o objetivo de reforçar sua marca, seus projetos, exaltar suas políticas e a capacidade de engenharia das Construtoras, e a própria “obra-prima”.

¹ Considerando que o consórcio das empreiteiras, no lado brasileiro, foi denominado pela abreviatura UNICON e que o Informativo *Unicon* era um expediente de comunicação social do consórcio, para orientar a leitura do texto diferenciamos os termos nesses formatos (UNICON para o consórcio; *Unicon* para o informativo).

O recorte histórico realizado de 1978 a 1983 corresponde ao período de elaboração e divulgação dos primeiros exemplares que deram início ao Boletim *Poeira* e ao Informativo *Unicon* até a conclusão das obras no canteiro da usina e a formação do lago.

De um lado, encontravam-se os expropriados pela Itaipu que lutavam por justiça nas indenizações (terras, estabelecimentos, benfeitorias, investimentos em infraestrutura e lucros cessantes etc.); do outro, o bloco Itaipu Binacional (principalmente o poder executivo do governo, as construtoras e o aparato militar do Estado) com seus interesses. As diferenças tinham caráter de confrontos (práticas de efetivação dos projetos e resistências) e de contrapontos (construção de legalidade e/ou legitimidade dos projetos) que foram tecidos nas lutas sociais realizadas, principalmente no período de 1975 a 1982.

O ano de 1978 foi marcante, pois, além de coincidir com a realização do desvio do leito do Rio Paraná, que passou a correr no canal do canteiro de obras da usina, também registrou as primeiras articulações coletivas mais incisivas dos atingidos/expropriados e de seus apoiadores (CPT/Movimento Justiça e Terra) e a publicação das duas fontes selecionadas: o Boletim *Poeira* e o Informativo *Unicon*. Os dois instrumentos de propaganda e organização foram pensados não só para noticiar o que acontecia, mas também educar e organizar seus leitores diante do caso: os atingidos e a construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional e seus impactos.

Ambos os instrumentos representavam projetos específicos e envolviam um universo de atores, de relações e de práxis. Deste modo, o objetivo desta pesquisa é confrontar esses dois canais de comunicação, o que significa estabelecer uma comparação para compreender os interesses e as ideias publicadas em cada um durante o período delimitado e fazer uma análise das informações apresentadas, principalmente àquelas relacionadas aos enfrentamentos e defesa das posições e projetos.

O Boletim *Poeira*, criado pela CPT do Paraná, foi a voz de um coletivo de atingidos e de seus apoiadores. Da mesma forma, o Informativo *Unicon* tinha o objetivo de “cobrir” todos os setores que envolviam o Consórcio das Construtoras (tratar da engenharia, da assistência social aos empregados, do “pão e circo” – a exemplo dos shows com as “Frenéticas” e campeonatos esportivos –, afirmar a megalomania e as “preocupações ambientalistas” da operação “pega-bicho”).

A partir do levantamento de fontes, foi possível localizar e iniciar a leitura de um expressivo material bibliográfico, tais como trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), livros, artigos em periódicos, documentos e relatórios relacionados à construção da Itaipu. Entretanto, como indicado no título, duas fontes foram selecionadas como prioritárias:

o Boletim *Poeira* (disponível na sede da CPT Nacional, em Goiânia/GO, na CPT Regional do Paraná, em Curitiba/PR e no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA) e o Informativo *Unicon* (disponível na Biblioteca da Itaipu).

Ao realizar o levantamento bibliográfico, percebemos que os trabalhos analisaram a construção da Itaipu sob diversos aspectos (contexto histórico, progresso, ditadura militar, atingidos, impactos sociais, transformações em Foz do Iguaçu, relações Brasil-Paraguai-Argentina, movimentos sociais no campo, ilhéus e indígenas). Certas fontes que marcaram o registro destas lutas e projetos, como o Boletim *Poeira* e o Informativo *Unicon*, são citadas ou relacionadas em meio às demais referências ou materiais produzidos por sujeitos sociais envolvidos, no caso, a CPT/Movimento Justiça e Terra e a Itaipu/Construtoras, porém não localizamos um estudo que focasse e/ou recuperasse estas fontes, tão emblemáticas dos confrontos e contrapontos. Neste sentido, a motivação deste trabalho está no propósito de revisar este processo e visitar estas duas fontes primárias.

O objetivo deste trabalho é o de estabelecer os confrontos e os contrapontos realizados entre os atingidos e a Itaipu, através dos *Boletins Poeira* e dos Informativos *Unicon*, para a análise dessa experiência de luta pela terra ocorrida no Oeste do Paraná.

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo da pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico de obras e/ou pesquisas que marcaram as abordagens sobre a história dos expropriados e das ações da Itaipu Binacional. No Capítulo 1 “*Itaipu no debate histórico-historiográfico*” apresentamos uma revisão bibliográfica sobre o que já foi escrito sobre alguns temas/sujeitos marcantes desta história e as abordagens que apresentaram do processo de construção da hidrelétrica e seus impactos socioambientais.

Dando sequência, no Capítulo 2 “*Itaipu: quem é quem...*” foi descrito a história da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu com a problemática mundial da crise do petróleo (crise energética) e o contexto nacional da ditadura militar que tinha o lema “segurança e desenvolvimento” para o crescimento do Brasil. Nesse capítulo a abordagem também apresenta algumas transformações produzidas pela e a partir da obra na região e seu entorno, como o aumento populacional no município de Foz do Iguaçu e as desapropriações de moradores nas áreas que seriam atingidas pelo lago, bem como a trajetória da reocupação realizada na região no período pós-1945.

Finalizando a discussão da pesquisa, no Capítulo 3, apresentamos os confrontos e contrapontos que ocorreram entre os expropriados e a Itaipu, tendo por referência dois instrumentos porta-vozes: o Boletim *Poeira*, criado em 1978, produzido pela CPT/PR, que instrumentalizava a luta e a resistência dos atingidos; e o Informativo *Unicon*, criado em

1978, primeiro jornal das empreiteiras da Itaipu, que apresentava as ações e o discurso oficial da Itaipu, do Estado e das construtoras. Pretendemos analisar os contrapontos produzidos por estes dois aparelhos privados de hegemonia, produzidos e divulgados a partir dos confrontos, ou melhor, o(s) *Poeira*(s) e o(s) *Unicon*(s) eram ao mesmo tempo contrapontos e confrontos. O *Unicon*, como porta-voz das Construtoras/Itaipu, elaborava um discurso do progresso e do desenvolvimento nacional, fomentava um consenso na sociedade em favor da imperiosidade da “maior usina hidrelétrica do mundo”. O *Poeira*, com discurso e ações contra-hegemônicas, contestava e denunciava as injustiças da Itaipu e seus “faraós”.

CAPÍTULO I: ITAIPU NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

O tema envolvendo a Hidrelétrica de Itaipu foi vastamente pesquisado por diferentes autores com diferentes enfoques, versões e problemáticas, ora abordando a visão da Itaipu e do governo, ora abordando a visão dos expropriados produzidos pelos próprios sujeitos. Procuramos a partir de uma sistematização, discutir os diferentes enfoques elaborados pelos pesquisadores, assim como as limitações, posições e silêncios encontrados nestas fontes e autores. O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão bibliográfica, apresentar o que já foi escrito e suas versões relacionadas ao processo de construção da hidrelétrica e seus impactos.

Para fins didáticos, dividimos este capítulo em quatro tópicos, nos quais são agrupadas as pesquisas de acordo com as abordagens que foram dadas e de acordo com os sujeitos que as produziram.

1.1 - VISÕES SOBRE A ITAIPU

Neste tópico agrupamos estudos e pesquisas com o objetivo de compreender os diversos aspectos que giram em torno da construção, da considerada “maior hidrelétrica do mundo”. Para isso, os autores citados tentam compreender os aspectos em torno da construção da usina desde as implicações na relação internacional com os demais países vizinhos, o direito internacional, permeando as negociações, até a análise do resultado da usina para os dois países.

Uma das primeiras obras escritas sobre a Itaipu, data do ano de 1974, de autoria de Osny Duarte Pereira, graduado em Direito em 1933 pela Universidade Federal do Paraná. Entre seus trabalhos destaca-se o do *Direito Florestal Brasileiro*, sendo a primeira obra

jurídica na América sobre o assunto. *Itaipu – Prós e Contras*, que tem como subtítulo "breve análise da história das relações entre Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil e ensaio político-jurídico sobre o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná" (1973), é uma obra exaustiva de 367 páginas, sobre os antecedentes da construção da Itaipu. A intenção do autor foi a de levantar dados para analisar os prós e os contras da construção da usina. Essa obra foi lançada no mesmo ano da instalação oficial da empresa binacional.

Neste livro, Osny iniciou sua análise afirmando que sempre que houve racionamento de eletricidade no Brasil, ocorreram modificações importantes no governo federal e nas decisões adotadas em matéria de investimentos estratégicos. Desta forma, o autor demonstrou alguns fatos na história para embasar sua afirmação e mostrar a relevância do planejamento na produção de energia. A energia das usinas hidrelétricas ainda era, segundo o autor, a melhor alternativa, em se tratando de poluir menos do que as termelétricas, ou usinas nucleares, ainda mais, se for levado em consideração que o Brasil tem um parque de indústrias especializadas nesse setor e experiência dos engenheiros brasileiros em construir barragens.

É possível identificar o posicionamento do autor ao ver sua crítica às pessoas que eram contra o desenvolvimento e a industrialização, ou seja, contra a instalação de usinas hidrelétricas. Segundo Osny, “[...] A industrialização e o desenvolvimento fazem crescer a classe operária, elevam os salários, despertam necessidades, encarecem e dificultam a exploração colonial dos recursos naturais.” (PEREIRA, 1974, p. 9). Diante do impasse entre os que não se definiram em relação à construção da usina de Itaipu, Osny Pereira oferece um estudo de uma série de aspectos em torno da construção da usina.

Nessa obra Osny Pereira trata, predominantemente, do aspecto político da instalação da hidrelétrica, iniciando seus estudos nos aspectos jurídicos, através das normas do Direito Internacional com relação à Argentina, considerada pelo autor o mais importante parceiro no aproveitamento da Bacia do Rio da Prata.

[...] quando precisamos utilizar o potencial elétrico de um rio internacional, cumpre-nos conhecer as características, as aspirações e o comportamento dos governos e dos povos interessados nele, do mesmo modo como quando procuramos construir encanamentos, desvios e barragens em propriedades privadas. Sempre, antes, conversamos com nossos confrontantes, verificamos seus hábitos, sua probidade, para evitar aborrecimentos posteriores, discórdias e fracassos em nossos empreendimentos. Sabemos que, em conflito com vizinhos, obras desse gênero correm riscos sérios e, por vezes, totais. (PEREIRA, 1974, p. 14)

Osny mapeou as questões dos desentendimentos que levaram às divergências no aproveitamento da Bacia do Prata, fazendo uma retrospectiva histórica desde o período de

colonização da Espanha e Portugal com a América Latina e Brasil respectivamente, até fatos relacionados com a revolução cubana e o endurecimento da vigilância pelo governo estadunidense na América Latina, com a consolidação da Força Interamericana de Paz (FIP), um exército permanente que prestasse auxílio a qualquer governo latino-americano, ameaçado por movimentos internos.

O Brasil, segundo o autor, que esperava dividir a liderança da América Latina com a Argentina, deparou-se com a resistência desta última, já que não acreditavam que a liderança pudesse ser dividida, em função da superioridade do Brasil, “[...] as resistências argentinas à constituição da FIP levaram o Governo brasileiro a dar continuidade ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, como instrumento de barganha ou de represália” (PEREIRA, 1974, p. 37). Assim, o Brasil passou a dividir o potencial hidráulico somente com o Paraguai, excluindo os demais países da Bacia do Prata.

Osny Pereira expôs a trajetória política do Paraguai e a relação com o Brasil, juntamente com a disputa da Argentina pelo domínio do país:

[...] um Paraguai dividido por profundas divergências internas e das quais a Argentina poderia eventualmente se servir para enfraquecer e até destituir Stroessner, colocando por terra quaisquer projetos de energia. Vamos agora assistir o Brasil lutar, dando o possível e o impossível a Stroessner para que aceite lançar-se a constituir uma barragem que seria a maior do mundo, sem ouvir a Argentina que, como observamos, dispõe de condições fáceis de alijá-lo do poder, simplesmente possibilitando a oposição paraguaia, residente em seu território, entrar, em seu próprio país, sob o fundamento de libertá-lo de um regime ditatorial e “entreguista” (PEREIRA, 1974, p. 49 e 50).

O autor apresenta um histórico do levantamento dos estudos pelo aproveitamento do Rio Paraná, desde os primeiros relatórios realizados em 1961, até as primeiras tratativas entre Brasil e Paraguai, além do histórico e os bastidores da assinatura da Ata de Iguazu, e alguns aspectos do Direito Internacional. No caso deste último item, esses aspectos dizem respeito, novamente, às relações entre Argentina e Brasil sobre o Tratado da Bacia do Prata. O autor também discute o Tratado da Itaipu e concluiu afirmando que a construção de Itaipu não é um problema jurídico, mas essencialmente político.

As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata, publicado em 1989 por Christian Caubet, trata predominantemente do direito internacional fluvial, ou seja, desde os problemas de delimitação de fronteira até o conjunto diversificado dos usos das águas de um curso de água internacional. O autor francês, naturalizado brasileiro, formado em Direito, dedicou-se a compreender, primeiramente, os dados

geográficos da Bacia do Prata e as características históricas do direito fluvial geral para apreender as condições do problema em nível regional.

O sistema hidrográfico da Bacia do Prata subdivide-se em três unidades, entre elas encontra-se o Rio Paraná que recobre o território brasileiro, argentino e paraguaio. Em 1960, quando o Brasil resolveu explorar a energia hidrelétrica do Salto das Sete Quedas (Rio Paraná) com o objetivo, segundo Caubet, de assegurar as bases energéticas de seu crescimento industrial, a consequência inevitável desta decisão seria acrescentar um uso do rio, com a produção de energia, em detrimento do seu primeiro uso que era a navegação, para isso, necessitava-se definir normas que fossem aplicáveis a todos.

A decisão brasileira de construir a barragem de Itaipu provocou uma reação de repúdio e desconfiança da Argentina, primeiro porque Buenos Aires era a principal beneficiária econômica do rio, com a navegação e depois porque a Argentina já vinha estudando a possibilidade de construir uma hidrelétrica no rio Paraná, ficando impedida pelos projetos brasileiros. Com o tempo, segundo o autor, conseguiram harmonizar seus interesses concluindo vários acordos para regular as questões levantadas pelo aproveitamento hidrelétrico em curso ou de outros projetos futuros.

O livro é uma boa referência para entender as questões jurídicas internacionais em relação ao problema da harmonização de uma utilização nova das águas (energético) com outra, mais antiga (navegação), e de importância econômica.

Os principais temas que têm relação com a problemática energética, econômica e financeira em torno da Itaipu do lado paraguaio foi abordado por Ricardo Canese, em 1990, através de *La problemática de Itaipu: Análisis de las cuestiones financieras, económicas y energéticas*. Canese era engenheiro e assessor da CUT paraguaia e realizou no seu livro uma série de críticas e denúncias com relação à Itaipu. Para isso, destacou a importância da usina para o país, pois a mesma representaria a principal empresa pública do país e a principal riqueza natural do Paraguai, sendo que o faturamento anual da usina, correspondente ao seu percentual, seria superior ao total de suas exportações. Na crítica que o autor fez à Itaipu, trata, inicialmente, da questão da entidade binacional e o setor público, pois sendo esta empresa binacional, suas ações não estão incorporadas no setor público, podendo apresentar certas irregularidades não visíveis. Segundo o autor, a considerável receita que entrou no país não foi bem aproveitada pelo governo de Stroessner que, ao invés de fazer investimentos produtivos, usou a maior parte à especulação imobiliária. E, ao mesmo tempo em que foi reduzida a renda na década de 1980 para a construção da Usina, cresceu abruptamente o endividamento externo do Paraguai. O autor denunciou o não pagamento dos *royalties* e da

compensação financeira do Brasil para o Paraguai de 1986 a 1989, período da pesquisa, o que significou uma violação ao Tratado da Itaipu, assim como a venda do excedente para o Brasil a uma tarifa subsidiada. O autor chamou a atenção da responsabilidade das autoridades paraguaias para o estudo da problemática da Itaipu com o objetivo de atender aos interesses nacionais, pois a Usina podia transformar-se num poderoso instrumento de desenvolvimento para o país.

Ricardo Canese também é o autor de um dos ensaios do livro *Itaipu: geopolítica e corrupção* (1991), editado pelo Projeto Dívida Externa, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). O livro traz dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que comprovam que os títulos que deram origem à dívida externa durante a ditadura militar (90% do total) eram ilegais e inconstitucionais. A corrupção mais flagrante teria sido a construção da hidrelétrica de Itaipu, a começar pelos juros altos que indicam que o financiamento esteve a cargo de bancos privados internacionais, deixando a pergunta do por que não foi financiado pelo Banco Mundial com taxas mais baixas e prazos mais longos. Os autores Canese e Paulo Schilling questionam também sobre as concorrências relativas à construção do conjunto da usina. Canese escreveu sobre a “Itaipu e as relações paraguaio-brasileiras: uma visão desde a perspectiva paraguaia” um texto de denúncia contra o Brasil e a submissão dos paraguaios aos interesses brasileiros, principalmente em relação ao Tratado de Itaipu, assinado em 1973, que desconsiderou o que já havia sido acordado na Ata de Iguazu, em 1966, no que dizia respeito ao “preço justo pelo excedente elétrico a ser vendido ao Brasil e a possibilidade de vender energia a terceiros” (CANESE, 1991, p. 40). O autor denunciou ainda o não cumprimento do Tratado de Itaipu em três pontos principais: entregar ao Brasil energia elétrica subsidiada; os *royalties* e a compensação que não são pagos mensalmente, e, por último, o fato do Brasil ter deixado potência instalada sem contratar, ou seja, o Brasil quando possuía excesso de energia, deixava duas a três máquinas paradas, sem pagar nada por elas. Conclui o ensaio a favor da revisão do Tratado de Itaipu, pois beneficiaria não somente o Paraguai, mas toda a região com menores custos do serviço de eletricidade.

O segundo autor do livro *Itaipu: geopolítica e corrupção* foi Paulo R. Schilling, jornalista e assessor do Projeto Dívida Externa do CEDI, que escreveu o ensaio: “O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento”, no qual constata a comemoração, por parte das classes dominantes da América e da Europa, aos cinco séculos de violência, opressão e degradação do meio ambiente sobre os latino-americanos e caribenhos, desde a descoberta do novo continente.

A partir daí o autor faz uma retrospectiva desde a matança dos nativos da América, a escravidão dos africanos, a depredação do meio ambiente com a implantação das monoculturas até iniciar a discussão da política das hidrelétricas no Brasil. Segundo Schilling, o Brasil foi o país que mais se desenvolveu economicamente no período de 1955\80, passando de 49º lugar para o 8º entre os países capitalistas. Entretanto, os índices sociais continuavam no 50º lugar, o que significava que o crescimento econômico beneficiou somente uma minoria privilegiada.

O autor expôs também o caráter imperialista assumida pelo Brasil em relação ao Paraguai, “A opção por Itaipu foi uma típica manobra geopolítica com objetivos claros: satelizar o Paraguai e prejudicar o desenvolvimento argentino” (SCHILLING, 1991, p. 23). O problema da Itaipu, segue o autor, seria essencialmente político, enquadrando-se na estratégia elaborada pelos geopolíticos da Escola Superior de Guerra (ESG)² que procuravam, através de suas políticas, estabelecer a hegemonia sobre os países na região. Schilling comenta das dificuldades de se manter uma harmonia entre Brasil e Paraguai, fato que inevitavelmente levaria ao surgimento de contradições entre um país imperialista e um povo explorado e colonizado. Por fim, o autor fez algumas interrogações em relação aos impactos ambientais ocasionados pela obra.

Para contrapor a posição dos autores acima, de que a Itaipu foi um projeto imperialista do Brasil e o Paraguai era um país colonizado e explorado, o autor Wagner Enis Weber escreveu o livro *Itaipu e o Paraguai: o renascer de uma nação* (2008), no qual defende o posicionamento de que o Paraguai foi um dos países que mais cresceu na América Latina em função da construção da Itaipu no pós 1973.

Após cem anos de revoluções e guerras sangrentas, chega a 1970 como um dos países mais atrasados econômico e socialmente na América Latina, após haver sido um dos mais adiantados. (WEBER, 2008, p. 16)

Em 1973, o PIB guarani correspondia a cerca de um bilhão de dólares, o que significava que a construção de Itaipu equivalia a dois anos da produção econômica! (WEBER, 2008, p. 28)

Em 1984, no ápice da crise, o Paraguai tinha os melhores índices macroeconômicos da América Latina, e entre os melhores do mundo (WEBER, 2008, p. 34).

² A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, era um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destinava-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento (Dados: www.esg.br).

O autor alerta para não confundir crescimento econômico com desenvolvimento, pois este último estaria relacionado à geração e uso do conhecimento, o que na opinião do autor, a riqueza gerada pela construção da Itaipu não foi bem aproveitada pelo país, pois persistiram inúmeros problemas estruturais, justamente pela falta de investimento em conhecimento.

A tese principal da pesquisa de Weber era demonstrar o processo de contribuição da Itaipu ao crescimento paraguaio, para isso, fez uma comparação entre o Paraguai e os demais países da América Latina. O autor comparou, através de dados do Banco Mundial, a década de 1970, no qual o Paraguai teve o segundo maior crescimento econômico da América Latina, ficando atrás somente do Equador e no *ranking* mundial ficou em oitavo lugar, com uma taxa de 8,50% (WEBER, 2008, p. 31). Um dos motivos para esse crescimento significativo foi o alto fluxo de dólares da Itaipu, ajudando o país a se capitalizar. Enquanto a América Latina sofria com a dívida externa, com a hiperinflação e recessão, em 1984, segundo dados gerais do Banco Mundial que o autor utilizou, o Paraguai completava um período de onze anos de crescimento médio de 7,5% anual, o maior do continente e o 7º maior do mundo no período (WEBER, 2008, p. 39). É importante destacar que dados do Banco Mundial são questionáveis.

Segundo Weber, o “atraso” na redemocratização paraguaia, ocorrida em 1989, após 35 anos de ditadura, deveu-se, justamente, pelo fato de o crescimento econômico da década de 1980 haver alcançado 7,6% anual, com a diminuição da pobreza, aumento da renda e do bem-estar social e uma inflação controlada, se comparada aos demais países do continente. Desta forma, para o autor, a construção da Itaipu foi fundamental para o desenvolvimento do Paraguai, antes sem perspectivas, e que agora estaria conseguindo superar os problemas sociais, econômicos e culturais. Essas afirmações também são questionáveis e mesmo controversas, se confrontadas com outros autores que analisam este período.

Miriam Hermi Zaar, no livro *A Produção do Espaço Agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*, publicado em 1999, pela Edunioeste, atribuiu à construção da Itaipu as mudanças do espaço agrário, na região oeste do Paraná e as consequentes mudanças na vida dos trabalhadores agrícolas.

Zaar analisou a formação do espaço agrário local a partir da atuação do Estado, discutindo o seu papel no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, e como essa mesma sociedade produz e reproduz o espaço de acordo com as necessidades do Estado.

Assim, a produção do espaço de forma desigual, representa ao mesmo tempo, formas de manifestações locais, de questões mais globais. E, é nesta interação de diferenças espaciais, provocadas quer pela diversidade, quer pelos processos produtivos, que as políticas estatais direcionam as atividades

econômicas, dentro de uma lógica capitalista, voltada à maximização dos lucros (ZAAR, 1999, p. 25).

A autora citou três momentos, nos quais discutiu a produção do espaço na região oeste do Paraná. O primeiro deu-se em razão do processo de colonização da área com a sua divisão em colônias; o segundo deu-se em razão da modernização das práticas agrícolas; e, o terceiro teria sido a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Nestes três momentos é possível perceber mudanças locais, porém ligadas às mudanças globais, conforme explica a autora, pois políticas estatais influíram neste processo de maneira direta ou indireta.

A construção da Usina de Itaipu, conforme Zaar, não aconteceu isolada da política de Estado, pelo contrário, a própria assumiu toda a responsabilidade da construção, pois segundo a autora favorecia as condições gerais de produção através da geração de energia, fundamental para a reprodução do processo produtivo.

Como parte de um “pacote estatal” que visava dotar o país de infraestrutura, para assim garantir a entrada e expansão de capitais industriais, ocorreram simultaneamente à construção da Binacional Itaipu, a construção de hidrelétricas em vários pontos do território nacional (ZAAR, 1999, p. 36).

A propaganda ideológica foi fortemente utilizada para convencer a todos que os projetos energéticos, como a construção da Usina de Itaipu, era essencial para o “desenvolvimento” do país e para que isso ocorresse era necessário o sacrifício de alguns. Segundo Zaar, “[...] a propaganda ideológica tinha como objetivo pressioná-los a aceitar a desapropriação de acordo com os moldes propostos pelas companhias elétricas estatais” (ZAAR, 1999, p. 37).

Zaar expôs os pressupostos do uso do solo agrícola nos municípios de Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes, percebendo como o Estado atuou nesses locais a fim de atender seus próprios interesses, direcionando a forma de viver das populações que se encontravam nestes locais (ZAAR, 1999, p. 43).

No livro *Itaipu: integração em concreto ou uma pedra no caminho?*, lançado em 2009, Tão Gomes Pinto, jornalista e colunista de vários jornais, abordou aspectos históricos, técnicos e políticos sobre a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e apresenta uma discussão atual em relação à posição do Paraguai em rediscutir o Tratado da Itaipu. Segundo o autor, o presidente Lugo, durante campanha eleitoral, usou a usina de Itaipu como um forte argumento para vencer as eleições, derrotando a candidata Blanca Ovelar, do Partido Colorado, que há mais de 60 anos controlava de maneira indireta ou direta o governo do país.

O autor coloca-se, em várias partes do texto, a favor da Itaipu, no sentido de não atestar as contradições da obra, como os impactos ambientais, a expropriação das terras, o não pagamento justo nas indenizações, entre outros problemas. Percebe-se em sua fala, em relação ao passado da Itaipu, um olhar atual, inclusive compreendendo-a como um “mal necessário”, mas que, com os resultados apresentados hoje, absorvem os males ocasionados no passado, a exemplo das linhas iniciais do primeiro capítulo de seu livro:

Hoje, no entanto, ninguém se preocuparia em catalogar a Itaipu como um paquiderme inútil. No máximo se pode dizer que foi responsável por parte ponderável da imensa dívida externa acumulada pelo país nas últimas décadas. Ainda assim, mesmo os mais críticos admitem, deve ser incluída entre as “dívidas boas”. Ou seja, aquelas que de alguma maneira, produziram efeitos positivos na lenta e exaustiva caminhada para tirar o país do subdesenvolvimento crônico (PINTO, 2009, p. 15).

Tão Gomes Pinto contextualizou a construção da usina desde as primeiras tratativas entre Brasil e Paraguai até as negociações paralelas com a Argentina. Relatou os bastidores da obra, retratando, principalmente, a versão dos altos escalões da Usina, como o John Cotrim (direção técnica de Itaipu), José Gelázio da Rocha (Superintendente de engenharia da Itaipu), Mario Penna Bhering (Consultor da Itaipu), Rubens Vaz da Costa (membro do Conselho de Administração de Itaipu), entre outros.

O que chama a atenção no livro são as fontes utilizadas pelo autor ou alguns depoimentos isolados, os quais afirmam não ter existido corrupção durante a construção da Usina. Obviamente, a fonte não garante a lisura da empresa Itaipu, mas o autor a utiliza para reforçar seu posicionamento. Destaca-se, neste contexto, a fala de Cláudio Rangel, dinamitador, que diz “nunca ter ouvido falar em algum tipo de corrupção” (PINTO, 2009, p. 93, 128), além disso, cita o relato de John Cotrim, engenheiro responsável pela direção técnica de Itaipu, que disse que nunca escutou um comentário a respeito dos contratos da Itaipu. Também merece análise à maneira como o autor individualiza a questão da suposta “ausência” da corrupção. Bastam duas referências de dentro da Itaipu para comprovar a “honestidade”!

O sofisticado e elegante John Cotrim lembra que a respeito dos contratos de Itaipu, nunca houve um comentário, uma especulação. “Não se ouviu nem um sussurro”, é a frase exata de Cotrim. E ele mesmo acrescenta que um dos responsáveis por este notável silêncio foi Paulo Leitão (PINTO, 2009, p. 93).

Paulo Leitão, conforme relata Pinto, foi um dos responsáveis por redigir um manual contendo as “Normas Gerais de Licitação”, na qual deveria estar a elaboração de todos os

contratos de compra de material e equipamentos. Segundo o autor, Paulo Leitão aposentou-se após 15 anos de trabalho na Itaipu, como homem de compras associado aos adjetivos de “responsável”, “competente” e “sério”. Relata ainda que: “por sua mesa, durante 15 anos, passaram contratos que representavam fábulas de dinheiro. E Paulo Leitão continuou sendo um típico cidadão brasileiro classe-média [...]” (PINTO, 2009, p. 93). Como se fosse algo surpreendente ou extraordinário o fato de ter realizado o trabalho honesto e administrativamente correto.

Sobre as desapropriações, não problematiza a situação dos expropriados pela Itaipu, apenas comenta:

A desapropriação na margem brasileira do rio Paraná implicou a remoção de mais de 6 mil famílias de agricultores, alguns razoavelmente prósperos, outros nem tanto. Foram desapropriados 101.092,5 hectares, sendo 6.913 propriedades rurais e 1.606 urbanas. O valor das indenizações somou US\$ 208.640.773,44.

Em muitos casos, a retirada da área se deu sem maiores problemas, embora nem todos ficassem satisfeitos com as indenizações recebidas (PINTO, 2009, p. 99 e 100).

O autor traz, em seu relato, uma harmonia existente na obra, como se não tivesse contradições, conflitos ou diferenças entre os funcionários e ainda dá a entender uma superioridade do funcionário brasileiro em relação ao paraguaio, demonstrando um caráter apriorístico ao expor que:

No canteiro binacional, os paraguaios chegavam com sede de aprender e prestavam muita atenção no trabalho dos seus colegas brasileiros. Era uma relação carinhosa. No fim da história, casaram-se muitos brasileiros com paraguaias e vice-versa. [...] Mas os paraguaios eram muito dedicados. E tornaram-se profissionais muito eficientes. Eram observadores, atentos e tinham muita vontade [...] (PINTO, 2009, p. 115).

O autor fez algumas afirmações sem apresentar fontes, dentre elas destaca-se o número de mortes por acidente de trabalho, pois segundo o autor, ao longo de todos os anos de construção da Usina, 138 trabalhadores morreram por acidentes de trabalho.

Defende as empreiteiras ao citar Murilo Mendes, da Mendes Junior, responsável por 89% da obra, afirmando que não houve corrupção na obra de Itaipu. O autor defende o progresso fomentado durante o período da Ditadura Militar, que ocasionou o desenvolvimento de grandes empresas brasileiras, ao citar Cláudio Rangel que disse que “na época do regime militar, o desenvolvimento na área de construção pesada foi gigantesco. [...] Com o fim do regime militar esse ímpeto foi se arrefecendo”. O autor refuta as críticas feitas à Itaipu, em

relação à mudança do clima, demonstrando dados do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar), que constatou que o reservatório não produziu nenhuma alteração climática. Conclui o seu livro demonstrando os números satisfatórios que a Itaipu produz anualmente, a exemplo do recorde em 2008 com a produção de 95 GWh.

1.2 - AÇÕES DOS PRÓPRIOS ATINGIDOS

Neste tópico, foram agrupados dois trabalhos produzidos a partir dos expropriados pela barragem de Itaipu, *O Mausoléu do Faraó* e *A Taipa da Injustiça*. Foram elaborados em um momento de enfrentamento entre um projeto imposto e uma organização reivindicatória, que estavam, senão contra a totalidade do projeto, pelo menos contrários a vários aspectos do processo e da posição do Estado/Itaipu em relação aos impactos sociais e à proposta das indenizações.

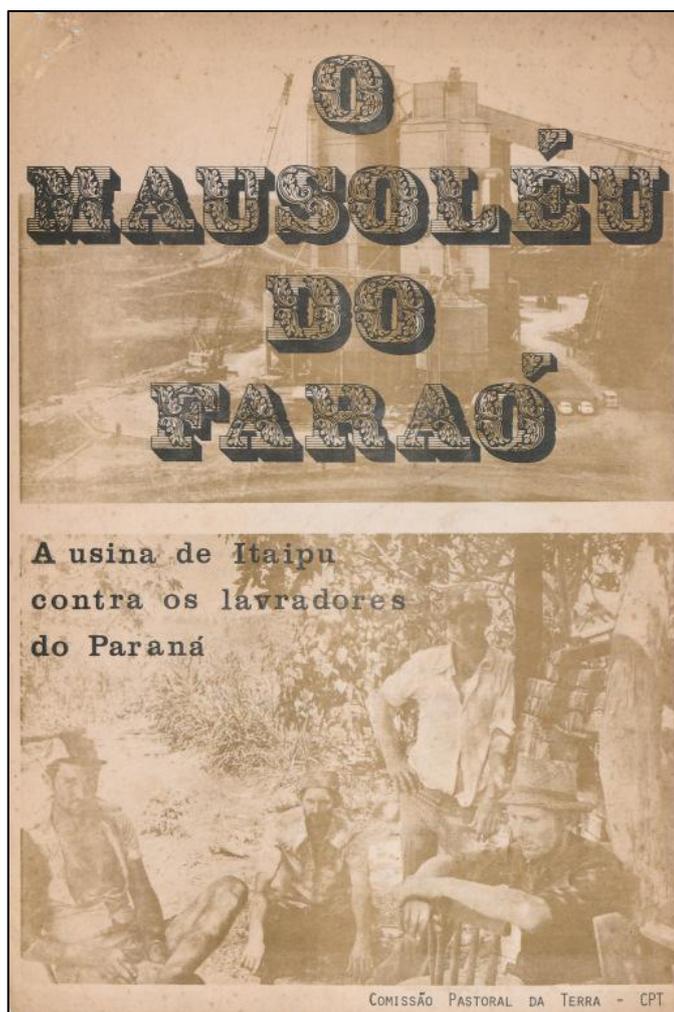
Em última instância ocorreu a migração forçada dos agricultores e moradores da região atingida, onde uma minoria conseguiu adquirir terras nas regiões do Estado, outros conseguiram em outras regiões do país, principalmente no Norte, alguns foram reassentados e muitos sem condições de comprarem uma nova terra teriam ido para as cidades em busca de um emprego. Nos trabalhos também são discutidas as formas como foi realizada essa desapropriação, denunciando as ações, consideradas injustas, provocadas pela empresa Itaipu.

Os dois trabalhos abordados aqui serão explorados mais adiante, principalmente quando for analisado o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no movimento dos atingidos.

O primeiro trabalho produzido sobre a construção da Itaipu, na visão dos expropriados, foi escrito em agosto de 1978 pela CPT, *O Mausoléu do Faraó*³, um documento de 51 páginas, contendo charges e relatos dos expropriados. Há uma descrição da ocupação recente das migrações desde a chegada dos colonos no oeste do Paraná, na sua maioria vinda do sul do País, até o desespero de mais de 6 mil famílias que seriam expulsas dessas mesmas terras que ajudaram a se desenvolver, somando um total de 40 a 50 mil pessoas.

³ Essa fonte será retomada no capítulo III deste trabalho.

FIGURA 1: Capa da cartilha *O Mausoléu do faraó* de 1978.



Fonte: CPT. *Mausoléu do Faraó*: Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. 1978.

O nome do documento indica a forma como os expropriados percebiam a Itaipu, ou seja, o “Mausoléu do faraó” por se tratar de uma grande obra “faraônica”, construída com o trabalho de milhares de escravos, conforme sua percepção, com o objetivo único de enterrar ou registrar na história algum líder considerado importante. Como um lavrador relata no documento:

Mas por que, meu Deus do céu, por que fazer isto? Só pra poder dizer que aqui está “a maior obra do mundo”. Só. Só por causa disto. Tem que ficar o nome na História. Não está vendo os faraós, aquela porcaria lá antes de Cristo? Morria duzentos mil negros pra fazer um mausoléu daqueles lá, só pra enterrar dois sem-vergonhas. Matavam duzentos mil negros por causa de dois... Mas tem que ficar na história... No Brasil tem a mesma coisa: tem que ficar um nome lá no alto... (CPT, 1978, p. 11).

O documento priorizava a palavra dos agricultores, o que pensavam e o que gostariam de dizer sobre a hidrelétrica de Itaipu. A motivação para elaboração do informativo foi a completa falta de informação que os atingidos tinham sobre como seriam e quanto pagariam pelas desapropriações e o que fariam depois. Nas falas, publicadas no Mausoléu, é possível perceber as estratégias utilizadas pela Itaipu para desarticular qualquer possibilidade de mobilização e organização popular ao “preferir” negociar individualmente com cada proprietário ou posseiro.

Ficava claro, através dos depoimentos dos agricultores, para que lado o “preço justo”, tanto divulgado pela Itaipu, beneficiava. A CPT contextualizou o local da obra, destacando as modificações que ocorreriam no local da Usina, em Foz do Iguaçu e na fronteira oeste paranaense, assim como relatou o histórico de construção da obra. As condições, por vezes desumanas, foram relatadas por alguns atingidos, não nominados, mas que falavam da negligência médica, das más condições dos alojamentos, a falta de água e falta do livre acesso ao canteiro de obras. O documento conclui com o relato das condições do Paraguai, na época, sob a ditadura de Stroessner, bem como a emigração brasileira ao país vizinho.

Juvêncio Mazzarollo foi um dos opositores da Ditadura Militar e um dos fundadores do jornal "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu. O jornal incomodava as autoridades políticas em função do seu posicionamento ideológico, assim começou uma série de perseguições. Juvêncio foi preso por ordem da Justiça Militar e condenado a pagar multa por infração ao artigo 47, da Lei de Contravenções Penais. Ainda respondeu processo sob acusação de infração à Lei de Segurança Nacional, em função de seus escritos, segundo Antônio Vanderli Moreira, Mazzarollo foi o último preso político do Brasil⁴. Considerado uma das lideranças da oposição à construção da Itaipu, em 1980, escreveu *A taipa da Injustiça*, a pedido da CPT, na qual a primeira edição continha 68 páginas. Este nome *taipa* seria o elemento que futuramente deveria represar as águas do Rio Paraná, que segundo Werner Fuchs, já tinha “acumulado injustiças demais”. Desta forma, Mazzarollo coloca que ao lado de uma das “maiores obras em construção do mundo” também estão as maiores injustiças, pois os agricultores seriam os principais prejudicados pela perda das terras onde tanto trabalharam para se desenvolver e viver.

Mas como infeliz coincidência segundo técnicos entendidos, as terras alagadas estão entre as mais férteis do mundo, com a diferença de que esse dado não afeta os tecnocratas de Itaipu. A tristeza pela perda dessas terras fica para os agricultores da área (MAZZAROLLO, 1980, p. 7).

⁴ Disponível em <www.h2foz.com.br> Acesso 02 de março de 2010.

FIGURA 2: Capa - *A taipa da injustiça*.



Fonte: MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da injustiça: Itaipu x agricultores expropriados*. Paraná: CPT, 1980.

O autor fez uma série de denúncias e acusações contra a Itaipu, destacando os altíssimos salários em troca de “fazer o tempo passar”; a utilização de aviões pelas esposas de altos funcionários da empresa para fazer compras nas grandes metrópoles; a desigualdade dos Conjuntos Habitacionais na discriminação interna entre funcionários de nível superior, técnicos e peões; mansões luxuosas onde os altos funcionários da Itaipu vivem sem ônus; a diminuição da área agricultável e consequente evasão de mão-de-obra rural; impactos ambientais; desalojamento da população habitante da área da obra e do futuro reservatório de água; avaliação unilateral do preço das terras desapropriadas; sonegação de informação aos indenizados; pagamento muito abaixo do valor de mercado pelas terras que seriam alagadas, entre outras.

Mas o livro não é apenas denúncia, é também o relato do movimento de resistência dos desapropriados desde a criação, em 1978, do Projeto Arca de Noé que tinha como objetivo discutir as melhores formas de defender os direitos dos expropriados através da

formação de grupos de base, as mobilizações dos agricultores, as primeiras assembleias e as vitórias conquistadas, através da pressão de um movimento organizado e pacífico, conforme relata o próprio autor:

O presente trabalho retrata as lutas do povo contra o monstro da Itaipu em função do trauma das expropriações. É uma luta onde os poderes são desiguais, mas é também uma demonstração de que os poderosos também se depararam com limites em sua sanha, quando o povo se organiza e resolve resistir e fazer exigências (MAZZAROLLO, 1980, p. 65).

É importante destacar que, tanto *O Mausoléu do Faraó* quanto *A Taipa da Injustiça* fizeram parte da organização dos atingidos e da ação da CPT. Essas publicações tinham a intenção de informar, conscientizar e também de organizar os expropriados.

1.3 - ATINGIDOS E A LUTA PELA TERRA

Neste tópico abordaremos alguns trabalhos que se propuseram a pesquisar o ponto de vista dos atingidos pela barragem de Itaipu e os atores envolvidos nesta luta, a exemplo da CPT e do surgimento posterior do Movimento dos Sem Terra (MST) no Paraná. Essa formação tem relação com o movimento dos expropriados da Itaipu resultando no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Também incluímos o trabalho de Odirlei Manarin que traz uma visão dos operários da usina de Itaipu.

Um estudo publicado que descreve de maneira sistemática como se desenvolveu o conflito entre a Itaipu Binacional e os colonos expropriados é *Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu*, de autoria de Guiomar Inez Germani (2003)⁵. A autora caracterizou a área que foi atingida pela Itaipu, retrocedendo abordagem temporal para compreender como se deu o processo de colonização anterior desta região. O objetivo era identificar quem foram os grupos atingidos pela barragem, como se deu o processo de apropriação da terra e compreender, posteriormente, a luta pela terra através da trajetória de muitas lutas para se efetivarem nessas terras, desde o período migratório da colonização dirigida ocorrida no pós 1945.

A autora limitou-se a analisar o lado brasileiro e inicia relatando os antecedentes históricos nas negociações da Itaipu realizadas entre os governos do Brasil, do Paraguai e da

⁵ Originalmente apresentado como dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura, sob o título “Os Expropriados de Itaipu”, em 1982.

Argentina. Conforme lembra Guiomar: “o rio Paraná é um rio internacional contíguo em relação ao Paraguai e sucessivo em relação à Argentina, portanto, qualquer alteração no curso normal do rio exige que se estabeleçam negociações com estes países. [...]” (GERMANI, 2003, p. 30).

Germani focalizou a pesquisa relatando como se desenvolveu o conflito entre os colonos e a Itaipu, para isso descreveu a forma pela qual a Itaipu planejou o processo de desapropriação. Segundo Guiomar:

todo o projeto da maior usina hidrelétrica do mundo foi estudado, negociado e sacramentado, sigilosamente, sem levar em conta os interesses de uma população diretamente implicada – sem levar em conta o projeto de vida da população que habita a tal área delimitada (GERMANI, 2003, p. 47).

Desta forma, foi mais fácil compreender as origens do conflito entre os expropriados e a Itaipu, visto que os colonos não participaram do processo de implantação deste projeto que ia repercutir diretamente na vida de milhares de pessoas. A autora identificou quinze questões iniciais nas atitudes impróprias adotadas pela empresa em sua relação aos colonos, conforme listadas abaixo:

- 1) A Itaipu tinha prometido que todos estariam indenizados até 1978 e ao mesmo tempo poderiam continuar ocupando a propriedade indenizada até a chegada da água. Isso não ocorreu.
- 2) O preço proposto pela Itaipu era baixo, em relação ao mercado e sem critérios conhecidos.
- 3) Inexistência de laudos de avaliação ou documentos.
- 4) As indenizações eram individuais e salteadas, dificultando qualquer ação coletiva.
- 5) Os posseiros não recebiam nada pela terra.
- 6) Existia uma pressão e até ameaças para aceitação de propostas de indenização por parte da Itaipu.
- 7) No processo da indenização eram descontados os rios e estradas. Além disso, se a terra fosse menor que a escritura, valia essa medida, mas se na escritura tivesse o tamanho menor valia a escritura.
- 8) A rede elétrica não era indenizada.
- 9) No valor da indenização, os expropriados recebiam já descontados os financiamentos que tivessem no banco.

- 10) As vilas eram indenizadas antes da área rural, pressionando desta forma, os colonos a venderem suas terras.
 - 11) Terras não alagadas porém em áreas remanescentes não seriam indenizadas.
 - 12) Isolamento de vilas em função do alagamento.
 - 13) Colonos idosos que não tinham condições de enfrentar a abertura de novas lavouras.
 - 14) Muitos não tinham a opção de ir para a cidade como uma maneira de sobreviver.
 - 15) Inexistência de preocupação da Itaipu com o reassentamento dos expropriados.
- (GERMANI, 2003, p. 74 a 79)

A autora ainda destacou o trabalho da CPT e de alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no processo de organização da luta pela defesa dos seus direitos.

Guiomar Germani relatou, de maneira detalhada, as diferentes formas de luta adotadas pelos expropriados na qual descreve a fase das primeiras indenizações, em que a tática usada pela Itaipu era de negociar individualmente, evitando a mobilização dos colonos, até o início do processo de organização dos expropriados com a realização das duas primeiras assembleias (1978 e 1979) e a fase em que partem para uma nova forma de luta realizada através de acampamentos. A autora agregou ao Movimento Justiça e Terra também índios e comerciantes atingidos e expropriados, pretendendo desde o início, não realizar uma análise conclusiva. Guiomar Germani finalizou sua pesquisa relatando os acontecimentos entre os expropriados e Itaipu até 1981.

Maria de Fátima Ribeiro (2002), no livro *Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu*⁶, utilizou a história oral e suas fontes (entrevistas) para compreender a história dos desenraizamentos sociais e das violências simbólicas contra os expropriados e contra os barrageiros submetidos às rígidas disciplinas de trabalho dos acampamentos, assim como as mulheres da “zona”, que também passaram por um processo de desapropriação e de violência.

Maria de Fátima estudou o período de 1973 a 1991 correspondendo ao início e após o término da construção da usina e, segundo a autora, este período teria sido o de maior movimento nas casas de prostituição, e também seria um período de ascensão e marginalização dos barrageiros.

⁶ Originalmente apresentado como dissertação de mestrado defendida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em História, em 1999.

A autora estruturou o seu trabalho em três capítulos, o primeiro aborda as diferentes imagens que os sujeitos tinham e têm da Itaipu, são imagens que vão desde as mais antigas até projeções futuristas, conforme relata a autora: “tais como o dragão, a pirâmide, a catedral futurista, o túmulo, o dilúvio, a alavanca, o presépio, as sete pragas e o lago de sangue e suor” (RIBEIRO, 2002, p. 22). Através da história oral, a autora procurou entender como os agricultores perceberam a construção da Itaipu.

Mais que a terra como instrumento de trabalho, a mudança representava a perda da “condição de ser”, da identidade com o lugar, dos laços de vizinhança, do cheiro da terra, das cores dos frutos da terra, da memória de uma vida que o lago encobriu. [...] Trata-se de uma imagem de agricultores cuja existência foi interrompida pela cruel implantação do projeto de Itaipu (RIBEIRO, 2002, p. 49).

No segundo capítulo a autora abordou a questão dos barrageiros, tentando compreender quem foram eles, e de onde vieram e qual era a realidade deles dentro do canteiro de obras, relatando o abuso das horas trabalhadas, a intensa vigilância e o medo imposto. Além do desemprego causado após o término da obra, devido ao qual muitos engrossaram as favelas e bairros populares de Foz do Iguaçu.

No último capítulo, Ribeiro descreveu a vida das mulheres da “zona”, no Bairro Três Lagoas de Foz do Iguaçu, que foram desapropriadas pela Itaipu do antigo Bairro chamado Alvorada do Iguaçu, destruído pela obra. Tiveram que ser realocadas para este Bairro sem uma infraestrutura suficiente. Segundo relatos coletados pela autora, “os frequentadores da zona de meretrício eram, em sua maioria, turistas brasileiros, argentinos e paraguaios que, com a chegada dos barrageiros, deixaram de frequentar as boates com medo do *temperamento violento da peonada*” (RIBEIRO, 2002, p. 88). A memória construída pelas mulheres em relação à Itaipu é de violência, expropriação e marginalização, inclusive segundo as narrativas, as doenças venéreas teriam sido transmitidas, principalmente, pelos barrageiros.

Dentro da perspectiva de compreender os trabalhadores rurais em movimento de resistência, organizada na região sudoeste e oeste do Paraná, destaca-se a tese de doutoramento de Davi Felix Schreiner *Entre a Exclusão e a Utopia: Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudeste / Oeste do Paraná)*⁷. Com o recorte temporal de 1985 a 2001, o autor optou por estudar principalmente o assentamento Vitória, no município de Lindoeste, o assentamento Terra Livre, localizado no município de Nova Laranjeiras e os reassentamentos rurais dos

⁷ Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, na Linha de Pesquisa História dos Movimentos e Relações Sociais, da Universidade de São Paulo (USP), em 2002.

expropriados da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias em vários municípios da região Oeste. O objetivo central foi analisar as experiências de organização social e da produção dos assentamentos.

Segundo Schreiner, o capitalismo engendrou processos de expropriação e exploração, também nas regiões sudeste e oeste do Paraná, promovendo profundas transformações no mundo rural em função da “modernização da agricultura”, êxodo rural e as construções de várias usinas hidrelétricas, entre as quais se destaca, aqui, a de Itaipu, que, segundo o autor, levou à desapropriação de 38.445 hectares na área rural e foi a resistência dos atingidos contra a Usina de Itaipu, entre 1978 e 1982, que forneceu as bases para o surgimento do movimento dos sem-terra (MST) no Paraná. Assim como sua experiência serviu de substrato para a resistência dos atingidos de Salto Caxias (SCHREINER, 2002, p. 28).

Para Davi Schreiner, o Estado contribuiu para o processo de migração e emigração dos moradores da região oeste do Paraná, através da implantação de projetos que tiveram grande impacto econômico e social, a própria construção da Usina de Itaipu levou à desapropriação de 6.263 famílias, terras que hoje se encontram submersas pelo Lago da Usina. A primeira desapropriação, segundo o autor, ocorreu no município de Medianeira, em 08 de novembro de 1977. No total foram 42.444 pessoas, das quais 38.445 da área rural. (SCHREINER, 2002, p. 102).

Com a instauração do regime militar, a ação interveniente do Estado fez-se, no Oeste e Sudoeste do Paraná, através da política de modernização agrícola. Uma de suas ações no referido espaço procurou executar uma geopolítica energética e de segurança nacional. (SCHREINER, 2002, p. 89)

O autor organizou seu trabalho em duas partes, a primeira composta por dois capítulos, analisa as experiências de luta *pela* terra e dos conflitos agrários; e, na segunda parte, também compostos por dois capítulos, aborda a luta *na* terra para o plano interno dos assentamentos. Interessa-nos, compreender a trajetória do autor no que diz respeito à Itaipu, pois este projeto proporcionou que milhares de camponeses fossem expropriados e excluídos do campo, contribuindo para a concentração fundiária, a resistência à migração e a organização de diversos movimentos sociais no campo. O autor relata a história de atuação da CPT na luta a favor dos expropriados pela Usina de Itaipu.

A CPT foi organizada no Paraná em 1978. A reunião de criação ocorreu em 03 de outubro, no município de Marechal Cândido Rondon, região Oeste. Desde então passou a apoiar e articular a luta dos posseiros, dos pequenos proprietários e arrendatários, contra a ameaça de expulsão pela construção de usinas hidrelétricas. [...]

No Estado do Paraná, a CPT, a Assesoar e alguns sindicatos locais, paralelamente ao sindicalismo da FETAEP, a partir de 1978, começaram a atuar junto aos atingidos da Itaipu.[...] (SCHREINER, 2002, p. 106 -107).

Schreiner relatou as lutas empreendidas pelos expropriados da Itaipu, suas reivindicações e as formas utilizadas para pressionar o poder público. Conforme afirmou o autor as experiências do Movimento Justiça e Terra: “MJT dos expropriados da Itaipu, e a situação e mobilização de expropriados de outras usinas hidrelétricas, serviu como base para a organização dos expropriados da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias” (SCHREINER, 2002, p. 115), sendo importante para a organização dos atingidos por barragens em outros estados, no início dos anos 1980.

No livro *Rumo ao Novo Eldorado*⁸, Sergio Targanski (2007), tratou sobre o processo de deslocamento dos trabalhadores rurais do Oeste do Paraná para as frentes de colonização na Amazônia entre 1970 e 1980. Os fatores responsáveis por esse deslocamento estariam relacionadas à construção da Itaipu, que provocou uma escassez das terras cultiváveis na região Oeste do Paraná, diminuição da oferta de propriedades tornando-as mais valorizadas. Ao mesmo tempo, empresas colonizadoras passaram a colocar à venda propriedades rurais maiores a preços menores em Estados na Região Norte.

Após a desapropriação, os agricultores começaram a buscar outras terras na região. Nem todos, porém, alcançaram o intento. Milhares de famílias tiveram que deixar a região e o Estado. O governo federal teve grande parcela de culpa, uma vez que a desocupação da área a ser atingida pelas águas represadas foi feita sem ter sido prestado, em contrapartida, o amparo necessário. Foi um duro golpe na sociedade da região, que era habitada por pequenos produtores rurais. Um dos grandes projetos do governo – Itaipu – foi executado sem levar em consideração o sacrifício de quem foi atingido por ela (TARGANSKI, 2007, p. 53).

Destaca-se o papel das colonizadoras que, neste período, eram responsáveis por implantar a infraestrutura necessária nos projetos por elas desenvolvidos. E que, em contrapartida, tiravam o maior lucro possível por meio da venda de terras. Com a desapropriação provocada pela Itaipu, as colonizadoras mediavam o processo de migração. Muitas famílias expropriadas migraram para a então Gleba Gaúcha, atual município de Gaúcha do Norte, no Estado do Mato Grosso, região do Alto Xingu.

O autor objetivou fazer uma reconstrução histórica sobre a colonização da Gleba Gaúcha, tentando compreender, através de entrevistas, os desafios enfrentados pelos

⁸ Originalmente apresentada como dissertação de mestrado sob o título: *Desapropriados de Itaipu Rumo ao Novo Eldorado*, defendida na Universidade Federal Fluminense/UNIOESTE, em 2002.

imigrantes desapropriados pela Itaipu. Muitos deles acreditavam que a Gleba Gaúcha era a terra de todos os sonhos, um novo “eldorado”, ou seja, local pródigo em riquezas e oportunidades, mas na verdade, segundo Targanski, encontraram muitas adversidades e dificuldades.

O conceito de desenvolvimento, para compreender a temática da Itaipu, foi trabalhado no livro da Ivone Teresinha Carletto de Lima (2006) em *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*⁹, no qual a autora parte do conceito elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em que a ideia do desenvolvimentismo está relacionada com a superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, enfatizando o Estado como agente estabelecedor dessas políticas (LIMA, 2004, p. 56). Essa teoria teria dado vazão a um discurso que visava promover o desenvolvimento capitalista no país.

O nacional-desenvolvimentismo como expressão, ao invés da utilização do termo nacionalismo, projetou uma política econômica que procurava combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, com o intuito de promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Essa ideologia ofereceu ao Estado Brasileiro sua base de legitimação que procurava satisfazer tanto a burguesia quanto a população. [...] Percebe-se que a ideologia desenvolvimentista norteou os passos dos governantes populistas brasileiros, além de permear os anseios econômicos do regime militar [...] (LIMA, 2004, p. 57).

Dessa forma, a autora explica as justificativas utilizadas para legitimar grandes projetos, entre eles destaca-se a necessidade de energia elétrica, considerada a base para o desenvolvimento da indústria nacional no país. A autora focaliza a construção da hidrelétrica de Itaipu, no período da ditadura militar, enquanto representante da consolidação do discurso da modernização.

Ivone Lima fez um levantamento histórico do setor elétrico brasileiro, considerado o principal ponto para o desenvolvimento do país, no qual teve como ápice a construção da Itaipu. Para isso, contextualizou as primeiras iniciativas de estudos do rio Paraná para verificação de seu potencial hidrelétrico, na região de Sete Quedas, até os seus impactos, permeadas por questões políticas, econômicas e sociais. Desenvolveu o histórico da construção da usina, apresentando tratados, consórcios e contratos de execução das obras, mostrando a complexidade deste projeto, além de descrever as etapas da construção da obra destacando seus aspectos técnicos.

⁹ Originalmente apresentada como tese de doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em 2004.

Os impactos provocados pela Itaipu são tratados em um capítulo específico, no qual Ivone Lima descreveu desde os impactos ambientais, como a submersão das Setes Quedas em Guaíra, até os impactos sociais com o processo de desapropriação, considerado pela autora a parte mais difícil da edificação de Itaipu.

Para os agricultores atingidos pela binacional, as desapropriações implicavam em todo um conjunto de relações sociais e estruturais, além do preço a ser pago pelas terras. Tudo havia sido construído com união e sacrifício. Havia criado um *habitat* do qual se orgulhavam e consideravam necessário para poderem levar uma vida digna e feliz junto aos familiares e amigos. Escolas, cooperativas, hospitais, clubes e igrejas, formavam esse lugar que teriam que abandonar. Qual seria o preço para esse conjunto de valores? Havia a resposta da Itaipu, que alegava que o preço a ser pago pelas indenizações seria justo. No entanto, em termos nominais, ninguém sabia como seria esse “preço justo” (LIMA, 2004, p. 335).

Diante disso, a autora desenvolveu o último capítulo descrevendo como ocorreu o processo de desapropriação, os critérios utilizados para o pagamento das indenizações e a luta dos desapropriados, através do Movimento Justiça e Terra como forma de organizar as reivindicações, criando uma resistência contra as políticas de desapropriação e indenização propostas pela Itaipu.

Maria de Fátima Bento Ribeiro¹⁰ elaborou a tese de doutorado intitulada *Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*. Na pesquisa a autora procurou compreender as representações e leituras em torno da Itaipu. Trabalha com a luta de representações na construção da(s) memória(s) de/e sobre Itaipu, com seus inúmeros conflitos através das diferentes narrativas. Segundo a pesquisadora, se existem discursos harmônicos que remetem à ausência de conflitos, a autora propõe uma inversão, afirmando que a Itaipu é o monumento do conflito. Ribeiro analisa os discursos que antecederam a construção da Usina, com os acordos, tratados e negociações, contextualizando a região atingida pela hidrelétrica. Localizam as cidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, locais escolhidos para a construção da usina da barragem, com destaque para a primeira; focaliza a pesquisa no próprio canteiro de obras, dando destaque à técnica.

Para compreender as experiências sociais dos atingidos pela Itaipu, na luta pelo direito à terra, considerada primordial para continuar garantindo o meio de sobrevivência, Judite Veranisa Schmitt, em seu estudo de caso, *Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste*

¹⁰ Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2006.

*do Paraná, décadas de 1970 e 2000*¹¹, relatou o movimento social dos atingidos por Itaipu a partir das décadas 1970 e 1980, ouvindo dos próprios integrantes e suas experiências no movimento social, levantando os diferentes grupos que se articulavam neste movimento, observando e analisando as disputas entre os expropriados pela Itaipu e a Empresa administradora da obra.

A autora denomina a CPT, através de seus membros, como uma instituição que “interferiu” e influenciou o movimento, com trabalho coletivo de base, realizado junto aos atingidos, o qual teve um caráter “paternalista” em relação aos problemas enfrentados pelos atingidos (SCHMITT, 2008, p. 11). A Judite Schmitt fez um recorde temporal entre os anos 1978 a 1981, período considerado característico pelas mobilizações coletivas para pressionar os diretores da Itaipu.

Neste caso, é interessante problematizar o conceito de paternalismo, utilizado pela autora, pois se entende como uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos, mas exclui a sua participação direta, alienando o indivíduo da prática política. No caso da CPT ela surge com a proposta de ajudar os indivíduos a “assumirem a tarefa de enfrentar os problemas sociais e transformar a realidade” (CPT, 1983, p. 71). Para isso, ajuda na organização dos problemas e propostas levantadas pelo grupo, ou seja, a rigor não deveria ter a imposição do que é o correto, ou melhor, para o grupo, conforme veremos no último capítulo.

Segundo Judite Schmitt, o Movimento Justiça e Terra não foi um movimento homogêneo “[...] tendo abarcado diversos grupos de pessoas, incluindo agricultores, comerciantes, posseiros, arrendatários, que interagiram no coletivo, através da troca de experiências [...]” (SCHMITT, 2008, p. 121), compartilhavam as mesmas angústias, mas tinham interesses e trajetórias diferenciadas. Desta forma, a partir de narrativas orais e individuais, discutiu os significados que os atingidos davam e dão às experiências vividas no movimento do qual faziam parte. Verifica-se, ao longo do texto, diferentes significados das experiências passadas pelos atingidos no movimento que participaram, conforme a própria autora afirma: “[...] As memórias expressas neste trabalho revelaram a diversidade de experiências que foram vivenciadas e trouxeram à tona os valores e os significados que os sujeitos deram a sua prática social no cotidiano. [...]” (SCHMITT, 2008, p. 121).

Para conhecer as histórias e memórias dos operários que trabalharam na construção da barragem de Itaipu, temos a dissertação de mestrado do Odirlei Manarin, defendida em 2008, pela Unioeste. Manarin visa compreender a trajetória dos operários que vieram por volta da

¹¹ Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em 2008.

década 1970 para a cidade de Foz do Iguaçu – PR, com o intuito de trabalharem diretamente na barragem de Itaipu.

O autor confronta, através da história oral, os significados, percepções e sentidos durante a rotina de trabalho dos operários da Itaipu, com a história projetada pelos administradores da barragem que trazem uma imagem das relações de trabalho num ambiente saudável e em harmonia social entre os diversos grupos. Para isso, estabeleceu um diálogo com os jornais “Canal de Aproximação” e “Informativo *Unicon*”, os Relatórios Anuais e o livro “Itaipu, a luz”, todos produzidos pela Itaipu.

Ao analisar o material produzido pela Itaipu, o autor percebeu uma ausência do trabalho realizado pelos “peões da barragem”, apenas destacando os trabalhos realizados por engenheiros e a equipe administrativa, “quando é citada aparece de forma a engrandecer a beleza da obra, homogeneizando e naturalizando os conflitos e as disputas no canteiro de obras” (MANARIN, 2008, p. 7).

O autor utilizou a história oral para compreender as experiências e interpretações do grupo que vivenciou as relações de trabalho no canteiro de obras e analisou a participação deles durante as greves realizadas na usina, percebendo as maneiras como se organizaram na realização do movimento e quais foram seus objetivos. Manarin contempla também o término da construção da Usina que, segundo o autor, foi um momento de consolidação, por parte das empreiteiras e da Itaipu, mas de preocupação e angústia para os trabalhadores.

Contudo, a questão que direciona a discussão neste momento é como os trabalhadores narram o período em que o contrato de prestação de serviço do Consórcio estava sendo finalizado. Além disso, ao manusear alguns materiais de autoria dos diretores da Itaipu percebe-se que ao final das obras civil a necessidade de justificar a desmobilização da infraestrutura construída durante as obras, as quais tiveram como finalidade atender os trabalhadores envolvidos com a construção. Com a entrada em operação da última unidade geradora, alcançando a potência de 12,6 milhões de KW, Itaipu firmava-se como o maior empreendimento hidrelétrico já construído em todo mundo, recebendo por esta dimensão a denominação de “A Obra do Século” (MANARIN, 2008, p. 108).

1.4 - CENÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU

Para complementar a revisão bibliográfica destacaremos, neste subitem, alguns trabalhos realizados sobre a cidade de Foz do Iguaçu e suas interpretações em relação à construção da usina de Itaipu no município.

Luiz Eduardo Catta autor do livro *O Cotidiano de uma fronteira: perversidade da modernidade*¹² (2003), retratou a história de Foz do Iguaçu e posicionou-se em relação às mudanças ocorridas no município, antes e depois da Usina de Itaipu, ou seja, o autor mostrou o que aconteceu no município durante a construção da Usina, compreendendo-a como uma “nova ordem” e responsabilizando-a pela total transformação do espaço urbano, aumento da criminalidade, do desemprego, da população pobre, do favelamento, do narcotráfico, especulação imobiliária e dos trabalhos informais. A história de Foz do Iguaçu após 1973 está centrada na construção da Usina e as repercussões causadas pela mesma na cidade.

Para Catta, Foz do Iguaçu tinha uma menor discrepância entre as classes sociais e um maior intercâmbio entre elas, permanecendo assim, até a construção da Usina: “a instalação da “nova ordem” representada por Itaipu, que será responsável por um redirecionamento das classes sociais da cidade, bem como por estabelecer os abismos que detectamos entre elas” (CATTA, 2003, p. 31).

O autor mostrou que esses fenômenos foram resultados da chegada de um grande contingente de pessoas para trabalhar na Usina, ou para usufruir os benefícios indiretos dela, acarretando um “inchamento” da cidade e sua transformação.

Para essas pessoas, que em sua grande maioria não se identificavam com as raízes da cidade, que estavam ali só de passagem, que não admitiam ter laços de compromissos com o lugar no qual viviam, exploravam e transformavam, descortinar o passado recente daquela gente e cidade que se viram assaltadas de supetão e se viam obrigados a recebê-los, não estava em seus projetos e nem os seduzia minimamente (CATTA, 2003, p. 38).

O autor trabalhou com o conceito de modernidade, no sentido de ter sido iniciada com o capital industrial nas áreas urbanas, sendo responsável pela miséria e desemprego de muitos trabalhadores. No caso de Foz do Iguaçu, essa inserção da modernidade foi através da Usina de Itaipu, considerada pelo autor a “nova ordem” responsável pelo redimensionamento das classes sociais da cidade, bem como o grande distanciamento que existem entre elas.

Emílio Gonzalez em *Memórias que narram a Cidade: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu*¹³ procurou problematizar aspectos do crescimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, tomando como ponto de partida experiências de moradores que viveram ou vivem em áreas de ocupação urbana (invasões) constituídas na última década na periferia dessa cidade.

¹² Originalmente defendida como dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1994.

¹³ Dissertação de mestrado defendida em 2005 na PUC/SP.

O autor contestou a historiografia sobre a cidade de Foz do Iguaçu que teria sido *totalmente* transformada após o início da construção da Usina de Itaipu — elevando a cidade ao patamar de *Capital Mundial da Energia Elétrica* —, demonstrando que nos anos 1990, ao organizar as ocupações do *Jardim Morenitas I e II*, essa última em 1995, muitos moradores ainda faziam uso de técnicas consideradas *rudimentares* para obtenção de energia. Também contesta a afirmação de que a cidade de Foz do Iguaçu teria passado a viver única e exclusivamente da construção da usina na década de 1970, ou dos marcos posteriormente citados.

Está claro, portanto, que as transformações operadas na *estrutura social e econômica* da cidade a partir dos anos 1970 não podem ser análogas aos efeitos de um grande furacão, que varre aquilo que encontra em seu caminho. Se indagado a partir desse complexo e variado cotidiano, percebe-se o quanto é inadequado afirmar que a cidade de Foz do Iguaçu teria passado a viver única e exclusivamente da construção da usina de Itaipu na década de 1970, ou dos marcos evocados para explicar períodos posteriores (o turismo e o comércio nas décadas de 1980 e 1990) (GONZALEZ, 2005, p. 6).

Segundo o autor, grupos que passaram a exercer o poder a partir de então não apenas buscaram ordenar e disciplinar a cidade ao seu modo, como também construir os significados e a memória sobre ela, com o objetivo de consolidar e manter-se no poder. Assim, segundo o autor, a memória oficial construída buscou apagar a atuação de sujeitos que se diferenciavam dessa cidade idealizada por eles.

Evidentemente, a construção e a institucionalização do poder compreendeu um processo bem mais complexo do que simplesmente a adoção de medidas repressivas, disciplinadoras e ordenadoras do espaço urbano. [...] A construção de uma memória hegemônica tornava-se fundamental para sua própria consolidação e manutenção no poder. A memória oficial assim construída buscou apagar a atuação de sujeitos que destoavam a cidade por eles idealizada, pervertendo seus mais ambiciosos projetos urbanísticos (GONZALEZ, 2005, p. 71).

Emílio Gonzalez procurou desconstruir uma memória oficial fortemente estabelecida em torno de elementos como as *Cataratas do Iguaçu* e a *hidrelétrica de Itaipu*. O autor afirmou serem elementos constituintes da classe dominante, mas que não faziam parte do dia a dia de muitos outros moradores que tinham elaborações, narrativas e interpretações diferentes sobre a cidade e os bairros, em que esses elementos não eram uma realidade, no seu cotidiano “[...] Especialmente no caso dos moradores de áreas de ocupação urbana, a realidade social e infraestrutura ali vivida pouco tinham a ver com as belíssimas e imponentes

imagens produzidas sobre a cidade pautadas em torno daqueles elementos evocados por sua elite” (GONZALEZ, 2005, p. 71).

A história de Foz do Iguaçu também foi abordada por Aparecida Darc de Souza, na tese *Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970 – 2008)*¹⁴. A pesquisa objetivou problematizar o processo de produção e reprodução da memória. A questão gira em torno da vocação turística da cidade, construindo uma memória pelas classes dominantes, ao longo do período das décadas de 1970 e 1990, tornando-se uma estratégia importante de legitimação dos interesses econômicos de tais grupos. Isso leva a uma invisibilidade de experiências sociais que contrastam com essa imagem formulada oficialmente.

Para analisar quando, como, por que e por quem foi construída a ideia da vocação turística de Foz do Iguaçu, a autora utilizou uma série de publicações dedicadas à produção e à conservação de uma determinada memória da cidade, mas essas obras, curiosamente, foram publicadas num contexto de rápida transformação urbana de Foz do Iguaçu, ou seja, durante o período da construção da usina de Itaipu.

A autora, ao analisar o material, percebeu a necessidade da elite local de produzir uma memória capaz de assegurar sua importância, pois com a construção da usina, constatou-se certa repercussão na própria dinâmica das relações dos grupos tradicionalmente dominantes da cidade que não tinham o total domínio dessas transformações, representando certa ameaça ao seu poder local, em relação ao governo federal.

Ao mesmo tempo viam, nesse processo, a chance de realizar seus projetos econômicos na cidade, para isso precisavam construir em torno de si, certa legitimidade política e social, conforme ressalta a autora: “Os esforços dos grupos tradicionalmente hegemônicos dirigiram-se à produção de uma memória cujo conteúdo fosse capaz de moldar uma visão histórica de Foz do Iguaçu como uma cidade que, desde a sua fundação, estava destinada a ser um centro de atração turística” (SOUZA, 2009, p.79). O objetivo era criar uma identidade que se contrapusesse ao impacto da instalação da usina hidrelétrica.

Desde o início do processo em que se discutiu e se definiu a construção da hidrelétrica, em Foz do Iguaçu, formou-se, na cidade, um ambiente de euforia, diante das possibilidades de desenvolvimento proporcionadas pela obra e, ao mesmo tempo, havia certo receio da perda de “autonomia” da cidade, diante da intervenção do poder federal. Nesta época, houve um significativo fortalecimento de um movimento de associação da cidade com a atividade turística. O turismo não era propriamente uma novidade. Ao contrário, já existia e baseava-se, fundamentalmente, na visita às Cataratas

¹⁴ A tese de doutorado em História foi defendida em 2009 na Universidade de São Paulo.

do Rio Iguaçu. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava, nessa atividade, o núcleo para onde deveriam convergir todos os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais (SOUZA, 2009, p.80).

Darc de Souza reforça a ideia de que todo o crescimento econômico vivido pela cidade na década de 1970, em função da construção da usina de Itaipu, fez com que a elite dominante estruturasse uma memória, na qual o turismo passou a ser definido como a principal atividade econômica.

A autora desenvolveu um subcapítulo com o título *Itaipu: uma oportunidade que não se realizou para todos*, pois, a construção da Itaipu representava para a elite dominante uma oportunidade de crescimento, através de investimentos que viabilizassem o crescimento do turismo. Já para os trabalhadores, representava oportunidade de empregos. Mas, segundo Souza (2009), essa representação não era homogênea, pois a partir de relatos orais conseguiu-se identificar outras significações da Itaipu, como: atração de “bandidos” para a cidade, aumento do custo de vida, especulação imobiliária, expropriação de suas terras ou casas, aumento da favelização, aumento no crescimento demográfico e aumento da concorrência no mercado de trabalho.

A autora também entrevistou trabalhadores que tiveram oportunidade de emprego na construção de Itaipu, são ex-funcionários da UNICON¹⁵, e relatam a dificuldade que tinham em se manter no emprego, já que eram exigidos altos índices de produtividade, fazendo com que os mesmos se esforçassem permanentemente nas tarefas realizadas, além das demissões em massa a cada etapa concluída, altas horas de trabalho e vigilância constante. Mas também relataram as vantagens de estar empregado na UNICON, como auxílio saúde, tanto para o funcionário como para família, escola particular para os filhos, paga pela Itaipu e moradia.

Durante a pesquisa, Darc de Souza, constatou que alguns bairros da cidade de Foz do Iguaçu, como Três Lagoas, São Francisco e Vila C, foram urbanizados a partir da década de 1970 quando teve início a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. A maioria dos moradores dessas regiões se origina de uma população de trabalhadores que migrou para Foz do Iguaçu, justamente naquela época. O Bairro Morumbi, por exemplo, era considerado o bairro dos peões da Itaipu, ajudando na segmentação do espaço. Segundo a autora, a Itaipu pode ser considerada uma cidade dentro de uma cidade, primeiro porque a barragem ficava muito

¹⁵ O consórcio União de Construtoras Ltda. foi criado em 1975 para atuar na Itaipu. Era constituído pelas cinco maiores construtoras brasileiras da época: Cetenco Engenharia S.A., Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), Camargo Correa S.A., Andrade Gutierrez S.A. e Mendes Júnior S.A.

distante do núcleo urbano de Foz do Iguaçu, e, segundo, porque tinham suas próprias regras. Ao final da obra, a autora relata outro sentimento dos entrevistados:

O final da obra trouxe o desemprego e o caos social para a cidade, na avaliação do senhor Avimar. Embora existisse uma enorme propaganda afirmativa dos benefícios trazidos por Itaipu, evidenciados, principalmente, pelo pagamento dos *royalties* realizados, desde o ano de 1991 (SOUZA, 2009, p.193).

As várias problemáticas apresentadas neste capítulo, em síntese, retratam desde uma visão técnica da obra, com a parte de engenharia a questões do direito internacional, referente ao uso das águas na Bacia do Paraná (Brasil, Paraguai e Argentina), passam pelos problemas decorrentes da própria expropriação provocada pela Itaipu que, sem critérios e clareza, resultaram em grandes conflitos com os atingidos. Também retratamos a luta dos expropriados, no MJT, que produziram um boletim de comunicação, o *Poeira*, para organizar o movimento. Por fim, a visão que alguns autores produziram sobre como se configurou a usina em Foz do Iguaçu.

A pesquisa apresenta uma abordagem pouco discutida nos confrontos e contrapontos que ocorreram entre os expropriados e a Itaipu, a partir da leitura de dois instrumentos portavozes desses sujeitos: o Boletim *Poeira*, criado em 1978, produzido pela CPT/PR que instrumentalizava a luta e a resistência dos atingidos; e o Informativo *Unicon*, criado em 1978, primeiro jornal das empreiteiras da Itaipu que apresentava o discurso oficial da Itaipu/Estado e das Construtoras, difundindo um discurso sobre o progresso e o desenvolvimento nacional e fomentava a construção de um consenso na região em favor da imperiosidade da “maior usina hidrelétrica do mundo”.

CAPÍTULO II: ITAIPU: QUEM É QUEM...

Nesse capítulo contextualizamos a construção da Itaipu em meio à problemática mundial da crise do petróleo em 1973, a conseqüente crise energética e o contexto nacional da ditadura militar que tinha como lema “segurança e desenvolvimento” para o crescimento do Brasil. São abordados os impactos causados pela obra como o aumento populacional no município de Foz do Iguaçu e as desapropriações de moradores nas áreas atingidas pelo lago, trazendo um histórico de sua ocupação na região.

2.1 - CONTEXTO HISTÓRICO

A Usina Hidrelétrica de Itaipu fez parte de uma política nacional, organizada pela Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S/A, nas décadas de 1960, que tinha como objetivo implantar grandes projetos hidrelétricos no país, nos quais destacam-se também as Hidrelétricas de Balbina, Sobradinho e Itaparica.

O potencial elétrico do Brasil era um tema frequentemente debatido nas esferas públicas, principalmente após a crise energética instalada no final da década de 1950, provocando grandes transtornos e um pesado racionamento de energia. Desde essa época, cogitava-se a utilização do potencial hidrelétrico do Rio Paraná, mas foi no governo de Jânio Quadros, no ano de 1961, que se iniciaram formalmente os estudos para verificar a viabilidade de uma hidrelétrica na região. Os estudos foram continuados no governo de João Goulart (1961-1964).

O Brasil vivia um período de crescimento econômico, o que significa dizer que, no futuro, haveria aumento na exigência da capacidade geradora de energia. No discurso da

modernidade e do progresso propagado pelo Governo, afirmava-se ser a energia um elemento fundamental para sustentar a vida industrial e urbana de um país, atraindo novos mercados e investimentos. Todavia, há que se observar que mesmo que à custa do empobrecimento da maioria da população, pois a infraestrutura necessária é viabilizada por empréstimos externos realizados pelo governo, pagos pelos cidadãos brasileiros, que nem sempre usufruem destes investimentos.

Este período, do chamado “milagre” econômico, estendeu-se de 1969 a 1973, combinando um crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. As exportações agrícolas aumentaram e a indústria expandiu seus negócios. O governo investiu em grandes projetos, o que possibilitou a construção de estradas e hidrelétricas, viabilizadas através de empréstimos externos.

Dados do “Projeto Dívida Externa” do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), mostram que, durante o período da ditadura militar, a dívida externa aumentou de 3,2 para 110 bilhões de dólares (1964-1985). Estudos realizados pela Ordem dos Advogados do Brasil comprovam que dos títulos que deram origem à dívida externa, cerca de 90% do total são ilegais e inconstitucionais. Além disso, afirmam ser a Itaipu o caso mais flagrante de corrupção, até pela absurda disparidade entre o orçamento inicial e o seu custo final (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 7-8).

Ernesto Geisel (1974 – 1979), o primeiro presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral, tomou posse em 15 de março de 1974 e seu governo está associado ao início da abertura política. No âmbito econômico, seu governo implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o primeiro tinha sido lançado pelo governo Médici (1964 – 1974). O II PND tinha como objetivo acelerar o processo de crescimento econômico e teve como diretrizes básicas o desenvolvimento dos setores de bens de capital e insumos básicos e o fortalecimento da empresa privada nacional. Segundo Mendonça e Fontes (1991), o setor de bens de produtos duráveis deveria ser desbancado pelo de bens de produção, sendo as empresas produtivas estatais os agentes desta transformação. “O II PND, apesar de ter representado um esforço de investimento que postergou, temporariamente, os índices de recessão, tornou-se uma referência obrigatória para a segunda impulsão da dívida externa brasileira” (MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 58).

Com a crise do petróleo iniciada no final de 1973, a questão energética assume um caráter de segurança nacional, passando a ser um assunto prioritário a ser tratado diretamente pelo Estado, em nível de gabinete da Presidência e do Conselho de Segurança Nacional (LIMA, 2006, p. 93). Todos os países importadores de petróleo foram afetados pela crise,

principalmente aqueles ditos em “desenvolvimento” como o Brasil, demonstrando a necessidade de se obter fontes alternativas de energia. No II PND, a preocupação com os problemas energéticos ficou evidente ao propor uma redução da dependência em relação à energia externa e estudos e pesquisas de petróleo, programa nuclear, substituição parcial da gasolina pelo álcool e construção de hidrelétricas.

A Itaipu tornava-se, neste período, ponto central das autoridades para transformar o Brasil em uma “grande potência mundial”, aparecendo nos discursos governamentais como um projeto que demonstraria no futuro, segundo os propositores, uma Nação forte e respeitada, conforme retrata Maria de Fátima Ribeiro:

Para os dirigentes do país as possibilidades de crescimento, desenvolvimento, estavam intrinsecamente associadas a Itaipu, representava o futuro, seria o suporte energético que o país necessitava para consolidar sua posição no mundo, principalmente com a crise do petróleo e da energia” (RIBEIRO, 2006, p. 46)

2.2 - A ATA DE IGUAÇU E COMISSÃO MISTA TÉCNICA

A construção de Itaipu em condomínio entre Brasil e Paraguai não transcorreu de maneira tranquila, pelo contrário, ocorreram muitos incidentes diplomáticos e desconfianças entre ambos os países, até a assinatura da Ata das Cataratas ou Ata de Iguaçu.

O Brasil, desde o final da década de 1930 e início dos anos de 1940, procurou desenvolver uma política que buscava uma aproximação com o Paraguai, consolidando-se no estabelecimento da ditadura de Stroessner.

Mas, em 1965, o governo brasileiro teria permitido que um contingente militar pertencente a 5ª Companhia de Fronteira, sediada na cidade de Guairá no Estado do Paraná, penetrasse na margem paraguaia do Rio Paraná, na região das Sete Quedas, o que causou um período de tensão entre os dois países.

[...] O Tratado de Limites de 1872, entre Brasil e o Paraguai, [...] estabelece o álveo do Rio Paraná, como linha divisória. Em Sete Quedas, o curso se subdivide em vários braços extremamente profundos e caudalosos. Qual deles será o álveo? [...] Certamente, esses oficiais não terão passado o que o Paraguai consideraria já território seu, com ânimo hostil. [...] as incursões do Engº. Octávio Marcondes Ferraz à margem paraguaia, para estudos e divulgação posterior de um projeto para desviar o rio Paraná de seu leito, tudo ajudava a levar lenha à fogueira destinada a boicotar qualquer aproveitamento de Sete Quedas (PEREIRA, 1974, p. 64).

Este fato provocou uma reação nacionalista entre os paraguaios. Segundo Pereira (1974), estudantes invadiram e depredaram a Missão Cultural e Comercial do Brasil no Paraguai e organizaram um comício contra o “imperialismo brasileiro”. Para Barros (2009), a Federação Universitária do Paraguai e a Federação dos Estudantes Secundários em pronunciamentos diferentes exigiam a retirada imediata das tropas brasileiras. Partidos, imprensa, parlamentares opositores, assim como as organizações estudantis e operárias emitiram comunicados repudiando a atitude brasileira e acusavam Stroessner de ser conivente com o Brasil. A imprensa brasileira relata as acusações do país vizinho.

A campanha movida pela imprensa paraguaia, indiscutivelmente controlada pela censura governamental, foi de uma violência sem par contra o Brasil, talvez a mais abusada que já sofremos no exterior, em qualquer época. O Brasil foi acusado de ser uma nação imperialista e sanguinária, de aproveitar-se dos mais fracos, de não respeitar os tratados e convenções internacionais, de usurpador e inimigo número um do Paraguai [...] (BONFIM, *Jornal do Brasil*, 1966 *apud* PEREIRA, 1974, p. 66).

Após esses incidentes diplomáticos, finalmente o maior tratado político e econômico na história da diplomacia entre Brasil e Paraguai foi assinado, segundo Cotrim, proporcionando um apaziguamento na crise entre os dois países, trazendo uma solução para o problema energético na fronteira. Desta forma, em 22 de junho de 1966, nas cidades-fronteira de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), em pleno governo de Castelo Branco, foi assinada e publicada no Diário Oficial a Ata do Iguaçu, mediada pelo então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapena Pastor. Entre outros assessores também estavam presentes Mauro Thibau, o Ministro das Minas e Energia e John Cotrim, o então presidente de Furnas.

Este documento manifestava a disposição de seus respectivos países de estudar e avaliar os recursos hidráulicos do Rio Paraná, incluindo o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu. Concordavam os dois países em proceder de comum acordo, com os estudos e levantamentos das possibilidades para a construção de uma hidrelétrica e estabeleceram uma diretriz de que a energia produzida seria igualmente dividida entre ambos os países, a cada um sendo concebido o direito preferencial de adquirir do outro, com preços justos, qualquer quantidade de energia não utilizada pelo outro para seu consumo próprio.

Em 12 de fevereiro de 1967, os dois governos, através de uma troca de notas assinadas pelo Embaixador do Brasil em Assunção e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, foi criada a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia para implementar o estudo de

viabilidade e levantamento das possibilidades econômicas no trecho do rio, desde e inclusive os Saltos de Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu.

Assim é que assinada em junho de 1966, apenas em 12 de fevereiro de 1967, sob o título de “Notas Reversais”, nosso embaixador Mário Gibson Barboza, sucessor de Jaime Souza Gomes, substituição exigida por Stroessner, assinou com Sapena Pastor o propósito de criar uma comissão mista que se reuniria pela primeira vez, dentro de três meses, no Rio de Janeiro.

A Comissão Mista Técnica Brasileira-Paraguai contratou o consórcio internacional formado pela Internacional Engineering Co., de São Francisco, EUA, e pela Eletroconsult Spa, de Milão, Itália (LIMA, 2006, p. 144), para realizarem estudos de viabilidade para a construção da usina. A comissão elegeu dois delegados para representar ambos os países: o nomeado a delegado pelo Brasil, o general Amyr Borges Fortes, então presidente da Eletrobrás, e pelo nomeado a delegado do Paraguai, o engenheiro Enzo Debernardi, então presidente da Administración Nacional de Electricidad (ANDE). Eram conselheiros da Comissão, pelo Brasil: engenheiros Ernesto Armando Roesler, Mario Lannes Cunha e Mário A. Santos. Pelo Paraguai eram os engenheiros Zoilo Rodas Ortiz, Hans W. Krauch e Victor N. Vasconcellos.

A Comissão, aproveitando-se dos estudos realizados anteriormente, detectou vários possíveis locais que mereciam estudos mais aprofundados, fizeram segundo Lima (2006) “uma investigação minuciosa das inúmeras possibilidades de aproveitamento da energia do rio Paraná no trecho em questão”.

[...] O estudo realizado incluiu levantamentos de campo, análise hidrológica e um inventário completo de dez locais possíveis para a represa e 50 conceitos alternativos, e finalmente recomendou que uma única represa deveria ser construída próxima ao fim do trecho, no ponto conhecido como Itaipu, incorporando assim em um único projeto todo o potencial disponível na área (ITAIPU, 2008, p. 8).

A escolha de realizar a represa na área denominada Itaipu, segundo Lima, tornou-se mais viável, pois havia espaço para localizar toda a casa de máquinas no pé da represa e o desvio do rio seria facilitado por ser menos profundo, o transporte de materiais e o acesso às obras seria mais fácil, além do menor custo.

2.3 - TRATADO DE ITAIPU

O Tratado de Itaipu denominado *Tratado para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do Rio Iguaçu*, foi assinado em Brasília em 26.04.1973 pelos presidentes Gen. Alfredo Stroessner, do Paraguai e Gen. Emílio Garrastazu Médici, do Brasil, entrando em vigor em 13.08.1973. Para compreender a entidade Itaipu-Binacional, destacaremos alguns pontos do Tratado de Itaipu.

Composto por 25 artigos e 3 anexos, estabeleceu a criação de uma entidade binacional autônoma denominada Itaipu, regida pelas normas estabelecidas pelo mesmo tratado, com igualdade de direitos e de obrigações, com o objetivo de realizar o aproveitamento hidrelétrico do trecho comum do Rio Paraná, constituído pela Eletrobrás, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e pela Administración Nacional de Eletricidad (Ande) do Paraguai. A energia produzida pelo aproveitamento hidrelétrico seria dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, pela compra, da energia não consumida pelo outro. A obra foi constituída com contribuições iguais de capital.

Segundo o Tratado, a sede da Itaipu ficaria em Brasília e em Assunção, sendo administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva compreendendo número igual de representantes dos dois países, no qual dispõem de plena autonomia de gestão; a Itaipu recebeu a capacidade jurídica, financeira e administrativa para estudar, projetar, dirigir e executar as obras, podendo adquirir direitos e contrair obrigações. Os governos, a qualquer momento, poderiam substituir os conselheiros, por eles nomeados, ou reconduzi-los a sua função, após o período de quatro anos.

O Tratado suscitou muitas críticas em ambos os lados. A primeira delas apareceu de maneira idêntica nos dois países que dizia respeito às condições de elaboração de negociação do Tratado de Itaipu, criticavam o segredo com que foi elaborado o acordo e a falta de participação da população em geral, que não foi nem ao menos consultada. Alguns comentários a respeito do tratado traziam a afirmação de extremo beneficiamento ao Paraguai, fato que ocorreu, porque não houve um amplo debate no país.

Do ponto de vista diplomático, foi uma tremenda vitória do Paraguai, que revelou um espantoso *talento de negociação* (coisa que seduz e fascina de forma arrebatadora os tecnocratas do Itamarati). É impossível deixar de reconhecer as vitórias do Paraguai nessas negociações: excluíram a Argentina e o Uruguai do projeto; dividiram toda a fantástica energia de Sete Quedas entre Paraguai e Brasil; o custo do projeto, calculado em 3 milhões

de dólares, será pago integralmente pelo Brasil (que obterá os respectivos financiamentos, avaliando-os sozinho); e a parte do Paraguai será paga mais tarde, quando a energia já estiver sendo produzida e estiver produzindo lucros. Uma vitória notável a que foi obtida pelo Paraguai” (FERNANDES, 1973 *apud* PEREIRA, 1974, p. 228).

Pereira (1974) entende o Tratado como altamente vantajoso para o Paraguai e contesta qualquer argumento de imperialismo brasileiro, na verdade afirma que o Tratado comprometeu a soberania nacional. São citadas, a seguir, algumas de suas críticas em relação ao Tratado:

- 1) Crítica sobre o caráter sigiloso do mesmo, impossibilitando qualquer debate no país;
- 2) Crítica sobre o Artigo VI do Tratado e o Anexo B, no qual “o Paraguai se reserva o direito de não impedir a construção das barragens em território argentino, como, por exemplo, Corpus, e o Brasil concorda com isso.”;
- 3) Considera os *royalties* e *overprice*, instituídos a favor do Paraguai;
- 4) Crítica ao artigo XIII, Parágrafo único, “que as altas partes contratantes se comprometem a adquirir o total da potência instalada.”, um ônus para o Brasil beneficiando o Paraguai ao vender eletricidade num espaço de tempo onde não haverá consumidores;
- 5) Paraguai não tinha dinheiro para integralizar seu capital na empresa, obrigando o Brasil a emprestar cinquenta milhões de dólares, à taxa de seis por cento ao ano, no prazo de cinquenta anos, para pagar a partir do início do funcionamento da Usina.
- 6) O preço do serviço de eletricidade compreende, além do custo, despesas de manutenção e previsões de reposição de materiais, mais juros de 12% ao ano sobre o capital da empresa, formado “com o dinheiro que emprestamos ao Paraguai, para nos pagar a juros de seis por cento e em cinquenta anos.”
- 7) O Paraguai cederá ao Brasil os quilowatts que não consumir, o que seria “novos encargos ao preço do quilowatts apesar sobre os manufaturados brasileiros.”

Christian Caubet (1991) também ponderou sobre o Tratado de Itaipu e desconsiderou as críticas de que se tratava de um contrato leonino¹⁶ de favorecimento do Brasil:

¹⁶ Contrato que garante vantagens a uma das partes em prejuízo da outra. (Disponível em www.jusbrasil.com.br. Acesso em abril de 2010.)

É o Brasil que tomou a iniciativa de explorar a energia hidrelétrica do Paraná. Aceitou fazê-lo no quadro de um condomínio. Realizou todos os investimentos e emprestou ao Paraguai os fundos necessários para sua contribuição em capital. Garantiu os empréstimos da Itaipu. Comprometeu-se a comprar toda a energia disponível, dedução feita da parte que por direito pertence ao Paraguai, ou que este utilizará efetivamente. Um prazo de carência de oito anos garante ao Paraguai de só começar a pagar seu empréstimo no momento em que puder fazê-lo com as receitas tiradas da operação da barragem. [...] Como declarou várias vezes o ministro paraguaio das relações exteriores, o importante é que, graças às condições financeiras estipuladas pelo tratado, “no final de cinquenta anos o Paraguai possuirá, totalmente paga, gratuitamente e sem ter investido absolutamente nada, uma usina que produz cinco milhões de quilowatts/hora” (CAUBET, 1991, p. 261 e 262).

Ao contrário de Caubet e Pereira, Ricardo Canese (1990) foi um dos maiores opositores ao Tratado de Itaipu, considerando-o injusto para o Paraguai, conforme citado abaixo, observa dois aspectos mais críticos do Tratado de Itaipu:

- 1) A impossibilidade de vender energia a terceiros países.

Esta cláusula es no sólo inconveniente para el Paraguay, sino para el mismo Brasil, según se probó en el punto correspondiente a la integración energética. Durante la crisis energética Argentina, el Paraguay y el Brasil dejaron de percibir 380 M US\$ cada uno, cuanto menos, debido a esta cláusula (y a la ausencia de la infraestructura al texto del tratado, que hace inviable cualquier proyecto de interconexión eléctrica) (CANESE, 1990, p. 141).

- 2) A falta de critérios para determinar os valores no cálculo dos “royalties” e compensações.

Desde la firma del tratado, el 26 de abril de 1973, hasta la fecha, se desconoce el criterio de como fueron calculados los valores de 300 US\$/GWh cedido, para la compensación, y de 650 US\$/GWh generado, para los “royalties”. Esta falta de criterios es inadmisibile y existen claros indicios que le perjudican al Paraguay. El criterio establecido en el tratado de Yaceretá para la compensación por la unitario de 2.998 US\$/GWh, no casualmente casi 900% mayor que el mismo valor unitario fijado en el tratado de Itaipu. (CANESE, 1990, p. 141).

Ricardo Canese (1991) ainda denunciou violações do Tratado de Itaipu em três aspectos:

- 1) Entregar ao Brasil uma energia subsidiada, entre os anos 1986 até janeiro de 1991.

- 2) Os *royalties* e a compensação não são pagos mensalmente, conforme acordado no Tratado.

Desde 1986, quando deveriam ter sido iniciados os pagamentos mensais, até a data de redação deste trabalho (agosto de 1991), os atrasos têm sido sistemáticos durante vários anos, implicando em dívidas de centenas de milhões de dólares (CANESE, 1991, p. 46).

- 3) O Brasil teria deixado potência instalada sem contratar (pagar).

Em 1988 e 1989 [...] como possuía excesso de energia em suas próprias usinas hidrelétricas, o Brasil deixou de duas a três máquinas paradas, sem pagar nada por elas.

A impossibilidade de vender energia a terceiros países, imposta pelo tratado, não permitiu que se vendesse o excedente energético (CANESE, 1991, p. 47).

O Tratado de Itaipu assinado pelos Presidentes do Brasil e Paraguai em 1973, ainda é objeto de críticas de ambos os países. O Brasil considerou o Tratado como um ato de extremo beneficiamento para o Paraguai; por outro lado, o Paraguai o considerou leonino e injusto. Com a eleição de Fernando Lugo em 2008 passou a crescer a pressão para se rever o Tratado e aumentar o preço pago pela energia ao Paraguai. Em 2011, após pressão do Paraguai, o Senado brasileiro aprovou o projeto que triplica a quantia paga pelo Brasil aos paraguaios pela cessão de energia da hidrelétrica.

2.4 - NATUREZA JURÍDICA DA ITAIPU

A natureza jurídica da Itaipu tem algumas especificidades por se tratar de uma entidade Binacional, ou seja, o que a rege não são nem questões jurídicas do Brasil, nem do Paraguai, pois se trata de uma empresa internacional:

I – A entidade binacional denominada Itaipu, criada diretamente pelo Tratado entre Brasil e Paraguai, de 26 de abril de 1973, constitui uma *empresa juridicamente internacional*, consistente em uma pessoa jurídica emergente no campo do direito internacional público, por ser decorrente de um Tratado, com a vocação e a finalidade específica de desempenho de atividade internacional industrial, como concessionária de serviço público internacional, comum a dois Estados.

II – Submetida, primordialmente, ao regime de direito internacional, nos termos em que estabelecido no competente ato de sua criação, Itaipu somente está sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros, de ordem externa ou interna, constantes das

disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem, não se lhe aplicando as normas de direito interno, constitucionais ou administrativas, incidentes sobre agentes, entidades ou responsabilidades estritamente compreendidas no âmbito da jurisdição nacional (ITAIPU, 2004, p. 13).

Além disso, conforme a Ementa II, sendo regida pelo direito internacional, a Empresa não está submetida às normas de direito interno dos países contratados, logo não necessita nem mesmo prestar contas à União. A Itaipu, sendo uma entidade binacional, não está sujeita às normas aplicáveis a agentes públicos ou entidades públicas nacionais, então não há inspeções administrativas ou supervisões hierárquicas.

Em relação à autonomia administrativa, financeira ou técnica reconhecida aos organismos internacionais, existe a partir do próprio tratado, um mecanismo de controle dos Estados, assegurando sua presença e fiscalização, através da escolha dos dirigentes e na possibilidade de sua revogação.

Os órgãos da administração de Itaipu estão representados pelo conselho de administração e pela Diretoria Executiva, cujas composições, em exato atendimento do dominante critério paritário de todo o empreendimento, contam com igual número de representantes de cada país. Enquanto os Conselheiros têm um mandato de quatro anos, os Diretores têm-no de cinco, todos nomeados diretamente pelos respectivos Governos, cabendo, porém, destacar que tais mandatos são a qualquer tempo revogáveis, o que constitui um índice ponderável do poder de vigilância dos Governos sobre a vida da entidade (arts. VIII, IX, XI e XII, do Estatuto) (ITAIPU, 2004, p. 13).

Conforme os mecanismos administrativos da Itaipu é possível identificar a existência de certos controles, mesmo que de maneira indireta, como no caso dos Estados participarem da escolha dos seus integrantes. E uma forma de controle externo principalmente de ordem econômico-financeira, seria exercida pela Eletrobrás e pela Ande: “mediante a apreciação e decisão sobre o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da conta de Resultados do exercício anterior, elaborados pela Diretoria Executiva e já submetidos a exame e parecer do Conselho de Administração (art. VIII)” (ITAIPU, 2004, p. 13).

2.5 - HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Após a formalização do Tratado entre Brasil e Paraguai, em 17 de maio de 1974, foi criada a entidade Itaipu Binacional. Criou-se no lado brasileiro um consórcio responsável pela construção da obra, denominado *União de Construtoras Limitada* (UNICON), formado pela

Cetenco, CBPO, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior (LIMA, 2006, p. 216). Este consórcio administrava as obras da construção da usina da Itaipu, no lado brasileiro. No lado paraguaio foi criada a CONEMPA¹⁷, composta pelas seguintes empresas: Barril Hermanos, Cia. General de Construcciones, ECCA.S.A., Ing. Civil Hermanos Baumam, ECOMIPA – Emp. Const. Min. Paraguaya e Jiménez Gaona & Lima. A partir disso, iniciou-se o planejamento para o início da construção da usina. Um ano depois, em 1975, foi dado início às obras.

A Barragem principal da Itaipu está 14 km a montante da cidade de Foz do Iguaçu e para sua construção e da Casa de Força (localizada no pé da barragem principal, transversalmente ao rio) foi necessário desviar o rio, o que foi realizado por um Canal de Desvio construído na margem esquerda. Essa foi a primeira grande meta iniciada em 1975 e concluída em 1978.

Segundo a Empresa, a construção de Itaipu foi dividida em três etapas:

A primeira abrangia a escavação do canal de desvio e a construção da estrutura de desvio, culminando com o desvio do rio do seu leito natural para o canal;

A segunda abrangia principalmente a execução das diversas estruturas de concreto, barragens de terra e enrocamento, bem como a montagem dos primeiros geradores, culminando com o fechamento do rio (e consequente enchimento do reservatório) e com o início de operação da primeira unidade geradora;

A terceira compreendia a execução da casa de força no canal de desvio e a complementação da montagem das unidades geradoras restantes. (ITAIPU, 1990, p. 21)

Em 1978, foi aberto o canal de desvio do Rio Paraná, com dois quilômetros de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade, permitindo secar um trecho do leito original do rio para ali ser construída a barragem principal, em concreto. Com isso foi concluída uma etapa importante das obras de construção da Hidrelétrica de Itaipu, com a explosão de 55 toneladas de dinamite, conforme explica Maria de Fátima Ribeiro:

O canal de desvio das águas do Rio Paraná permaneceu aberto até 1982, quando as comportas da represa foram fechadas para segurar as águas do Paraná. O represamento formou um reservatório de água com 1.400 quilômetros quadrados, tendo a capacidade de armazenar 29 bilhões de metros cúbicos de água.

O desvio do rio permitiu a construção das obras de barragem onde, inclusive, foi construída a casa de força, que abrigou as 18 turbinas do complexo de geração de energia elétrica (RIBEIRO, 2006, p. 17).

¹⁷ CONEMPA designa o Consórcio das seis Empresas Construtoras Paraguaias.

Para a concretização da obra só no lado brasileiro a Itaipu adquiriu e/ou indenizou uma área para a formação do reservatório de 101.092,52 hectares, a maior parte era área agrícola, compreendendo 8.519 propriedades, das quais 6.913 eram rurais e 1.606 urbanas. Estima-se uma média de 40.000 moradores expropriados, somente no lado brasileiro. No lado paraguaio, onde havia uma área bem menos povoada, foi desapropriada uma área de 119.410 hectares, indenizando 1.243 propriedades, na maioria propriedades rurais, envolvendo cerca de 5.000 pessoas (ITAIPU, 2008, p. 113). As áreas desapropriadas totalizaram 3.280 hectares, na margem direita no Paraguai e 5.344 hectares, na margem esquerda no Brasil (ITAIPU, 1990, p. 19). Uma área entre Brasil e Paraguai de 1.350 quilômetros quadrados ficou submersa.

Segundo dados da empresa (ITAIPU, 2008, p. 113 - 114), no Paraguai o programa da aquisição de terras foi realizado entre os 1978 e 1982, no qual cerca de 87% da população desapropriada se reassentou na vizinhança da região do projeto, onde puderam adquirir novas áreas em média 50% maiores do que tinham antes. No Brasil, segundo a empresa, muitas famílias foram reassentadas em áreas de projeto de reassentamento providenciadas pelo Governo Federal, localizadas nos Estados do Paraná, Bahia e Acre. Foram reassentadas cerca de 700 famílias dando um total de 4.000 pessoas. O valor que a Empresa divulga como o total de indenização paga pela aquisição das terras foi de US\$ 190 milhões.

Cabe registrar que, na margem direita, sobre um total de 1.324 processos de desapropriação de imóveis, iniciaram-se ações judiciais de pagamento por consignação contra apenas 28 desapropriados (cuja titularidade, de acordo com os estudos jurídicos realizados, foi considerada duvidosa) ou contra os descontentes com o montante da indenização oferecido. Isso significa que apenas 2% das propriedades foram processadas judicialmente; em suma, 98% dos processos foram conduzidos por negociação direta.

Quadro semelhante deu-se na margem esquerda, onde, sobre um total de 8.500 processos, foram ajuizadas apenas 16 ações. As demais áreas foram adquiridas amigavelmente (ITAIPU, 1990, p. 19).

Chama a atenção na última frase: “As demais áreas foram adquiridas amigavelmente”, negando todos os movimentos reivindicatórios dos expropriados que, ao longo de anos, brigaram para melhorar o valor das indenizações que recebiam por suas terras.

O Plano Diretor do canteiro industrial, bem como o planejamento geral da obra foi elaborado pelo Consórcio Enge-Rio/Logos/Gcap, definindo os níveis de produção requeridos para as diferentes frentes de serviços e dimensionando os equipamentos de apoio das instalações industriais e os de produção (ITAIPU, 1990, p. 19).

Para o desenvolvimento do projeto executivo de engenharia da usina foram contratadas quatro empresas brasileiras associadas ao Grupo Consultor Alto Paraná (Gcap): a Engevix Engenharia S.A., do Rio de Janeiro, responsável pela elaboração do projeto final do vertedouro e da barragem lateral direita; a Promon Engenharia Ltda., de São Paulo, tinha como tarefa a elaboração do projeto final da barragem principal; a Themag Engenharia Ltda., de São Paulo, responsável pela elaboração do projeto final da casa de força; e a Hidroservice Engenharia Ltda., também de São Paulo, responsável pela elaboração do projeto das barragens de terra (ITAIPU, 1990, p. 19).

A Itaipu Binacional contratou o consórcio constituído pela empresa americana International Engineering Company Inc. (Ieco), de São Francisco, e pela empresa italiana Eletroconsult SpA (Elc), de Milão, para coordenar os trabalhos realizados pelas empresas citadas acima, além de executar alguns trabalhos específicos de engenharia, como o projeto das obras de desvio, barragem de enrocamento, especificação para turbinas e geradores e equipamentos de extra-alta-tensão (ITAIPU, 1990, p. 19).

Um dos setores mais beneficiados com a construção de Itaipu foram as empreiteiras, destacando-se: a Cetenco¹⁸ que atua no Brasil e no exterior desde 1930; a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), atualmente faz parte do grupo Odebrecht e inicialmente foi de propriedade de Oscar Americano; Camargo Correa¹⁹, empresa paulista fundada em 1939; Andrade Gutierrez²⁰, empresa mineira fundada em 1948; e Mendes Júnior²¹, também mineira fundada em 1953. Esta última era considerada a maior construtora do país e durante a construção da Usina de Itaipu, segundo Tão Gomes Pinto (2009), foi a responsável por 89% da obra, somando às demais empreiteiras os 11% restantes.

As cinco empreiteiras citadas formaram a UNICON e constituíam o Consórcio Brasileiro-Paraguaio UNICON/CONEMPA e eram responsáveis por se encarregar de executar as obras civis, de acordo com os contratos firmados e assinados em 06 de outubro de 1975 e em 17 de maio de 1977. A CONEMPA era formada pelas firmas paraguaias Barril Hermanos, Cia. General de Construcciones (Ecca S.A.), a Empresa Construtora Minera Paraguaya S.A. (Ecomipa), e a Civil Hermann Baumann e Jimenez Gaona & Lima.

Ao todo foram 15 municípios atingidos pela barragem, tendo que lidar com o processo de desapropriação das terras atingidas pelo lago de Itaipu. No livro *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*, há uma citação do José de Souza Martins que retrata a

¹⁸ Disponível em: <www.cetenco.com.br> Acesso em janeiro de 2010.

¹⁹ Disponível em: <www.camargocorrea.com.br> Acesso em janeiro de 2010.

²⁰ Disponível em: <www.andradegutierrez.com.br> Acesso em janeiro de 2010.

²¹ Disponível em: <www.mendesjunior.com.br> Acesso em janeiro de 2010.

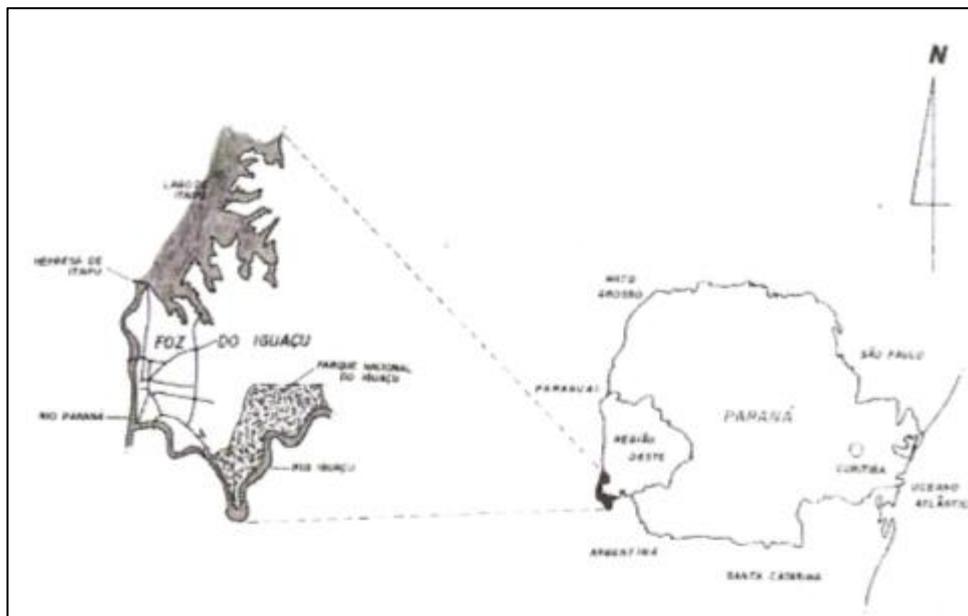
lógica da Empresa: “a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo” (MARTINS, 1991, *apud*, LIMA, 2006, p. 333), sendo necessária a implantação dos objetivos para que o capital se estabeleça. Esse foi o grande argumento utilizado pelas autoridades para legitimar as ações expropriatórias.

2.6 - INFRAESTRUTURA EM FOZ DO IGUAÇU

Este tópico apresenta uma breve história recente de Foz do Iguaçu, região fronteira com o Paraguai e a Argentina, localizada no Oeste do Paraná, juntamente com a contextualização da construção da Usina de Itaipu. Aborda as influências ocorridas no município a partir da construção da usina e o consequente crescimento demográfico ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980.

Foz do Iguaçu faz fronteira com outros dois países, Paraguai e Argentina. O Rio Iguaçu, no qual encontram-se as Cataratas do Iguaçu, separa o Brasil da Argentina e o Rio Paraná, no qual se encontra a Usina de Itaipu, separa o país do Paraguai. Em função da sua geografia, estabeleceu-se uma colônia militar na fronteira em 1888, para que se garantisse a integridade do território brasileiro, dando início ao processo de ocupação. Para visualizar geograficamente a região de estudo, apresentamos o mapa a seguir:

FIGURA 3: Localização da área em estudo.



Fonte: Perfil. Anuário estatístico/Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento, departamento extraordinário de pesquisa e informação, 1996. p. 163.

O município foi elevado a essa condição em 1914, pela lei nº 1383, quando foi criada a Vila Iguazu, assumindo o primeiro prefeito municipal, o Coronel Jorge Schimmelpfeng, que junto com sua família, deixou a capital para construir uma nova vida em outra cidade e cujo mandato durou dez anos. Foz do Iguazu passou a ser chamada assim a partir de 1918 (LIMA, 2001, p. 23).

Diversos grupos contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de Foz do Iguazu: além das primeiras famílias de pioneiros a ocupar o município, também vieram colonos imigrantes de países como Alemanha e Itália e expressivo número de argentinos e paraguaios.

No livro “*Foz do Iguazu – Retratos*”, publicado em 1997 pela prefeitura de Foz do Iguazu, observa-se, através dos depoimentos, que a partir de 1930 ocorreu à vinda de migrantes de várias origens e procedências, principalmente através das empresas colonizadoras, movimento esse que foi intensificado nas décadas de 1950 e 1960. Em 1970, Foz do Iguazu contava com pouco mais de 30.000 habitantes.

No município encontra-se o Parque Nacional do Iguazu, criado em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas e até então de propriedade particular. O Parque localiza-se a 17 km do centro de Foz do Iguazu, tem área total de 185.262,20 hectares, abriga cerca de 2 mil espécies de plantas e 400 de aves. Em 1986 foi tombado como Patrimônio Natural da Humanidade, durante a conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris. Encontra-se no local as Cataratas do Iguazu, responsável por atrair, atualmente, uma média de 3.000 visitantes por dia²².

A Ponte da Amizade foi o primeiro grande passo da região para romper com certas limitações que dificultavam o seu avanço. Por meio de um acordo assinado entre Brasil e Paraguai, em 1956 deu-se início à construção da Ponte da Amizade sobre o rio Paraná, inaugurada em 1965 pelos presidentes Castelo Branco, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai. Este projeto beneficiou ambos os países, atraindo investimentos, aumentando o comércio e desenvolvendo as duas cidades mais próximas, Foz do Iguazu e Ciudad del Este.

Entretanto, as dificuldades de comunicação e transporte entre Foz do Iguazu e o resto do Estado culminaram muitas vezes na falta de abastecimento de produtos básicos. A BR-277 foi um elemento importante de desenvolvimento da região Oeste do Paraná, ligando o leste ao oeste do Estado, a qual terminou de ser asfaltada em 1969, e inaugurada pelos presidentes

²² Informação da Empresa Cataratas (ano-base 2010).

Costa e Silva, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai. A rodovia tem 730 km de extensão, com início no Porto de Paranaguá e término na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu.

O Aeroporto tornou-se uma necessidade em uma cidade de difícil acesso, em função da falta de transportes e comunicação, nas primeiras décadas do século XX. Com isso, lideranças da comunidade organizaram a instalação do primeiro aeroporto de Foz do Iguaçu, em 1935. Várias ampliações, melhorias e até deslocamento do Aeroporto foram realizadas ao longo dos anos e, com as demandas do setor turístico e da construção da Hidrelétrica de Itaipu, a administradora do Aeroporto desde 1974, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), fez um planejamento de ampliação.

Outro avanço significativo com o qual o oeste paranaense se beneficiou foi a construção da Ponte Internacional da Fraternidade, inaugurada em 1985, ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, à cidade de Puerto Iguazú, na Argentina. Seu nome oficial é Ponte Tancredo Neves, com extensão de 489 metros, sobre o Rio Iguaçu²³.

As Cataratas do Iguaçu, consideradas uma das sete maravilhas do mundo, são responsáveis por atrair grande quantidade de turistas para a região. São 275 quedas de água no Rio Iguaçu, localizadas entre o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Iguazú, Misiones, na Argentina. Esse apelo turístico contribui dando suporte econômico para o município com as atividades em seu entorno. Além disso, uma enorme infraestrutura foi sendo criada para atender aos visitantes, como restaurantes, hotéis e melhorias na cidade, principalmente/ predominantemente nas áreas de circulação turística.

Na década de 1970, o oeste paranaense passou por uma série de transformações geradas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, repercutindo de maneira negativa sobre os pequenos produtores, tornando suas atividades voltadas à comercialização e ao financiamento bancário que por vezes resultou na perda da terra. A consequência gerada neste contexto foi o aumento da população nas áreas urbanas, o êxodo rural no âmbito regional, estadual e mesmo nacional.

²³ Segundo alguns autores, a exemplo do Perci Lima, o desenvolvimento de Foz do Iguaçu deu-se através de quatro ciclos econômicos: o primeiro compreendeu ao período de 1870 e 1970, com o cultivo de erva-mate e a extração predatória da madeira, exportada para Argentina; o segundo é chamado de ciclo de Itaipu e situa-se entre 1975 e 1985, quando houve um aumento, tanto no setor econômico quanto demográfico, devido à implantação da obra da hidrelétrica de Itaipu; o terceiro ciclo é o de exportação e turismo de compras compreendido entre 1985 e 1995, que acabou absorvendo grande parte da mão-de-obra gerada pela hidrelétrica; e, o quarto ciclo compreende-se entre 1995 a 2001, com a consolidação do Mercosul, integrando Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Essa periodização é questionável, pois, mesmo que haja a possibilidade de ser utilizado o critério de “ciclos econômicos”, a indicação temporal não apresenta sustentação, a exemplo do primeiro deles, e o marco para a Itaipu não tem a mesma condição do que os demais.

A modernização da agricultura foi incentivada pelo governo federal, fazendo com que o pequeno agricultor passasse a utilizar máquinas, implementos e equipamentos modernos (ZAAR, 1999, p.25). Criou-se uma série de políticas direcionadas à elevação do nível tecnológico neste setor. O objetivo era aumentar a produtividade, investindo-se na adoção de novos processos produtivos capazes de possibilitar a expansão da produção agrícola brasileira à exportação.

Porém, as políticas de modernização da agricultura beneficiavam bem mais os grandes e médios produtores, enfraquecendo os pequenos. A consequência desse modelo foi uma grande quantidade de agricultores expropriados de suas terras e a diminuição da mão de obra em atividades agropecuárias. Reduziu-se a população rural em função da falta de opções, aumentando nas áreas urbanas devido à busca de oportunidades de trabalho.

As mudanças demográficas e a migração da população rural para os centros urbanos estavam ocorrendo em todo o Brasil, devido ao processo de modernização e mecanização da agricultura, gerando grande êxodo rural. A atração para Foz do Iguaçu ocorreu devido às grandes expectativas geradas pela construção da maior hidrelétrica do mundo e de todo o aparato que o município necessitava em termos de mão-de-obra.

Uma divisão simplificada da história de Foz do Iguaçu tem dois períodos: antes e depois de Itaipu. Terminou a era da evolução lenta e penosa, com surtos e progressos esparsos, e deu-se ingresso numa era de abrupta e profunda transformação. (*Foz do Iguaçu – Retratos, 1997, p. 28.*)

Essa transformação pode ser percebida pelo número de habitantes, pois antes da obra, na década de 1970, o município contava com pouco mais de 30.000 habitantes e após seu término, nos anos 1990 já contava com aproximadamente 190.000 habitantes.

Segundo estimativas, no pico de sua construção, a Itaipu Binacional abrigou mais de 40 mil operários (RIBEIRO, 2002, p. 62). Dados do IBGE e da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu mostram que o município tinha, no início do processo de construção da usina, na década de 1970, 33.966 habitantes, passando em 1980 para 136.352 habitantes e atualmente o município comporta 325.137 habitantes (ano-base 2010)²⁴.

O impacto causado pelo aumento populacional em tão pouco tempo representou grandes mudanças de ordem geográfica, econômica, social e política, às quais o município teve que se adequar, buscando alternativas para suprir diferentes necessidades emergidas de forma acelerada.

²⁴ Disponível em: < <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=10638>> Acesso julho de 2010.

Dados do IBGE²⁵, conforme o demonstrativo da Tabela 1, indicam grande crescimento demográfico no município de Foz do Iguaçu, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, ficando mais evidente ao compararmos com o crescimento populacional no Brasil, na Região Sul, no Estado do Paraná e com os municípios de Curitiba, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

TABELA 1: Número de habitantes no Brasil e regiões - 1970 e 2000

REFERÊNCIA	1970	1980	1991	2000
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856
Sul	16.496.322	19.031.990	22.129.377	25.110.348
Paraná	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.564.643
Curitiba – PR	609.026	1.024.980	1.315.035	1.587.315
Cascavel – PR	89.921	163.470	192.990	245.369
Toledo – PR	68.885	81.287	94.879	98.200
Marechal Cândido Rondon – PR	43.776	56.210	49.430	41.007
Foz do Iguaçu – PR	33.966	136.352	190.123	258.543

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Último acesso em agosto de 2010. Tabela organizada pela autora.

TABELA 2: Percentual de crescimento do número de habitantes no Brasil e regiões - 1970 e 2000

REFERÊNCIA	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Brasil	27,78%	23,37%	15,70%
Sul	15,37%	16,27%	13,47%
Paraná	10,10%	10,73%	13,21%
Curitiba – PR	68,30%	28,30%	20,71%
Cascavel – PR	81,79%	18,06%	27,14%
Toledo – PR	18,00%	16,72%	3,50%
Marechal Cândido Rondon – PR	28,40%	-12,06%	-17,04%
Foz do Iguaçu – PR	301,44%	39,44%	35,99%

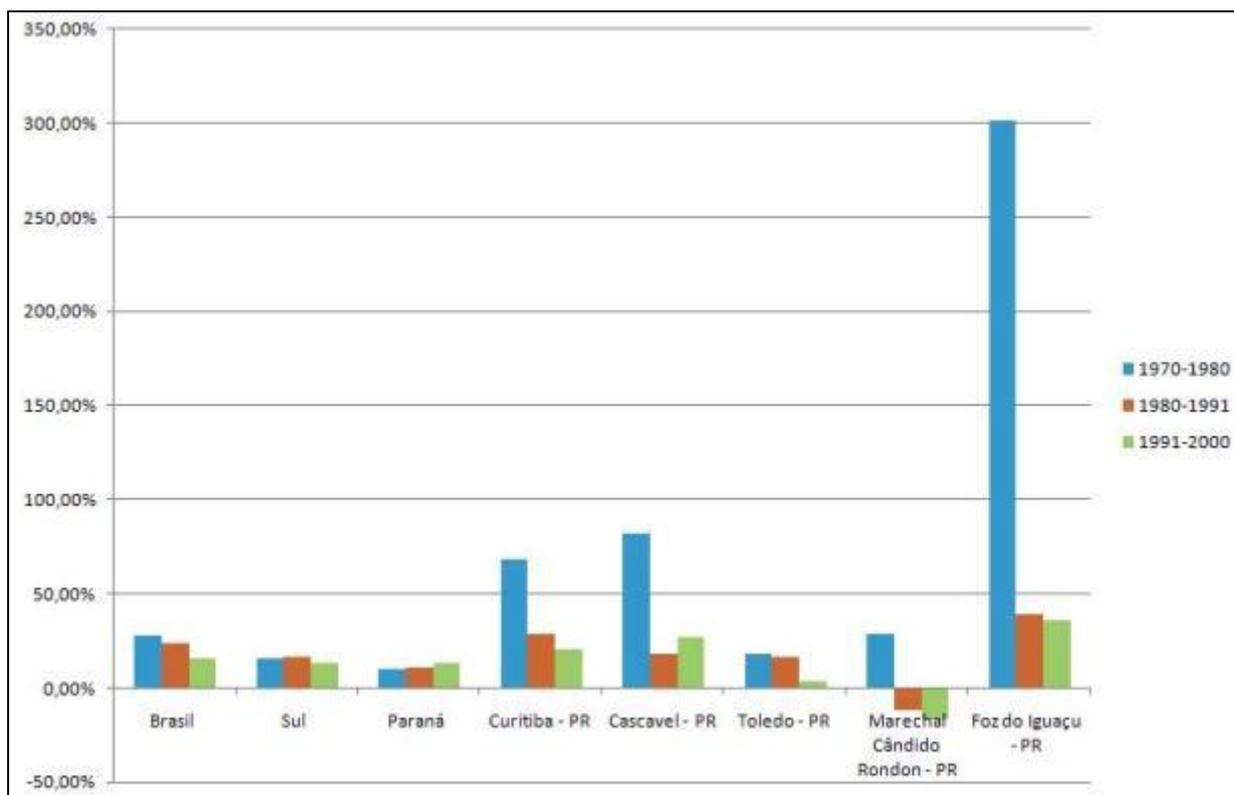
Fonte: Censo Demográfico IBGE. Último acesso em agosto de 2010. Tabela organizada pela autora.

Proporcionalmente, observa-se um aumento da população de Foz do Iguaçu de 301,5% entre as décadas de 1970 e 1980, época da construção da hidrelétrica de Itaipu. Ao compararmos com o crescimento populacional do Brasil, Região Sul, Paraná e alguns municípios, neste mesmo período, percebemos que todos tiveram aumento populacional, porém com percentual muito abaixo do demonstrado em Foz do Iguaçu. Apesar disso, também percebe-se um grande crescimento tanto em Curitiba como em Cascavel.

O gráfico abaixo apresenta uma projeção mais perceptível deste crescimento demográfico em Foz do Iguaçu, ocorrido entre 1970 e 1980:

²⁵ Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em agosto 2010.

FIGURA 4: Comparativo do número de habitantes entre regiões e municípios.



Fonte: Censo Demográfico IBGE. Último acesso em agosto de 2010. Gráfico organizado pela autora.

O aumento exacerbado da população em Foz do Iguaçu, entre 1970 e 1980, pode ser explicado pela confluência de vários fatores: a mecanização da agricultura, ocasionando êxodo rural, e o aumento do número de pessoas nas áreas urbanas; as atrações turísticas de Foz do Iguaçu, criando uma demanda de mão-de-obra para atender esse crescente negócio (estrutura hoteleira, restaurantes, centrais de atendimento aos turistas, transporte etc.); a geografia possibilitando grande movimentação de pessoas entre os três países; e, somando-se a esses fatores, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu criou grandes expectativas de emprego para diversas regiões do Brasil e dos países vizinhos. Esses fatores ajudam a compreender o porquê do aumento significativo da população no município estudado.

Para que a Usina Hidrelétrica de Itaipu fosse construída entre os municípios de Foz do Iguaçu e Puerto Stroessner, hoje Ciudad del Este, necessitava-se de uma grande infraestrutura capaz de comportar as demandas da obra. Muitas empresas instalaram-se nos municípios, na expectativa de atender diretamente a Empresa Binacional e tudo que ia ser desenvolvido em torno, ou devido ao aumento do número de moradores no município.

A empresa de Itaipu oferecia moradia, serviço médico, escola gratuita, alimentação, além de um sistema de atividades “extras” como cinema, shows e jogos de salão. Tudo ficava a cargo da Diretoria de Coordenação de Itaipu, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio.

Itaipu exigiu uma enorme infraestrutura. Por isto, vários investimentos foram feitos, uma vez que foi necessário melhorar o abastecimento de água e energia elétrica, produzir o atendimento à saúde e educação (mediante a construção de hospitais, escolas, estradas), bem como criar vilas residenciais. (RIBEIRO, 2002, p. 53 - 54)

Os conjuntos habitacionais são exemplos da infraestrutura necessária para atender os trabalhadores de maneira satisfatória, sendo construídas 9.374 unidades habitacionais, entre Brasil e Paraguai (Revista *Construção da Pesada*, ano 9, 1979), compostos por três conjuntos residenciais em Foz do Iguaçu e oito conjuntos residenciais em Puerto Stroessner. Estes conjuntos totalizavam uma população de aproximadamente 21.000 pessoas do lado brasileiro e 14.600 do lado paraguaio. O critério de distribuição dos trabalhadores nos centros habitacionais era conforme a função desempenhada na Itaipu. Com isso, determinava-se o padrão das residências a serem construídas, bem como seu entorno.

Os operários solteiros ficavam em alojamentos no canteiro das obras. O conjunto habitacional “C” ficava afastado do núcleo urbano e tinha caráter temporário, sendo destinado à moradia dos funcionários menos graduados, oferecendo infraestrutura simples, com uma escola de ensino fundamental administrada pelo Colégio Anglo Americano. O conjunto habitacional “B” era destinado a funcionários de nível superior, com jardins e acabamento requintados. Já o conjunto habitacional “A” era destinado aos funcionários de nível técnico, administrativo e superior, oferecendo uma escola também administrada pelo Colégio Anglo Americano, além de funcionar o SENAI, com cursos de formação profissional, dirigidos aos filhos dos moradores dos conjuntos habitacionais e comunidade em geral.

FIGURA 5. Foto aérea da Vila C em Foz do Iguaçu/PR.



Fonte: *Hydroelectric Project*. Curitiba/PR: Itaipu Binacional, 1994

A reprodução da hierarquia e a ordem social na obra era vista também nas escolas, pois uma era direcionada aos filhos dos funcionários menos graduados, os “peões” da vila “C”, e outra específica para os filhos dos funcionários mais graduados, moradores das vilas “A” e “B”. Este fato acentuava as diferenças e aumentava a rivalidade existente entre as vilas como abordou Catta (2003).

Ao contrário dos moradores das Vilas “A” e “B”, que tinham melhores condições de vida, a realidade dos moradores da Vila “C” era de precariedade. Casas pequenas e geminadas eram habitadas por até 12 pessoas, às vezes em lugares com 50 metros quadrados. Isso ajudava a manter um ambiente propício às brigas, discussões e frustrações.

A Itaipu motivava e orientava os trabalhos no Centro Comunitário do Conjunto Habitacional “A”, com objetivo de promover uma série de atividades não só para as pessoas ligadas à obra como também para a comunidade de Foz do Iguaçu, como, por exemplo, aulas de corte e costura, crochê e artesanato em cerâmica. Os artigos produzidos eram comercializados na própria comunidade. O centro oferecia também atividades para as crianças, como teatro, balé e campeonatos esportivos em diversas modalidades.

Havia interesse, por parte da empresa, de propiciar atividades que mantivessem os funcionários e familiares ocupados, pois era uma forma de evitar eventuais conflitos, como afirma Catta, pois essas atividades acabavam “... promovendo uma pseudo-integração através

de jogos, gincanas e atividades beneficentes, estratégia esta que as manteve isoladas entre si” (CATTA, 2002, p. 104). A empresa procurava administrar os conflitos latentes de diferentes formas, com atividades na área da educação, atividades esportivas, artesanais oferecidas pelo SENAI e artístico-culturais.

A hidrelétrica de Itaipu entrou em operação com a primeira unidade geradora de energia em 5 de maio de 1984 e o resultado, na medida em que a obra ia sendo terminada, era uma imensa massa de trabalhadores dispensados de seus trabalhos, adaptando-se à cidade na procura de um novo trabalho. Muitos constituíram famílias, o que dificultava uma mudança para outro município ou para as cidades de origem.

Segundo dados da empresa Binacional, o custo do empreendimento (juros durante a construção não computados) totalizou US\$ 11,7 bilhões em dezembro de 1998, sendo que o custo final foi maior, pois não tinha sido incluído nesses custos obra complementar, “tais como a instalação das duas novas unidades geradoras de 700 MW e os sistemas SCADA (Supervisão, Controle e Aquisição de Dados) e MONDIG (Monitoramento e Diagnóstico das Unidades Geradoras)” (ITAIPU, 2004, p. 13). Este custo foi viabilizado através de empréstimos e financiamentos obtidos de diversas fontes internacionais, sendo fiador o próprio governo brasileiro.

Para visualizar geograficamente a taipa da represa da Usina Hidrelétrica de Itaipu, apresentamos a imagem a seguir:

FIGURA 6. Vista aérea da usina hidrelétrica de Itaipu.



Fonte: Google Earth, última foto tirada em 05 de setembro de 2006. Acesso em julho de 2011.

Para utilizar o potencial hidráulico do Rio Paraná, a Itaipu paga, desde 1985, aos governos dos dois países (Brasil e Paraguai) os *royalties*, previstos no Tratado de Itaipu, no Anexo C²⁶, publicado no Diário Oficial da União, no Brasil, em 30 de agosto de 1973.

Na Constituição Federal, o artigo 20²⁷ define como bens da União, entre outros, os potenciais de energia hidráulica. Seu parágrafo primeiro assegura participação dos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da administração direta da União, no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou a compensação financeira por esta exploração.

Nesse contexto foram estabelecidos, como pagamento pela exploração de recursos hídricos, os *royalties* para a Itaipu Binacional e, para as demais concessionárias e empresas autorizadas, a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.²⁸

O pagamento de *royalties* ao Brasil e ao Paraguai foi uma compensação financeira pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica e pelo alagamento de uma área relativa a 6.847,47 Km². Quem ficou responsável pelo gerenciamento do recolhimento dos recursos, assim como pela distribuição entre os beneficiários foi a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O cálculo do valor a ser pago a título de *royalties* pela Itaipu Binacional varia conforme a geração total de energia no mês.

O Paraguai já recebeu mais de US\$ 3,40 bilhões de recursos oriundos dos *royalties*, que são repassados integralmente ao *Ministerio de Hacienda*²⁹.

Segundo dados da Itaipu, no Brasil, o Tesouro Nacional recebeu inteiramente os *royalties* da Itaipu até 11 de janeiro de 1991, quando entrou em vigor a Lei dos *Royalties*, que discrimina a distribuição entre estados, municípios e a União. A partir de 1991, com a regulamentação da Lei, a distribuição da compensação financeira passou a ser feita da seguinte forma: 45% aos estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento

²⁶ Conforme o Tratado de Itaipu, no anexo C, sobre o custo de eletricidade, este deverá ser contemplado: “O montante necessário para o pagamento dos *royalties* às altas partes contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por giga watt-hora gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada alta parte contratante. O pagamento dos *royalties* se realizará mensalmente, na moeda disponível pela Itaipu.”

²⁷ Instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

²⁸ Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Atlas/energia_hidraulica/4_11.htm> Acesso em: abril 2010.

²⁹ Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=node/194>> Acesso em: abril 2010.

Científico e Tecnológico). Desde 1985, a Itaipu pagou ao Brasil mais de US\$ 3,69 bilhões em *royalties*³⁰.

A distribuição dos *royalties* é proporcional à área alagada dos municípios, e esses percentuais são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Um dos municípios que mais recebeu com o pagamento dos *royalties* é Santa Helena, pois foi um dos mais afetados pelo alagamento. Hoje os municípios lindeiros que têm direito aos *royalties* são: Foz do Iguaçu, Santa Helena, Itaipulândia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa, assim como o município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul.

TABELA 3: Total da área alagada e valores dos *royalties* repassados aos municípios lindeiros atuais.

MUNICÍPIO	Área alagada (Km²)	Repasse atual US\$/mil	Acumulado US\$/milhões
Foz do Iguaçu	201,84	620,7	226,7
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	128,8	47
São Miguel do Iguaçu	90,91	279,5	114,5
Itaipulândia	179,73	552,7	189,4
Medianeira	1,16	3,6	1,3
Missal	40,07	123,2	45
Santa Helena	263,76	811,1	296,3
Diamante do Oeste	5,62	17,3	6,3
São José das Palmeiras	1,94	6	2,1
Marechal Cândido Rondon	56,04	172,3	69,8
Mercedes	19,32	59,4	20,3
Pato Bragado	47,07	144,7	49,6
Entre Rios do Oeste	32,90	101,2	34,6
Terra Roxa	1,58	4,9	1,7
Guaíra	51,01	156,8	57,3
Mundo Novo (MS)		45,2	16,4

Fonte: Itaipu Binacional

No dia 30 de abril de 2010, a Itaipu efetuou um repasse de *royalties* ao Tesouro Nacional, de US\$ 8,43 milhões. Ao governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisa com o reservatório da Itaipu, foi destinado o equivalente a US\$ 6,38 milhões³¹.

³⁰ Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=node/194>> Acesso em: abril 2010.

³¹ *Idem*.

2.7 - REOCUPAÇÃO RECENTE DO OESTE PARANAENSE E A DESAPROPRIAÇÃO DA ITAIPU

O drama pelo qual estavam passando os moradores que seriam desapropriados de suas terras em função da usina de Itaipu não era uma novidade, pois o Oeste do Paraná passou por vários processos de expropriações das terras e por novos processos migratórios.

O processo mais amplo de ocupação do oeste paranaense deu-se, conforme Wachowicz (1987), em três etapas. A primeira seria formada por populações dos Campos de Guarapuava, das antigas colônias de imigrantes europeus oriunda do chamado “Paraná Tradicional”, e migraram para regiões consideradas de terras mais baratas, como Guaraniaçu, Catanduvas, Cascavel e Foz do Iguaçu.

A segunda onda migratória originou-se das regiões sul, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em razão do crescimento demográfico, do excesso de mão-de-obra e de expansão da fronteira agrícola, havendo um deslocamento populacional para as terras do oeste paranaense, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970 formando principalmente, os municípios de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

O terceiro processo migratório originou-se do Norte do Paraná, no qual predominava a economia cafeeira expandindo sua ocupação para a região oeste, no mesmo período da segunda, essa frente originava-se de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Nordeste e acabaram ocupando os municípios de Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Aurora, parte de Toledo, Vera Cruz do Oeste, São José das Palmeiras (desmembrado de Santa Helena).

Para João Bosco Feres (1990) o processo de ocupação do Paraná deu-se com a expansão da cafeicultura e a *Operação Marcha para o Oeste* de Getúlio Vargas. Mirian Zaar (2000) conta que o processo de colonização se efetivou a partir de 1940, momento em que o Estado desenvolveu políticas de estímulo à ocupação. Filhos de pequenos proprietários rurais, em busca de terras saíram de suas regiões de origem no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocupando o Estado. Parte das terras do Oeste do Paraná foram adquiridas ou concedidas às empresas de colonização, entre elas a Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S/A (Maripá) que se estabeleceu em Toledo. Até 1951, segundo Feres, a Maripá havia vendido todos os lotes. Nas comunidades formaram pequenas agências imobiliárias atraindo amigos e familiares para a região, mas segundo o autor não houve um suporte jurídico que garantisse uma relação comercial honesta entre “pioneiros”, os novos migrantes colonos e imobiliária.

Essa falta de suporte jurídico fez com que posseiros novos e antigos brigassem pela posse da terra, e muitos deles perderam o direito, sendo obrigados a se retirar para outras regiões: “O Paraná passava a ser o palco de intensas e prolongadas lutas pela propriedade da terra, que se estenderam desde o final da década de 30 até o início de 60” (FERES, 1990, p. 485). Somando-se a isso, inicia-se a *intrusão* e a *grilagem* de terras, gerando violentos e sangrentos conflitos que se transformaram, segundo o autor, numa verdadeira instituição inerente a todo o processo de colonização anterior, principalmente nas áreas de Cascavel, Assis Chateaubriand, Missal e no Sudoeste do Paraná.

Conforme João Feres “a questão da propriedade e de concessão de terras caracteriza, essencialmente, a formação do Paraná. O conflito pela terra é a tônica das grandes convulsões havidas no estado [...]”. A partir da década de 1960, outro elemento se insere neste contexto ajudando no processo de emigração: a modernização da agricultura (ZAAR, 2000, p. 5; GERMANI, 2003, p. 25), pois o predomínio da lavoura mecanizada trouxe uma maior dependência do produtor ao capital, fazendo com que o pequeno produtor rural, que não dispusesse de condições, fosse excluído, emigrando para outras regiões, fato que aumentou a concentração da terra.

Na década de 1970, acrescenta Zaar, “onde as políticas estatais estavam voltadas para o incremento das forças produtivas, através do incentivo ao aumento das exportações e a ampliação do parque industrial brasileiro, [...] um obstáculo poderia se tornar fatal: a falta de energia” (ZAAR, 2000, p. 5). Este foi o grande argumento para a construção da Usina de Itaipu – aumento do progresso para o Brasil, e isso justificaria a desapropriação de mais de 6 mil famílias de agricultores (PINTO, 2009, p. 99). Estas mais uma vez teriam que se deslocar para outra região. Conforme explica Germani (2003), a desocupação provocada pela Usina não era novidade na região, pois se trocou os jagunços pelos funcionários da Itaipu.

Além disso, não havia neste período normas que regulassem a implantação de Usinas, tendo efeitos nocivos para a sociedade conforme explica Santos (2007):

Numa outra perspectiva, os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar tinham tido consequências socioambientais desastrosas. Assim, nos anos 1980, com a redemocratização do país, o setor elétrico enfrentou dificuldades para levar a termo projetos que estavam em andamento. Movimentos sociais contra a implantação de hidrelétricas disseminaram-se, tendo como referência a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), depois Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que emergiram como resistência organizada às barragens da bacia do Uruguai, de interesse da Eletrosul. Conforme dissemos em outro lugar, pode-se perceber que tais projetos foram e são implantados sem levar em conta as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas

expectativas e aspirações. As demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional ou internacional. Sua localização é decidida em função de critérios e estratégias complexos e distanciados das lógicas que presidem o cotidiano local (SANTOS, 2007, p. 88).

A forma de desapropriação provocada pela Itaipu não ocorreu de maneira homogênea para todas as terras, pois dependia da categoria da mesma. Guiomar Inez Germani, em *Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu* indicou essas categorias que diferenciavam a negociação, demonstrando que não havia igualdade entre elas. A autora enquadra as formas de propriedade em algumas categorias: proprietários, posseiros e arrendatários. O que os diferenciavam era existência ou não de uma escritura pública registrada. A Itaipu, representante do capital, obviamente privilegiava os proprietários, com os quais queria negociar como parceira. Essa postura não foi adotada com os posseiros que, sem escritura, não tinham o direito de receber nada pela terra. Porém essas categorias não são apresentadas de forma tão simples pela autora, que descreveu uma diversidade de situações entre proprietários e posseiros que tinham a posse da terra, mas não a escritura, dificultando o recebimento de indenizações. Muitas famílias não tinham como sair da terra, que era a condição básica de existência como produtores (GERMANI, 2003, p. 58-61).

Desta forma, os conflitos entre os atingidos e a Itaipu se intensificava. O que os expropriados alegavam não era tanto a perda em si da terra, que, era algo bastante traumático, considerando todo o esforço que estes trabalhadores tiveram na lida da terra e construindo uma estrutura em seu entorno que atendesse às suas necessidades básicas. O que os atingidos mais reclamavam era a forma desumana e arbitrária pela qual Itaipu procedeu as desapropriações. A falta de informação e de clareza sobre o projeto que não contemplou o impacto social gerou uma situação de insegurança no processo de desapropriação, como retratou a autora:

A obra já era um fato indiscutível. Era simplesmente apresentada para a população da região como um dado, eles não foram consultados antes e não o seriam agora. Porém, esta população deveria também se sentir responsável pela obra para a qual deveria dar a sua contribuição, não só através dos impostos que pagava, mas com o sacrifício de ter que abandonar suas terras sem problemas (GERMANI, 2003, p. 70).

No início, a Itaipu fazia reuniões em diferentes municípios e distribuía materiais como panfletos, cartazes e utilizava a rádio para informar a população sobre os feitos e demonstrar a seriedade da obra, inclusive se auto afirmando com propagandas de que a Itaipu pagaria o “preço justo”, tentando criar um consenso entre os atingidos. Porém, a partir do momento em

que iniciaram as primeiras indenizações, esse consenso começou a ficar mais longe de ser alcançado.

No início da obra, a aquisição das terras era realizada através de Escritura Pública de Compra e Venda. Após 1977, com a assinatura do Decreto Federal, foi delimitada a área para a formação do reservatório, considerando a área de utilidade pública, assim o decreto autorizava e legalizava a desapropriação.

Os conflitos foram gerados pela falta de informação, pela falta de critérios na avaliação das terras, pelas imposições e intimidações próprias do período de ditadura militar. Os atingidos “recebiam a notícia de que seriam desapropriados, mas não tinham a data deste acontecimento e o valor que seria pago pelas suas terras” (RIBEIRO, 2006, p. 62). A nota divulgada pela Itaipu demonstra o terror provocado pela empresa aos atingidos pela barragem que ainda resistiam à desocupação:

Atenção, senhores desapropriados que ainda moram na área do reservatório. No final deste ano, as águas do Rio Paraná vão começar a subir para formar o lago de Itaipu. Em duas semanas, uma vasta região será completamente coberta pelas águas. Às vezes, por morar um pouco distante do rio, é difícil acreditar que as águas cheguem até suas casas. Mas esteja certo de que, se as suas terras foram desapropriadas por Itaipu, é porque elas estão dentro dos limites do reservatório. E é para impedir que o senhor e sua família fiquem ilhados em sua casa que voltamos a informar que as águas do Rio Paraná vão subir mesmo. (In: CPT. Poeira, Ano V, nº 23, julho-agosto de 1982, p. 21).

Essa mensagem mostra a inevitabilidade do fato. O que a Itaipu queria dizer era que não se dispunham a dialogar, as águas iriam subir inevitavelmente.

CAPÍTULO III: POEIRA X UNICON: CONFRONTOS E CONTRAPONTO

Durante o processo de construção da usina hidrelétrica da Itaipu Binacional foram produzidos dois periódicos com objetivos e público-alvo diferentes, porém ambos voltados a uma mesma questão: a temática principal girou em torno da Itaipu. Enquanto um periódico tratou de dar voz aos atingidos e seus apoiadores, aqueles que estavam sofrendo as consequências diretas da desapropriação e das injustiças; o outro tratou a todo o momento de exaltar a obra, publicando matérias e relatando fatos e personalidades que se referiam aos aspectos positivos da construção da Usina e das suas Construtoras. Esta última posição negligenciava qualquer problemática social que a obra trazia, afora os cálculos de engenharia civil, das ferragens e da concretagem.

Este capítulo tem o objetivo de analisar o Boletim *Poeira*, criado em 1978, publicado pela Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT/PR) e confrontá-lo com o discurso oficial difundido pela Itaipu Binacional também expresso no *Informativo Unicon*, o primeiro jornal da empresa, criado pelo Departamento de Bem-Estar Social do consórcio das empreiteiras, a UNICON, em 1978.

Através da análise das matérias apresentadas nas edições destes veículos, pretendemos identificar os projetos que defendiam e as práticas pedagógicas presentes nos textos, ou seja, o poder simbólico que estes periódicos construíram. O Boletim *Poeira*, com sua posição contra-hegemônica, contestavam e denunciavam as ações da Itaipu, sendo o principal instrumento de comunicação que os expropriados tinham para compartilhar suas experiências, publicar concepções, denunciar as pressões sofridas pela Itaipu e a partir da sua pedagogia apresentar um projeto de ação para o movimento dos atingidos. O *Informativo Unicon*, como porta-voz da oficialidade, procurava fortalecer o consenso do projeto-obra da Itaipu, através de um discurso que propagava a imagem do Brasil como um país forte, um país do futuro, rico em

recursos naturais e convidava os brasileiros a contribuir para este crescimento, justificando os sacrifícios que a obra trazia em nome do progresso.

3.1 - TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

O *Boletim Poeira* foi organizado pela Comissão Pastoral da Terra do/no Paraná. A CPT, por sua vez, surgiu em 1975 num encontro realizado em Goiânia neste mesmo ano.

A CPT foi criada com o objetivo de lutar em defesa do homem no campo, tornando-se referência na atuação com os problemas fundiários existente no Brasil (CPT, 1983, p. 7). A criação da CPT estava inserida no contexto da Teologia da Libertação, enquanto exegese de uma práxis religiosa socialmente comprometida e engajada nos movimentos sociais que surgiram nos anos de 1960. Englobava uma teologia cristã crítica à oficialidade do Vaticano, no âmbito da Igreja Católica, e à hierarquia da Igreja na América Latina, segundo Michel Löwy (1991, p. 26), sendo uma crítica contra o conservadorismo das igrejas cristãs, a vinculação à ordem social e a aliança do alto clero aos dominadores e ao mero espiritualismo. Segundo Michael Löwy, muitos de seus preceitos constituem a origem radical de uma doutrina teológica libertadora, estabelecida nas Igrejas católicas e protestantes:

1. Um implacável requisitório moral e social contra o capitalismo dependente, seja como sistema injusto, iníquo, seja como forma de *pecado estrutural*.
2. A utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes.
3. Uma opção preferencial em favor dos pobres e da solidariedade com a luta pela autolibertação.
4. O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres, como uma nova forma da igreja e como alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista.
5. Uma nova leitura da Bíblia, voltada principalmente para passagens como Êxodo – paradigma da luta de libertação de um povo escravizado.
6. A luta contra a idolatria (e não o ateísmo) como inimigo principal da religião – isto é, contra os novos ídolos da morte, adorados pelos novos faraós, os novos Césares e os novos Herodes: Mammon, a Riqueza, o Poder, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a “Civilização Cristã Ocidental”. (LÖWY, 1991, p. 27 e 28)

Seguindo essa exegese, seus teólogos propunham uma pastoral baseada nas Comunidades Eclesiais de Base³², fazendo com que os próprios sujeitos sociais se organizassem em busca de melhores condições sociais, transformando a Igreja em um local de vivência comunitária, solidária e participativa. Assim, as CEBs surgiram no Brasil na década de 1960, com o objetivo de se tornarem lugar, organização e forma de resistência contra a exploração e a dominação capitalista.

As comunidades de base, foram a partir do início dos anos 60, o lugar social de um engajamento ativo de cristãos nas lutas populares, de uma reinterpretação do Evangelho à luz dessa prática e, em certos casos, de uma atração irresistível [...] pelo marxismo (LÖWY, 1991, p. 34).

O surgimento das CEBs está relacionado com a própria mudança originada na base social da Igreja Católica, pois, predominantemente, a atuação institucional da Igreja voltava-se, até então, à legitimação e manutenção da ordem econômica, social, política e cultural estabelecidas, estando e/ou ficando ao lado das classes dominantes.

Durante a década de 1960, setores religiosos da Igreja Católica (diocesanos e de congregações, padres e religiosas) e de pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com engajamento popular, passaram a assumir uma prática evangelizadora e de pastoral comunitária com perspectiva crítica ao capitalismo e de construção de uma transformação na sociedade, condenando as injustiças do sistema capitalista. Obviamente que este processo não se deu de maneira homogênea, mas contribuiu para gestar um novo sujeito coletivo, intelectual das classes subalternas (PETRINI, 1984, p. 43).

Segundo Petrini (1984), os membros das CEBs, cuja grande maioria era formada pelos próprios cristãos leigos, começaram a compreender que a ordem social existente era produto da atividade humana: “o mais importante nesse processo de renovação da Igreja Católica, através do movimento das CEBs, é a ‘conversão’ da inteligência no sentido de compreender racionalmente os acontecimentos pessoais, familiares e sociais” (PETRINI, 1984, p. 56-57). Dessa forma, segundo o autor, se antes a grande maioria da população não era considerada ou aceita como sujeito do processo social, com a pedagogia das CEBs seus integrantes passaram a ter consciência e a se verem como sujeitos conscientes da sua condição e das possibilidades de uma práxis transformadora.

³² Segundo Frei Betto, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram pequenos grupos organizados em torno da paróquia ou capela, por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras CEBs surgiram, segundo o autor, por volta de 1960.

Frei Betto chamou a atenção para o fato de que as CEBs não eram fechadas em si mesmas, pois raramente as questões discutidas nos núcleos das comunidades deixaram de ser questões sociais ligadas às condições de vida das classes populares. Desta forma, as discussões eram de interesse não só de cristãos, mas da coletividade: “Assim, a comunidade eclesial de base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou a fortalecer formas de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja” (BETTO, 1981, p. 24).

Segundo Frei Betto (1981), foi na zona rural que as comunidades de base mais se proliferaram, pois os homens do campo, agricultores familiares, boias-frias e assalariados rurais (permanentes ou sazonais), meeiros, arrendatários, atingidos por barragens, sem terra, sindicalismo dos trabalhadores rurais (combativo e de oposição) e trabalhadoras rurais, marcadamente os mais pobres do campo, encontraram na Igreja e na religiosidade popular o seu principal meio de organização e matriz cultural, um lugar de construção da autoconsciência individual e coletiva. Grande parte destas CEBs rurais era a base social da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT foi criada em plena ditadura militar, no ano de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Segundo a CPT Nacional, sua criação era uma resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia³³. Estar ligado à Igreja, neste período de grande repressão, era fundamental para a própria sobrevivência do movimento. Segundo Frei Betto, era a única instituição do país que, por sua índole histórica, escapava ao controle direto dos poderes públicos e suas práticas autoritárias.

A atuação da CPT se diferenciava conforme as regiões e os grupos sociais (trabalhadores sem terra, povos indígenas, povos das florestas, atingidos por barragens, dentre outros), pois dependia da realidade local e da dimensão das lutas da base social. Cada região do Brasil tinha suas dificuldades e desafios a enfrentar e a CPT tinha o objetivo de estar a serviço e construindo direção às causas dos trabalhadores rurais, dando suporte à organização e mesmo resguardo aos líderes e ao movimento diante das pressões e repressões (do Estado e de particulares), conforme a própria CPT relatou:

O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Finalmente, os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todo o seu trabalho. Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em

³³ Disponível em: <www.cpt.org.br> Acesso em janeiro 2010.

jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra (CPT, 2010)³⁴.

Segundo a CPT, a sua atuação na região Sul estava relacionada ao processo da modernização conservadora ocorrida no campo, que teve como consequência a marginalização dos colonos e a iniciativa de se organizarem coletivamente na luta pela terra. Na região Oeste do Paraná, o problema mais evidente, mas não o primeiro deste processo, foi a construção da Itaipu e o conseqüente processo de desapropriação dos agricultores.

Neste sentido, a CPT exerceu um papel fundamental de se colocar como porta-voz a favor dos desapropriados da Itaipu, ou como uma entidade apoiadora ativa entre os atingidos e a Itaipu, dando maior unidade e sentido ao movimento que, gradativamente, ampliava a conscientização política e a clareza sobre as intransigências e falácias da Itaipu. Ao mobilizar essas vontades coletivas, ampliava a atuação política do movimento³⁵, construindo, assim, uma pauta de reivindicações que atendesse aos seus interesses.

É importante salientar, que o movimento dos desapropriados pela Itaipu, não foi um movimento homogêneo, pois havia uma diversidade de sujeitos envolvidos, como os agricultores, índios, arrendatários, posseiros, comerciantes etc. Além disso, segundo Judite Schmitt, nem todos os desapropriados pela Itaipu participaram do movimento, muitos atingidos negociaram suas propriedades diretamente com a Itaipu, e também havia aqueles que participaram do movimento, porém acabaram aceitando as propostas oferecidas pela empresa, negociando individualmente (SCHMITT, 2008, p. 53).

Segundo Schmitt (2008), em 1976 a CPT foi organizada no Paraná, em Ponta Grossa, e em fevereiro de 1978 foi instalada uma secretaria em Marechal Cândido Rondon. A coordenação foi assumida pelo pastor Gernote Kirinus, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Gernote Kirinus exerceu um importante papel como intelectual orgânico³⁶, a partir da sua intensa militância político-religiosa na região Oeste do Paraná na função de Secretário

³⁴ Disponível em: <www.cpt.org.br> Acesso em janeiro 2010.

³⁵ Segundo Edmundo Fernandes Dias (1996), o partido, para realizar a tarefa de desconstrução/construção, deve mobilizar as vontades coletivas.

³⁶ Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, ainda que inconscientes deste fato. Para o autor, até na mais simples atividade intelectual está contida uma determinada concepção de mundo. Baseando-se nesta concepção, Gramsci coloca duas opções, o pensar de maneira imposta por outros grupos sociais ou pensar criticamente e “participar ativamente na produção histórica do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (GRAMSCI, 1991, p. 12). Dentro destas questões, o autor sugere que se descarte o homem-massa e se transforme em um homem crítico, consciente da própria historicidade, pois aquele que não pensa criticamente acaba tomando ideias de outros grupos.

Geral da CPT/PR. Kirinus realizou um trabalho de esclarecimento junto aos grupos de reflexão no qual relacionava o imaginário bíblico com a realidade social, ampliando a consciência crítica da população (MEZZOMO, 2009, p. 22 a 55). Além dos trabalhos executados junto aos trabalhadores e agricultores também foi convidado para depor em comissões parlamentares de inquérito que investigavam o sistema fundiário do Paraná, candidatando-se, posteriormente, a um cargo de deputado estadual, sendo eleito em 1978 pelo MDB³⁷.

3.2 - POEIRA: NO LUGAR DAS ÁGUAS

Para fortalecer a articulação e a formação política da base social da CPT/PR no Oeste e Sudoeste do Paraná, em 1978, a Comissão passou a produzir um boletim informativo bimensal, o *Poeira*, produzido inicialmente em Marechal Cândido Rondon, com o objetivo de informar, também as CEBs, sobre as ações da CPT/PR e os problemas enfrentados pelos agricultores dessas regiões. Este nome foi sugerido por Kirinus que, em uma entrevista concedida a Frank Antonio Mezzomo, explicou sua origem:

(...) pela poeira os agricultores identificavam os solos mais férteis. Terra arenosa não levanta poeira. Parece um paradoxo, mas a sabedoria popular ensinava de que quanto mais solta a terra, mais levanta poeira e mais liga tem, portanto é sinônimo de terra fértil.

Por outro lado, uma das prevenções de quem anda pelas estradas rurais com curvas fechadas, pois elas normalmente acompanhavam as divisas das colônias recém abertas, era de poder observar pela poeira que levantam os carros. Metaforicamente o nome poeira lembrava o movimento e o objetivo da CPT era acompanhar os movimentos e a poeira levantada pelas CEBs. Seria mais ou menos uma semelhança ao ditado popular que diz onde há fumaça, há fogo (MEZZOMO, 2009, p. 40).

O primeiro número do *Boletim Poeira* foi publicado em março de 1978 e iniciou com uma tiragem de 120 unidades. A capa do informativo era produzida manualmente desde o nome do Boletim até os desenhos ou charges. A parte interna era escrita com máquina de escrever na matriz e depois de pronto era reproduzido num mimeógrafo à tinta e distribuído gratuitamente. O boletim era impresso em papel sulfite tamanho ofício, por vezes frente e outras, frente e verso. A periodicidade, em geral, ocorria bimensalmente, porém há alguns

³⁷ Kirinus foi reeleito por mais duas vezes consecutivas: em 1982 e em 1986 (pelo PMDB) e em 1990 candidatou-se a Deputado Federal pelo mesmo partido, mas, não se elegeu.

números sequenciais que ficaram quase sete meses sem ter publicação, a exemplo do número 9 que foi publicado em maio de 1979 e o número 10 somente em dezembro do mesmo ano, período que coincidiu com a transferência da sede da CPT de Rondon para Curitiba.

As charges³⁸ permeiam o conteúdo do Boletim *Poeira* e aparecem sempre com o sentido de fazer uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico e em geral estão relacionadas com a natureza política da atuação dos sujeitos representados. Portanto, as charges faziam parte da crítica, ou seja, da linguagem do texto. Os cartuns³⁹ elaborados pelos colaboradores do Boletim são bastante significativos e eram usados para fazer alguma denúncia ou crítica ao momento que estavam passando e aos fatos vivenciados. As charges dizem muitas coisas pela riqueza desta linguagem, a exemplo do primeiro número do *Poeira*, que tinha na capa a imagem de um agricultor caracterizado pelo chapéu e olhando para as mãos vazias e abertas, demonstrando que não tinha ferramenta para trabalhar nem terra para plantar ou criar animais. Em torno do colono foram indicados os principais problemas que enfrentava:

³⁸ O objetivo da charge é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política. O conhecimento prévio, por parte do leitor, do assunto de uma charge é, quase sempre, um fator essencial para a sua compreensão. (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 89).

³⁹ Narrativa humorística, expressa através da caricatura e normalmente destinada à publicação em jornais e revistas (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 75).

FIGURA 7: Capa do *Boletim Poeira* n.º 1

Fonte: BP, Ano I, n.º 1, março/1978, p. 1.

O primeiro número do *Boletim Poeira*, conforme observamos na capa acima tratou de um dos maiores problemas neste período para os agricultores que viviam às margens do Rio Paraná, que era a construção da Itaipu, sendo que neste ano de 1978 iniciaram a construção da barragem principal (LIMA, 2006, p. 219) e teve início o programa de desapropriação aumentando a pressão da Empresa para os que ainda não tinham negociado suas terras. A CPT, através do *Poeira*, problematizava esse cenário social:

Na costa do Rio Paraná nunca se falou tanto em ITAIPU como nos últimos meses. Interessante que o assunto não gira em torno do que a ITAIPU vai produzir, pois se sabe que poucos benefícios reverterão à região por ela atingida – a energia produzida por Itaipu será dirigida para os grandes centros de S. Paulo, Minas Gerais e R. de Janeiro. (CPT/PR. *Boletim Poeira*. Ano I, n.º 1, março/1978, p. 2)⁴⁰.

Até o número 9, Ano II – maio de 1979, o *Boletim Poeira* era elaborado em Marechal Cândido Rondon, passando, depois disso, a ser publicado em Curitiba, capital do Paraná,

⁴⁰ Para facilitar a leitura e evitar repetições desnecessárias, essa fonte passa a ser indicada com a abreviatura BP (*Boletim Poeira*), seguido os dados do respectivo Ano, número, mês de cada edição e página.

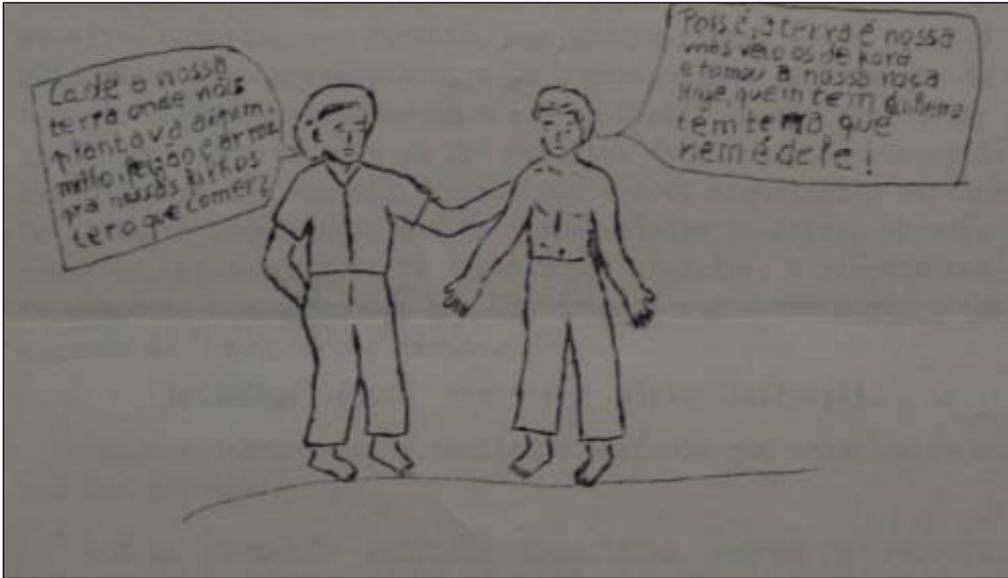
tendo em vista a mudança da sede da CPT/PR para esta cidade, instalada no prédio da CNBB. Esta mudança, segundo Judite Schmitt (2008), deu-se em razão da transferência do Pastor Werner Fuchs, que era coordenador da CPT/PR, em 1979, assumindo a paróquia da Igreja Luterana (IECLB) em Santa Helena e a equipe da CPT. A transferência tinha como objetivo centralizar os trabalhos.

O informativo tinha como objetivo central denunciar os problemas que atingiam os agricultores, a temática da luta pela terra era a principal preocupação da CPT, permeando em todos os números do boletim. Um dos editais escritos pela CPT demonstra este comprometimento com a questão da terra:

Neste BOLETIM INFORMATIVO “POEIRA n° 3” pretendemos dar todo o peso em dois grandes problemas do meio rural: a expulsão do homem do campo por meios de ações de despejo e outras formas e a ocupação das terras brasileiras por estrangeiros ou empresas multinacionais. Os dados que vamos apresentar foram retirados de jornais, que por sua vez os retiraram de fontes oficiais, e outras fontes de informação. Gostaríamos, no entanto, de alertar que nem todas as ações de despejo ocorridas no Estado do Paraná durante este ano chegaram ao conhecimento da Comissão Pastoral da Terra ou mesmo aos jornais. Por isso pegaremos 5 ou 6 casos de despejo e outras formas de expulsão do homem do campo e os leitores terão o trabalho de comparar estes números com as terras e vantagens que os estrangeiros encontram em nosso BRASIL. (CPT/PR. BP. Ano I, n°. 3, julho/1978, p. 1).

Além dos textos também há charges que auxiliavam no processo reflexivo, conforme a imagem seguinte, que retrata o cotidiano de muitos leitores. São dois agricultores, se questionando, numa linguagem caracteristicamente rural, sobre a subtração da terra que alimentava seus filhos, o outro responde de maneira alusiva que as terras foram tomadas por quem tem dinheiro. Era uma maneira didática de fazer a crítica sobre o contexto vivenciado.

FIGURA 8: Expulsão do homem no campo.



Fonte: BP, Ano I, nº. 3, julho/1978, p. 1.

Cadê a nossa terra onde nós plantava aipim, milho, feijão e arroz pros nossos filhos ter o que comer?

Pois é a terra é nossa mas veio os de fora e tomou a nossa roça hoje que tem dinheiro tem terra que nem é dele!

Nestes conflitos de terra, a CPT vai “[...] apoiar os camponeses em suas lutas, estimulando sua organização para que pudessem ser os sujeitos da conquista de seus direitos, alcançando o que seria sua condição básica: a terra, por meio da reforma agrária” (CPT, 1985, p. 39). A CPT tinha o conhecimento que lutas isoladas eram lutas enfraquecidas, sendo necessário facilitar a articulação dos trabalhadores rurais sem dependências ou tutelas, incentivando e contribuindo para que os próprios camponeses e trabalhadores rurais construam suas próprias organizações (CPT, 1985).

A Itaipu não era o único problema na região, contudo quantitativamente, ela aparece mais vezes em relação às outras temáticas também trabalhadas, evidenciando ser o maior problema, entre os anos finais de 1970 e início de 1980, para os agricultores que seriam atingidos pelo projeto hidroelétrico. Veja no quadro que segue os principais assuntos tratados nos informativos de número 1 a 41 e a quantidade de vezes que foram incluídos nas edições do *Poeira*.

TABELA 4: Quantidade de assuntos noticiados no *Poeira* 1978 a 1985

Assuntos	Quantidade
Itaipu	75
Estudos Bíblicos	23
Notícias e comentários gerais	23
Indígenas	9
Boias-frias	6
Notas Promissórias Rurais – NPRs	4
Hidrelétricas em geral	4
Suinocultura	3
Expulsão do homem do campo	2
Café	1
Estiagem	1

Fonte: BP. Tabela organizada pela autora.

Na quarta publicação do *Boletim Poeira*, há um pequeno editorial não assinado, relatando o número de exemplares produzidos. O primeiro número, segundo o editorial, saiu com 120 unidades, o segundo número saiu com 500 exemplares e em razão de “muitos pedidos” o terceiro aumentou para 800 exemplares:

A Comissão Pastoral da Terra do Paraná se sente gratificada com a aceitação e interesse por parte dos agricultores por este Boletim. Temos certeza que estamos alcançando nosso objetivo que é informar o agricultor sobre o que se passa com a agricultura na região, estado e país (BP. Ano I, nº 4, setembro de 1978, p. 1).

Em fevereiro de 1979, o *Boletim* passou a ser cobrado, com opção de assinatura anual, este fato teve a seguinte justificativa:

Você, agricultor homem da terra, e você, que conhece o trabalho da Pastoral da Terra, sabe que para podermos funcionar neste ano de 1979, também é preciso dinheiro. Por isso solicitamos a sua colaboração. Qualquer doação que você, sua comunidade ou paróquia puderem enviar, será muito útil para nós!

Por isso somos também obrigados a vender o Boletim POEIRA a 5,00 cruzeiros o exemplar, ou a 30,00 cruzeiros por ano (BP. Ano II, nº 7, fevereiro de 1979, p. 15).

Em alguns exemplares há editorial e em outros não, alguns são assinados outros não. Dos 41 exemplares estudados, apenas 11 tiveram a indicação dos autores do editorial, todos eles eram padres, pastores ou bispos e a partir de dezembro de 1979 aparece um espaço com editorial formal (espaço específico e permanente nas edições). Segue abaixo uma tabela com o nome dos autores que assinaram o editorial do *Boletim Poeira* (1978 até 1985):

TABELA 5: Boletim Poeira – Autores dos editoriais.

EXEMPLAR	AUTOR	TÍTULO
Ano III, nº 14, Nov/dez de 1980	Dom Agostinho José Sartori (Diocese de Palmas – PR)	<i>A lição dos suinocultores</i>
Ano IV, nº 15, Jan/Fev/Mar/Abr de 1981	Pe. Natalício José Weschenfelder	<i>O movimento dos suinocultores mostrou uma fé ligada à vida</i>
Ano IV, nº 16, Mai/Jun de 1981	Harald Malschitzky – Pastoral Regional IECLB	<i>Editorial</i>
Ano IV, nº 17, Jul/Ago de 1981	Derci Pasqualotto – CPT Nacional	<i>Os sem terra de ronda Alta - RS</i>
Ano IV, nº 18, Set/Out de 1981	Pe. Ângelo Perin	<i>O trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho.</i>
Ano V, nº 22, Mai/Jun de 1982	Pe. Estanislau Belinoski	<i>Agricultor – “o homem da terra se terra”</i>
Ano V, nº 24, Set/Out de 1982	Pe. Natalício José Weschenfelder	<i>Juvêncio Mazzarollo condenado por crime de opinião</i>
Ano VI, nº 27, Mar/Abr de 1983	D. Ladislau Biernaski – Bispo Auxiliar de Curitiba	<i>A assembleia da CNBB: A campanha da Igreja no Brasil</i>
Ano VI, nº 28, Mai/Jun de 1983 – Circulação Interna	Pastor Werner Fuchs – coordenador da CPT – PR	<i>Libertação</i>
Ano VI, nº 30, Set/Out de 1983 – Circulação Interna	Pastor Werner Fuchs – coordenador da CPT – PR	<i>Desobediência civil</i>
Ano VII, nº 32, Jan/Fev de 1984 – Circulação Interna	Harald Malschitzky – Pastoral Regional IECLB	<i>1984: apoio e ajuda ao pequeno agricultor para que sua voz seja ouvida</i>

Fonte: BP – Ano I – VIII, nº. 1 a 41. Tabela organizada pela autora.

O Boletim, sendo produzido pela CPT, além de politizar, obviamente tinha o caráter de problematizar a questão da terra, haja vista um amplo espaço dedicado para discutir a história da terra através da Bíblia. A proposta da CPT é conciliar a atuação pastoral e a leitura bíblica, ou seja, atuar nas diferentes formas de organização, desenvolvidas pelos explorados, no sentido de viabilizar a sobrevivência, resistência e transformações necessárias. A nova leitura de textos bíblicos, ou a leitura popular da Bíblia, objetivava trabalhar principalmente com as injustiças no processo de distribuição da terra. A “[...] Comissão Pastoral da Terra deveria diferenciar-se dos demais organismos por ter sua motivação mais profunda nascida da fé cristã, e sua ação, em consequência, consistir na evangelização (CPT, 1985, p. 39). Abaixo segue um texto do *Poeira* onde essa questão da interpretação bíblica fica evidente:

A luta pela terra, na Bíblia

A justiça agrária da Bíblia

O resumo de todas as narrativas dos primeiros livros da Bíblia é, como já dissemos em textos anteriores, essa convicção do povo de Israel:

“Essa terra foi Deus que deu para nós”

Daí é que podemos compreender que todo o conjunto de leis do Antigo Testamento é uma espécie de código de Justiça Agrária. Parte sempre da realidade da terra, e gira em torno da vida de um povo que tem a posse e uso da terra como ponto de partida da sua fé em Deus, e da sua existência como povo.

Na Bíblia, a lei está escrita várias vezes.

Ela regula toda a vida do povo, para que todos vivam a justiça uns com os outros, como Deus quer (Lev. 25,23).

É Deus que fala através dos textos:

O povo é encarregado de cuidar e zelar para que a terra possa servir a todos.

O fato de terem recebido de Deus esta terra como presente e dom, os leva a terem uma dívida uns com os outros:

A dívida da justiça e do amor.

Daí que a lei diz bem claro:

“Não deve haver pobres no meio de vocês” (Deut. 15,4) (BP. Ano IV, nº 15, janeiro a abril de 1981, p. 23).

Conforme a posição da CPT, a finalidade dos mandamentos era criar uma sociedade igualitária e justa, e a partir da leitura dos textos bíblicos, vistos na perspectiva da Teologia da Libertação, criam-se argumentos e exemplos de lutas antigas às lutas atuais, dando subsídios para os movimentos populares, conforme aborda Frei Betto:

O amadurecimento político deve ser acompanhado pelo teológico, de modo a permitir que a reflexão da realidade, à luz da fé, seja consolidada em categorias adequadas ao universo cultural em que ela processa e seja expressa em linguagem familiar aos interlocutores com as quais a prática pastoral se defronta (BETTO, 1981, p. 98).

FIGURA 9: Grupos de estudo da Bíblia



Fonte: BP, Ano IV, nº 15, janeiro a abril de 1981, p. 22

O Boletim *Poeira* apresentava-se como uma boa arma de luta dos expropriados de Itaipu, constituindo-se em um projeto contra-hegemônico dos expropriados e de contra-discurso produzido pela CPT e atingidos para se contrapor ao discurso do bloco da Itaipu. Se, por um lado, a Itaipu estava produzindo uma verdadeira campanha publicitária para conquistar a opinião pública, usando, dentre outros instrumentos, o *Informativo Unicon*, que segundo Juvêncio Mazzarollo (1980), “é uma mensal reportagem sobre a não existência de problemas e dificuldades (...)”; a CPT/Movimento Justiça e Terra (MJT) precisava deslegitimar o discurso da Itaipu, demonstrando os *confrontos* e *contrapontos* dos expropriados, daqueles que estavam sofrendo na pele as injustiças cometidas pelo grupo Itaipu.

Enquanto instrumento de comunicação o *Poeira* era um meio pedagógico de formação que os expropriados tinham para compartilhar suas experiências, elaborar concepções, denunciar as pressões realizadas pela Itaipu e a partir dessas elaborações, propor uma pauta de ação para o movimento⁴¹. O Boletim *Poeira* era um espaço às lutas populares, e como tal, estava aberto para que os próprios expropriados se manifestassem constituindo assim um

⁴¹ Para compreender um pouco mais sobre a construção de projetos, sugerimos a leitura de Edmundo Dias: “todo e qualquer movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto” (DIAS, 1996, p. 16).

espaço de construção, conforme a carta escrita por um agricultor, com a identidade não revelada, ao *Poeira*:

Itacorá, maio de 1978.

Amigos da CPT!

Inicialmente quero acusar o recebimento do vosso Boletim “POEIRA” juntamente com a reportagem. Parabéns pela coragem e rara inteligência.

Já me dirigi, hoje mesmo, por carta a um deputado federal, pela indignação que me causou uma reunião patrocinada pela Itaipu da qual participei ontem. Finalmente reconheceram que os pequenos agricultores “devem ser sacrificados para o bem do Brasil”.

Estamos aqui a 15 anos mais ou menos, desbravando, plantando e colhendo, contribuindo para a grandeza desta terra. E agora vêm nos dizer que vamos ser sacrificados. Como se não bastassem nossas mãos calejadas, as costas encurvadas, nossas fronte enrugadas. [...]

E agora devemos ser sacrificados...

Não tiveram vergonha de admitir que os pequenos agricultores não receberão dinheiro suficiente para adquirirem novas terras, e que deverão se dirigir às glebas do INCRA, que não sabemos onde ficam, nem se as terras são produtivas. Sabemos isto sim, que além de tudo que já passamos, nos esperam selvas, feras e malária, doenças e talvez a morte.

Se o progresso e o orgulho brasileiro exigem a construção desta obra, nós exigimos justiça.

Queremos o preço justo, tantas vezes propalado de boca cheia pela própria empresa construtora, preço este, que dê condições para aqueles que quiserem adquirir novas terras aqui no Oeste do Paraná em idênticas condições. Nisso está incluído, além do relevo, ensino, hospital, assistência religiosa e tudo enfim que nós conseguimos, não com negociatas ou a custa de outros, mas com o nosso suor, COM NOSSO SACRIFÍCIO...

Queríamos dizer em viva voz, que estamos contra o sacrifício premeditado de um povo que, na paz e no trabalho, está trabalhando para o bem estar das suas famílias e portanto do Brasil.

Que Deus vos guie e vos proteja (BP, Ano I, nº 2, Maio de 1978, p. 5 e 6).

Desta forma, o *Poeira* objetivava ampliar a criticidade dos sujeitos, de maneira a não aceitarem as “verdades” impostas pela Itaipu que tentavam ludibriar os atingidos oferecendo um valor pela terra bem abaixo do mercado, mas com um discurso de “Preço Justo” e ainda tentava convencê-los que o sacrifício era para o bem do país. Com isso, o boletim contribuiu para ampliar a conscientização política dos atingidos pela Itaipu e também oferecer o espaço para exporem os seus pontos de vista. O objetivo era que o *Poeira* fosse um subsídio de formação e organização, conforme registrado na Ata da reunião da CPT do Paraná, realizada em Cascavel:

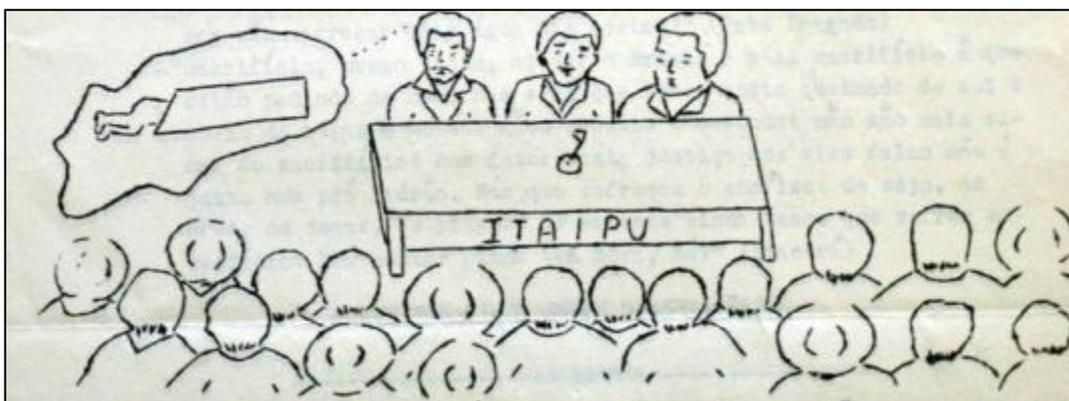
O boletim deverá contar tanto com matérias de atualidade e de interesse imediato dos agricultores como com matérias de fundo. Além disso, o *Poeira* deve funcionar como um órgão de denúncia do agricultor, de divulgação de seus principais problemas e lutas. Além disso, foi cedida [decidida] a seguinte sistemática para a elaboração do boletim. Uma parte de cada

reunião da equipe da CPT seria dedicada à discussão da pauta do próximo número do boletim, onde cada membro traria sugestões. Além disso, a cada reunião, o boletim passado deverá ser discutido por todos os membros da equipe (CPT/PR *Apud*: SCHIMITT, 2008, 57).

3.3 - A LUTA DOS EXPROPRIADOS NO *BOLETIM POEIRA*

As charges, uma das formas de comunicação visual escolhida pelos editores do *Poeira*, eram utilizadas para problematizar as questões presentes e tinham como finalidade denunciar e criticar a forma como a Itaipu estava agindo ou se comportando com os agricultores. A força que as charges tinham para a formação da consciência dos expropriados também tinha relação com a própria realidade educacional dos atingidos. O texto escrito requeria uma prática de leitura, como pode ser visto nos dados do tamanho das edições⁴², certamente não tão comum assim para a maioria da população dessa região, e as charges tinham relação com a linguagem cotidiana desse povo, mais próxima dos hábitos de leitura e interpretação dessas imagens, o que demonstra uma prática de educação popular presente no *Poeira*.

FIGURA 10: Reunião dos agricultores com os representantes da Itaipu.



Fonte: BP, Ano I, nº 2, Maio de 1978, p. 2

A charge acima demonstra o início do processo de convencimento que os representantes da Itaipu faziam com os agricultores para persuadi-los a aceitarem a proposta

⁴² No primeiro ano de publicação do Boletim Poeira, em 1978, a média era de 8 páginas por edição; no ano seguinte em 1979 a média passou para 14 páginas; em 1980 era de 22 páginas; em 1981 a média era de 29; em 1982 passou para 24; 1983 para 23; 1984 para 26; e 1985 para 22. O aumento das páginas pode ser um indicador da ampliação da construção do movimento e da qualificação na formação dos leitores.

de indenização que a empresa considerava “preço justo”. Nesse período, segundo o Boletim *Poeira*, a Itaipu estava promovendo uma série de reuniões entre os meses de abril e maio de 1978. (BP. Ano I, nº 2, Maio de 1978, p. 2).

A imagem acima representa um desses momentos de reunião da Itaipu com os atingidos, onde há três homens vestindo camisa social, representando a Itaipu em uma mesa, “esclarecendo” a plateia, na sua maioria agricultores, usando chapéus. Observa-se também a posição dos representantes da Itaipu, atrás da mesa, deixando clara a ideia de segregação e hierarquização, o que é reforçado com a imagem do microfone em cima da mesa fator de subordinação, pois denota quem tem o direito de falar e quem fala no microfone fala alto para impor suas palavras, isso reforça a desigualdade, pois não simboliza um diálogo. Observa-se também o desejo latente de um dos representantes da Itaipu de enterrar os atingidos, ao ser representada uma sepultura na charge acima, dando a entender que queriam enterrar os desapropriados, mas tinham que fazer a encenação e “enrolar” os atingidos.

Antes de 1978 a Itaipu já havia feito uma série de reuniões com a população que seria atingida pelo lago de Itaipu, com o objetivo de esclarecer os encaminhamentos que o governo iria adotar com a obra, demonstrar a grandiosidade da mesma e a sua inquestionável importância para o Brasil. Segundo Guiomar Germani:

[...] Nas reuniões de 1976, Itaipu prometia que todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978 e que todos teriam tempo para se colocar em outra área e, ao mesmo tempo, continuar plantando nas terras desapropriadas. Diziam que ficassem tranquilos que Itaipu pagaria “preço justo” e que estava empenhada junto ao INCRA para titular as áreas de posse. [...] (GERMANI, 2003, p. 70)

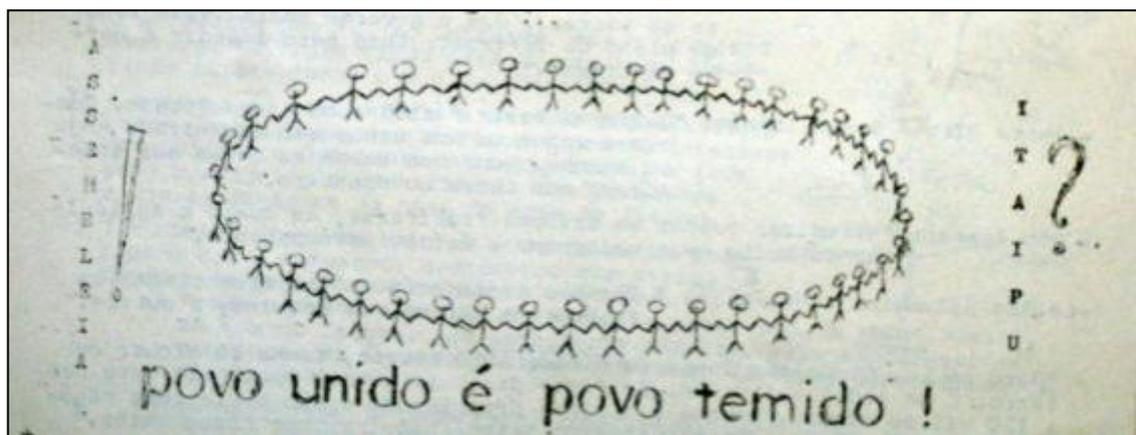
A aparente tranquilidade dos colonos começou a desmoronar a partir do início das primeiras indenizações iniciadas em 1977 em virtude do preço oferecido pela Itaipu, bem abaixo do mercado. Os expropriados começaram a se reunir e a contestar esse preço estabelecido unilateralmente. O Boletim *Poeira* surge posteriormente para fortalecer a luta dos atingidos e ser um meio de organização e mobilização dos expropriados.

Nas primeiras reuniões os agricultores podiam realizar perguntas para o pessoal da Itaipu, mas, depois, em função das polêmicas diretas, essas perguntas teriam que ser realizadas com antecedência e por escrito através de um intermediário, limitando a participação dos agricultores. Segundo o *Poeira*, a partir de entrevistas realizadas com os agricultores sobre as reuniões que tinham com os representantes da Itaipu, diziam que saíam frustrados com os esclarecimentos, e alguns pontos eram questionados, como:

- Não esclareciam o que seria dos agricultores;
- Não falavam qual seria o “preço justo”;
- O preço não era negociado e sim imposto;
- Categorização do preço da terra;
- Preço abaixo do mercado;
- Reclamam do sacrifício solicitado pela Itaipu em benefício para o Brasil.

O início do processo de desapropriação iniciou em 1974, e eram feitas negociações individuais realizadas mediante Escritura Pública de Compra e Venda, o que tinha como consequência a desconsideração do direito a qualquer reivindicação ou questionamento por parte do vendedor na Justiça em busca de indenização moral ou demais perdas. Isso ocorria devido ao atraso, convenientemente aproveitado pela Itaipu, de um Decreto Federal de desapropriação da área do reservatório, e teve como consequências uma série de desavisados que venderam suas terras para Itaipu sem uma negociação que exigisse melhores condições (GERMANI, 2003, p. 71). Segundo as promessas da Itaipu, todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978, o que de fato não ocorreu, além de permanecerem dúvidas de como se daria este processo.

FIGURA 11: Povo unido é povo temido!



Fonte: BP Ano I, nº. 5, Novembro de 1978, p. 5

Na charge acima está explícita a importância que a CPT dava para a união e adesão dos desapropriados para reivindicar seus interesses diante a Itaipu. De um lado encontra-se a afirmação do movimento realizado através das assembleias, ilustrado pelo ponto de exclamação que significa dizer com ênfase, em voz alta, em tom de posicionamento. Em contraposição, no outro lado da charge, encontra-se a Itaipu, com um ponto de interrogação,

que significa um questionamento, uma incerteza, algo não conhecido, dúvidas quanto às questões reivindicadas. No centro do desenho está o povo unido, de mãos dadas, em círculo, transformando-se em algo uno. A frase demonstra bem esse caráter: “povo unido é povo temido!”, pois a união demonstra a sinergia do movimento, ou seja, mostra a coesão dos membros do grupo em prol de um objetivo comum e isso causaria temor para a Itaipu⁴³.

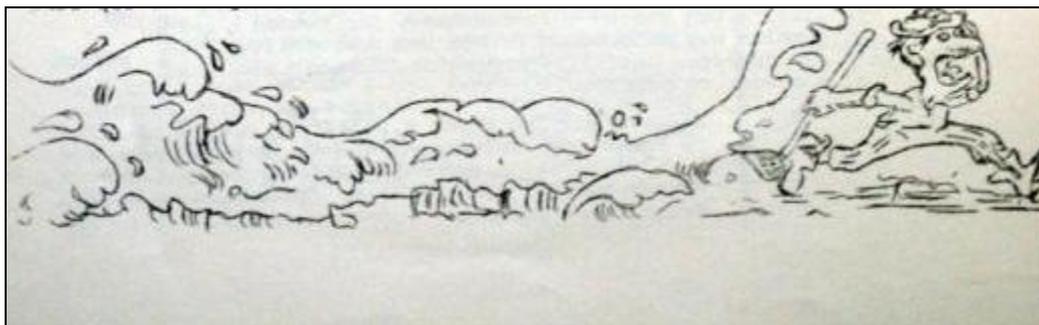
Comparada com a outra charge, da figura 10, percebe-se que se trata de outro momento na organização e mobilização dos expropriados. Não há mais microfones, nem representantes maquiados, nem mesa que hierarquiza; não há ouvintes sem rostos e inferiorizados. Na figura 11, permanecem dois lados, o confronto e o contraponto, qualificado pelo círculo do movimento dos atingidos. Trata-se, portanto, de uma imagem para os atingidos e a importância da união na luta contra as injustiças. Em 1978 estava evidente que somente os pequenos unidos poderiam enfrentar a Itaipu.

É importante frisar que a base de apoio aos desapropriados era composta pelos MJT, CPJP, STRs, FETAEP entre outras entidades sempre presentes na organização do movimento dos atingidos. Mas o papel da CPT foi fundamental para essa união das forças de resistência dos expropriados. Um exemplo deste esforço para organizar o grupo foi o encontro realizado em Marechal Cândido Rondon, no dia 31 de março de 1978, que teve como objetivo avaliar a situação dos atingidos, durante o qual foi produzido o documento da CPT/PR denominado “Arca de Noé”: “Era um projeto que tinha o objetivo de salvar os agricultores do dilúvio anunciado pela Itaipu. Nele estavam descritos métodos e objetivos de ação para o movimento que crescia” (LIMA, 2004, p. 367).

O nome do projeto é bastante significativo para compreendermos a exegese da Teologia da Libertação, pois a Arca de Noé era, segundo algumas religiões, um grande navio construído por Noé, após mensagem de Deus, para salvar a si mesmo, sua família e um casal de cada espécie de animais do mundo, antes que viesse o grande dilúvio provocado por Deus. O caso de Noé trata-se de uma analogia para dialogar sobre a problemática da terra, das injustiças e da possibilidade de “salvação” que poderia ser construída com o Movimento Justiça e Terra. A CPT/PR-MJT e os desapropriados são a representação de Noé que precisavam construir um movimento forte para evitar a destruição que o dilúvio iria provocar.

⁴³ A imagem central dessa charge pode ser encontrada em outros materiais de formação de movimentos populares. O fato de não ser original não prejudicou seu sentido na edição do *Poeira*.

FIGURA 12. Dilúvio acabando com o agricultor.



Fonte: BP, Ano II, nº 7, Fevereiro 1979 p. 10

A charge acima demonstra essa narrativa trágica do dilúvio e da “salvação que a Arca de Noé” representava. O dilúvio é a Itaipu, com a força das águas do Rio Paraná represado que inundaria as terras. Na imagem acima o agricultor aparece sendo expulso de sua terra e de seu trabalho pelas águas do Rio Paraná que a Itaipu iria colocar em movimento. As ondas engolindo o trabalhador, como se isso fosse mais forte que ele mesmo, seria uma grande tragédia. Vejam que a luta dos desapropriados não é travada contra as águas, mas contra as injustiças cometidas pela Itaipu. Observa-se também que as figuras 12 e posteriormente a 13 não têm uma base geográfica, pois a inundação não seria realizada abaixo da taipa da Itaipu, nem haveria um turbilhão de água que varreria tudo. A simbologia da força das águas tem valor pedagógico, pois se não estivessem organizados, as injustiças contra os colonos seriam tamanhas que representariam um dilúvio para suas vidas.

Para Guiomar Germani, os desapropriados começaram a mostrar a sua força através desta iniciativa:

[...] O projeto “Arca de Noé”, iniciado em março de 1978, consistia, fundamentalmente, na formação de grupos de base entre a população a ser expropriada, para discutirem, mais sistematicamente, a situação que estavam enfrentando e pensarem em formas de se organizarem para defender seus direitos. (GERMANI, 2003, p. 81)

O projeto proporcionou uma união maior dos expropriados que, a partir disso, realizaram uma série de reuniões para debater principalmente as duas grandes problemáticas: melhor preço das terras e o reassentamento dos expropriados.

O método utilizado para conhecer a realidade dos atingidos e propor soluções nas reuniões coordenadas pela CPT/MJT era o mesmo utilizado de maneira geral pelas CEBs e consistia em três passos principais *ver-julgar-agir*. Os agricultores reunidos, primeiramente, colocavam seus problemas e dificuldades, no qual corresponderia o *ver*. A partir dos dados

levantados, faziam uma crítica com ajuda e interpretação de textos bíblicos, seria o ato de *julgar*. Por último, *agir*, ou seja, planejar e executar ações coletivas que poderiam alterar a realidade (BETTO, 1981, p. 29). Frei Betto reforça que o método não era linear e sim dialético.

Em alguns números do Boletim *Poeira*, havia solicitações por parte da CPT, para que a população participasse das reuniões de pequenos grupos e ajudassem na identificação de problemas e soluções, pois entendiam que só através da união se conseguiriam avanços importantes. Nas assembleias realizadas pelos atingidos anteriormente, já tinham sido discutidos e debatidos os problemas por eles enfrentados, conforme relatado no *Poeira*:

Da maior importância, porém, foi a grande união do povo. Ela se mostrou nos atos litúrgicos de abertura e encerramento, em que se sentiu a unidade de fé que atravessa fronteiras de igrejas. Ela se mostrou também nos trabalhos em grupo, que chegaram a conclusões muito boas e práticas. Essa união teve seu ponto mais alto nas conclusões da Assembleia, que pediram continuação das reuniões para discutir os problemas das comunidades (BP, Ano I, nº 5, Novembro 1978 p. 5).

O *Poeira* nº. 5, novembro de 1978 (p. 1-9), foi dedicado aos problemas que os desapropriados enfrentavam naquele período, ficando claras, pelas charges incluídas na capa do boletim, as principais questões que o dilúvio-Itaipu produziria naquelas circunstâncias.

FIGURA 13: Capa do Boletim Poeira nº. 5



Fonte: BP, Ano I, no. 5, novembro de 1978, p. 1.

O desenho da capa mostra as comportas sendo abertas, cidades sendo alagadas, representação das pessoas participando da assembleia em Santa Helena e a referência as 1.008 assinaturas feitas no documento aprovado naquele ato e que seria entregue ao presidente Geisel, com as reivindicações de terras no Paraná e a interrogação sobre a existência de áreas no estado para essa finalidade e o apelo dos paraguaios aos brasileiros. Destaca-se, também, a importância da igreja na comunidade e para o próprio movimento, pois era o principal local/instituição para as discussões e mobilizações realizadas naquele período.

Ao mesmo tempo, pedagogicamente e a contrapelo, problematizaram os sentidos do canal da Usina (abertura) e da interlocução (fechamento). Numa perspectiva popular, os passos da Itaipu marcavam “pompas à oficialidade” e injustiças aos atingidos.

O principal evento relatado nesse *Poeira* foi a realização da primeira assembleia dos atingidos pela Itaipu, ocorrida no dia 16 de outubro de 1978, considerada um marco da mobilização popular no Paraná. O objetivo da assembleia era reunir os atingidos para discutirem sua situação e pensarem em soluções ou alternativas para proporem encaminhamentos. Os expropriados aproveitariam a presença do presidente da República Ernesto Geisel, que estaria em Foz do Iguaçu para a solenidade de inauguração do canal de desvio do rio Paraná, para entregar o documento aprovado na reunião de Santa Helena.

Compareceram à assembleia cerca de 1.500 agricultores que participaram de um ato litúrgico e depois foram divididos em grupos, de acordo com as suas regiões e comunidades (linhas no meio rural) de origem para elencarem suas queixas e reivindicações e proporem soluções e, ao final, foram aprovadas as seguintes resoluções:

[...] a) realizar um abaixo-assinado contendo os principais problemas e as propostas de soluções apresentadas pelos agricultores para serem entregues ao presidente da República em sua próxima visita a Foz do Iguaçu; b) continuar debatendo os problemas e, se necessário, realizar novas assembleias. (GERMANI, 2003, p.86)

Na assembleia também foi constituída uma comissão de agricultores composta pelo bispo da Diocese de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Aurélio Fazza, pelo padre Valentim Dal Pozzo, da Arquidiocese de Cascavel, e pelo pastor Werner Fuchs, secretário da CPT do Paraná, que estariam encarregados de conseguir uma audiência e entregariam o documento ao presidente. Porém, os componentes da comissão foram avisados que o presidente não os receberia, mas conseguiriam uma audiência com o então Ministro de Minas e Energia Shigeaki Ueki.

O documento destinado ao presidente da República, Gen. Ernesto Geisel, acabou sendo entregue ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, ao Ministro de Estado da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli e ao Diretor Geral da Itaipu, Gen. José Costa Cavalcanti, no dia 19 de outubro de 1978. O documento relatava a situação e as reivindicações dos lavradores atingidos na área da Itaipu, aprovado na assembleia. Este documento foi transcrito na íntegra no *Poeira* nº. 5, e foi redigido em duas partes: “Nossos problemas” e “Nossas reivindicações”:

Em “Nossos problemas” destacam-se 23 questões: a insuficiência no preço das indenizações para adquirir terras em outros locais; falta de esclarecimentos quanto ao modo de indenização; não aceitação da classificação das terras em terra branca e terra vermelha; descontos à vista na hora da indenização para quem tem financiamento nos bancos; injustiças

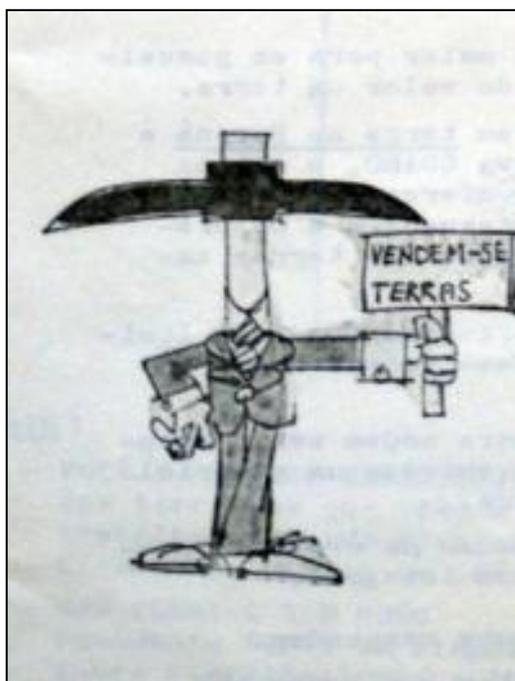
no preço pago para as chácaras e terrenos perto das cidades; incertezas quanto aos posseiros e arrendatários; demora entre a avaliação e a data do pagamento das indenizações; diferença entre medição judicial das terras e a medição feita pela Itaipu; incerteza quanto aos que têm somente parte das terras para desapropriação; muitos são idosos para recomeçar tudo novamente e com o dinheiro da indenização não dá para sobreviver nas cidades; incerteza quanto ao patrimônio da comunidade como igrejas, escolas e associações; incerteza de como e onde irão conseguir terra novamente; ausência de qualquer questionamento sobre a construção da usina; possíveis mudanças climáticas, moléstias e outros problemas decorrentes da obra; como se realizará a mudança para outras partes do país com casa, maquinário e animais; falta de garantias no que foi firmado nas reuniões da Itaipu; desconto das indenizações das margens de rios e estradas que beiram ou atravessam as propriedades; questionamentos sobre a obrigação de pagar impostos que proprietários anteriores deixaram de pagar; questionamento sobre a situação das cidades, vilas e bem feitorias adjacentes ao lago, que não serão indenizados, mas que sofrerão desvalorização geral; pergunta sobre quem será o responsável pelas novas estradas e pontes necessárias devido às inundações; e o último questionamento é o porquê que não estão previstos diques para represar águas rasas que invadirão terras produtivas, pois a indenização custaria mais e assim evitariam moléstias (BP, Ano I, nº. 5, novembro de 1978, p. 1 a 3).

Nas “nossas reivindicações” foram transcritos 15 itens: melhores preços para as terras e iguais para todos os tipos; indenização até o final de 1978, e em caso de demora, reajuste de 40% ao ano; que as benfeitorias sejam indenizadas em separado das terras e melhor valorização das árvores frutíferas; indenização para maquinário e eletrificação rural, no mínimo de 50%; transferências das hipotecas para outros imóveis que adquirirem; as terras dos moradores do mesmo local devem ser pagas ao mesmo tempo, pois em grupo os agricultores terão melhores condições de se estabelecer; que a indenização dos agricultores que têm sociedade venha ao mesmo tempo; posseiros recebam no mínimo 50% do valor da terra; propriedades parcialmente atingidas pela inundação possam ser totalmente indenizadas; reassentamento no Estado do Paraná, em terras que tenham as mesmas condições das que serão inundadas; que a Itaipu pague as despesas de transporte da mudança, das máquinas e dos animais; convênio entre os governos do Brasil e Paraguai, para maior segurança das famílias que migrarem de um país para outro; assistência social, médica e moral para as famílias desalojadas, bem como orientação técnica para as atividades agrícolas; Prolongamento de prazos para financiamentos feitos; e, por último, caso seja necessária uma

nova medição de terra, que seja feita por conta da Itaipu Binacional (BP, Ano I, nº. 5, novembro de 1978, p. 3 e 4).

Estavam presentes também nessa assembleia, jornalistas e órgãos da imprensa dando coberturas ao evento e os chamados “picaretas” tentando se aproveitar da situação para vender terras aos agricultores. Estes últimos participantes, foram muito bem retratados em uma das charges do *Poeira*, considerados especuladores, exploradores, interesseiros e oportunistas, tentavam a todo o momento tirar vantagem de uma situação dramática para milhares de famílias, sendo um dos problemas enfrentados pelo movimento.

FIGURA 14: Picaretas



Fonte: BP, Ano II, no. 8, abril de 1979, p. 7

O Boletim também registrou e divulgou que o movimento teve que enfrentar a repressão praticada pela Ditadura, pois membros da equipe da Pastoral da Terra sofreram pressões e tiveram que enfrentar dificuldades que os militares criaram com o objetivo de enfraquecer a assembleia:

O Pe. Valentim sofreu acusações de ordem política, e o Pastor Kurt foi intimado a prestar esclarecimentos de assuntos muito vagos perante o Delegado de Polícia de Mal. C. Rondon, justamente na hora da Assembleia em Santa Helena!... (BP. Ano I, nº. 5, Novembro de 1978, p. 5).

O documento não foi somente entregue aos representantes do governo/Itaipu, como também à Comissão da Pastoral da Terra que teve oportunidade de discutir os problemas diretamente com o Ministro Shigeaki Ueki. Segundo matéria do *Poeira*, ele teria ficado muito “preocupado” com a situação e prometeu que seriam tomadas algumas medidas e soluções:

- a) Provavelmente a partir de novembro deste ano, o INCRA abrirá, em Foz do Iguaçu, um escritório especial para esclarecer a população da área de Itaipu e oferecer diversas possibilidades de reassentamento.
- b) As hipotecas já podem ser transferidas para outro imóvel, mas dentro do prazo de 30 dias. O departamento Jurídico da Itaipu prometeu se esforçar para que os bancos aumentem este prazo.
- c) O posseiro que conseguir legalizar suas terras, receberá 100% de indenização. Esta legalização depende do INCRA. Os posseiros de terras devolutas receberão até 70%.
- d) O Departamento Jurídico da Itaipu Binacional pretende realizar reuniões com grupos menores de agricultores desapropriados ou que esperam desapropriação, para todos poderem falar e expor seus problemas (BP, Ano I, nº. 5, Novembro de 1978, p. 8).

Neste número também foi publicado um apelo, por parte da CPT, para que ninguém assinasse o acordo de indenização, até que o presidente Ernesto Geisel respondesse “item por item” do documento enviado. Por isso a imagem do “povo unido é povo temido”, pois quanto mais forte se tornasse o movimento mais difícil seria para a Itaipu negociar individualmente e mais pressão receberia para que as reivindicações fossem atendidas.

Neste mesmo ano, em agosto de 1978, a CPT publicou o documento intitulado “O Mausoléu do Faraó” já apresentado no Capítulo I. O documento tinha como objetivo denunciar à opinião pública e aos expropriados os problemas que os agricultores estavam passando através, principalmente, dos seus próprios relatos, o problema dos trabalhadores da obra e também os problemas enfrentados no lado paraguaio. O informativo foi divulgado na imprensa e houve a publicação de uma matéria sobre o *Mausoléu* no jornal *Folha de São Paulo*, na edição do dia 22/10/1978. Esse fato teve tanta repercussão que a Itaipu obrigou-se a responder ou rebater as questões denunciadas pelos expropriados/CPT na edição do dia 29/10/1978 no mesmo jornal (GERMANI, 2003, p. 88), extrapolando as polêmicas sobre a obra de um cenário regional para o nacional.

Sobre as contestações ao “O Mausoléu do Faraó” formuladas pela Itaipu, a CPT, juntamente com os colonos atingidos, “julgaram no direito de discordar das afirmações veiculadas pela assessoria da empresa binacional” (BP. n. 6, 1978, p. 13). Segue a resposta às afirmações da Itaipu publicadas no *Poeira*, em dezembro de 1978:

- 1) Itaipu nega que haja um clima de angústia e incerteza no tocante às indenizações. Eis a voz do colono: “Aqui tá a preocupação do povo de se colocar de novo... Mas tem colono que não quis aceitar de primeira. Eles vêm até 4 vezes em seguida, pra tentar fazer... ameaçando que ele tá atrasado. Que ele fica mais 6 meses parado, isso aí. Que pode ficar pros últimos. Daquele jeito e tal. O povo aceita pra poder pegar dinheiro e se colocar noutra terreno”.
- 2) Itaipu nega que grande parte dos agricultores ficou sem fonte de renda, sem terra e sem serviços sociais. Convém esclarecer que a predominância do minifúndio na área, acrescida do endividamento nos bancos, resulta na impossibilidade de se iniciar uma nova existência com a indenização irrisória, afetando também a sobrevivência da unidade familiar. [...]
- 3) Itaipu afirma pagar em média 60.000,00 por alqueire e que esse é o preço do mercado. No entanto, os agricultores impugnam ambas as assertivas: [...]
- 4) Por impossibilidade de indenizar de imediato todas as propriedades, a Itaipu afirma que as indenizações nas etapas posteriores terão valores atualizados e corrigidos, tomando-se por base o comportamento do mercado imobiliário. Ora, é elementar que, em termos de mercado, a lei da oferta e procura é soberana: não havendo procura cai o preço das terras. [...]
- 5) Quanto aos laudos de avaliação de propriedade, segundo Itaipu há possibilidade de reclamação. No entanto, para o agricultor isso não é verdade: “Mas eles não deram cópia do acordo com o senhor?” “Não eles não dão cópia prá ninguém.” Eles não ficam responsável de nada. A gente só assina”. “Podemos dizer que temo sendo assaltado nessas terras. Sendo tomadas. E as benfeitorias, a mão de obra que o cara preparou, mecanizou, né? E vai reclamar? Tão com tudo na mão, né?”.
- 6) Itaipu declara que os acordos são formalizados livremente sem qualquer coação. “O último argumento deles, [...]. Se não vai dar acordo, a Itaipu simplesmente vai entregar ao juiz e aí pode questionar a conta. [...] O colono que é inexperiente acredita e pensa assim: Já que foi assim, vamo acordar [...]”.
- 7) Quanto à afirmação de Itaipu, segundo a qual a hipoteca pode ser transferida a outro imóvel de propriedade o expropriado, eis uma das conquistas do agricultor através da CPT.
- 8) Sobre o “intenso trabalho” de Itaipu e INCRA para a regularização fundiária de posseiros da área, questionamos, por quê existem tantas pessoas nesta região à espera de titulação de suas áreas, cuja demora é conhecida publicamente, e cujos processos se arrastam há anos. Quantos colonos, por exemplo, receberam seus títulos no imóvel Guairacá, que abrange áreas de 5 municípios na região de Itaipu? – Todo o atraso na legalização, acarreta prejuízo para o colono.
- 9) A carta de anuência fornecida por Itaipu a colonos indenizados, para obterem financiamentos de plantio até a desocupação a área, é assunto controvertido: “Se o Banco do Brasil aceita a anuência para financiamento, a Cooperativa aceita também”. Mas até agora o Banco não decidiu se aceita ou não” [...] (BP. nº 6, 1978, p. 13 a 15).

A resposta da CPT e dos colonos contra as afirmações da Itaipu não se restringiram às questões acima, ao final do Boletim, ainda levantaram mais questionamentos sobre os procedimentos da Itaipu. A exemplo da interrogação sobre os critérios de avaliação da terra, sobre o porquê que a Itaipu economiza com as desapropriações se tem verbas astronômicas e o porquê formalizam as “desapropriações” mediante escrituras públicas de compra e venda se

essas áreas serão declaradas de utilidade pública e inundadas? São alguns questionamentos sem respostas apresentadas para a empresa Itaipu.

A pressão e a atuação do movimento organizado dos colonos, juntamente com a CPT, certamente, influenciaram a Itaipu a rever determinadas políticas, pois no início de 1979, a empresa tinha concedido um aumento de 40% no valor das indenizações. Isso se deu, em parte, pela própria resistência dos colonos em assinar os acordos (GERMANI, 2003, p. 89).

Neste número de fevereiro de 1979, a CPT discutia para onde iam as 7.000 famílias que seriam expulsas pela hidrelétrica até 1982. As alternativas oferecidas pelo governo e pela própria Itaipu eram colonizar o Norte do país (Mato Grosso, Acre, Amazonas, etc.). A CPT questionava se essa era de fato a única alternativa de reassentamento, pois no Sul do país também haveria terras disponíveis. Percebe-se, através dessa matéria, qual era o projeto que a CPT apoiava, pois, ao invés da colonização para regiões em terras “devolutas” nessas regiões de fronteira agrícola (que não eram vazios demográficos), sugeria uma reforma agrária nas terras de latifúndios pouco ou mal aproveitadas existentes na região Sul do Brasil. E lança essa pauta de discussão, que não deixa de ter um caráter pedagógico, pois esclarece aos leitores sobre o Estatuto da Terra, na Lei n.º. 4.504, que conceituava o que seria a reforma agrária naquela lei:

De acordo com o Estatuto da Terra, a Reforma Agrária tem como objetivo acabar com o minifúndio – uma propriedade pequena demais para o sustento de uma família e principalmente, acabar com o latifúndio – que é definido como uma grande extensão de terra na mão de uma só pessoa ou um pequeno grupo e, em geral, com grande parte sem nenhum aproveitamento (BP, Ano II, n.º 7, Fevereiro 1979, p. 10).

A CPT não acreditava que esse tipo de colonização seria a melhor opção para os agricultores, mas, sim, uma reforma agrária ou a redistribuição de terras dos latifúndios improdutivos existentes no Sul do país.

No Boletim n.º. 7 (BP, Ano II, n.º 7, Fevereiro 1979, p. 13) há o registro de que em janeiro de 1979 a Itaipu concedeu um aumento de 40% no preço pago pela terra indenizada, sendo essa vitória fruto da pressão e organização dos desapropriados. Mas, segundo o Boletim, não havia garantias de que todos iriam receber um preço igual, e mesmo o valor que recebessem de mais ou menos 65 mil pelo alqueire⁴⁴ não chegava perto do “preço justo”. A CPT analisou um dos pontos fracos que viam na Itaipu:

⁴⁴ Correspondem a 24.000 m² ou 2,4 hectares.

O ponto fraco do gigante Itaipu talvez seja o lado jurídico e legal. Quando o professor Braga de São Paulo deu palestras sobre indenizações em várias localidades do Município de Mal. Rondon, os agricultores descobriram que o ponto fraco da Itaipu é a falta de uma base legal para as compras de terra que ela vem fazendo. Ninguém é obrigado a vender sua terra, porque não existe um Decreto de utilidade pública. A propriedade do colono é defendida pelas leis do nosso país. Os advogados da Itaipu explicam as leis apenas para a vantagem deles, mas os proprietários e todos os prejudicados podem entrar com uma ação judicial contra a hidrelétrica [...] (BP, Ano II, nº 7, Fevereiro 1979 p. 13).

Segundo o *Poeira* a Itaipu usava de subterfúgios para fazer com que os colonos aceitassem as suas propostas. Um exemplo, descrito no *Poeira*, de manobra utilizada pelos representantes de Itaipu, foi a solicitação, por parte da empresa, do contrato de propriedade de um posseiro do município de Marechal Cândido Rondon: disseram que fariam uma fotocópia para ajudá-lo a conseguir o usucapião, no dia seguinte quando foi retirar os documentos o questionaram se ele ia fazer o acordo, “se Estanislau não tivesse bancado o vivo, teria assinado, sem querer, um acerto com a Itaipu...” (BP, Ano II, nº 7, Fevereiro 1979 p. 13). Este fato exemplifica uma ação artilosa que a Itaipu realizou, com o objetivo de tentar enganar um posseiro para depois fazer uso do efeito jurídico de uma assinatura obtida de maneira dissimulada.

Neste mesmo número também foi noticiado que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR dos cinco municípios mais atingidos pela Itaipu organizaram-se a favor dos atingidos:

No dia 16 de fevereiro, reuniram-se em Marechal Cândido Rondon, líderes sindicais, agricultores, a diretoria da Federação dos Sindicatos do Paraná, juntamente com representantes da Comissão Pastoral da Terra e da Comissão de Justiça e Paz do Paraná, para organizar melhor a luta. Prepararam um documento-base para a próxima Assembleia de Santa Helena, dia 7 de abril! (BP, Ano II, nº 7, Fevereiro 1979 p. 13).

O documento-base para a nova assembleia foi discutido por três entidades presentes, a FETAEP, CPT e CPJP, e as principais questões que seriam discutidas eram:

- 1 – Não vender as terras antes da assinatura do Decreto Governamental de Desapropriação.
- 2 – Estabelecer um preço base para a desapropriação para qualquer tipo de terra.
- 3 – O INCRA teria que promover o assentamento dos proprietários e familiares, bem como dos parceiros, arrendatários e assalariados, no próprio Estado do Paraná, implantar programas de Reforma Agrária em latifúndios por exploração e extensão.
- 4- O INCRA proceder à imediata regularização das terras ocupadas por posseiros, para que recebessem 100% no seu valor.

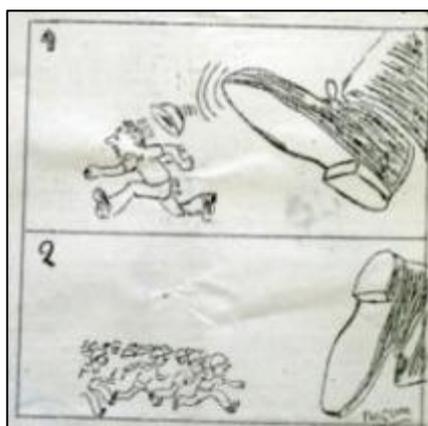
- 5 – Conferência de indenização justa sobre investimento e benefícios.
- 6 – O compromisso do INCRA de propiciar outras terras no Paraná aos agricultores atingidos, ficando excluída a interferência das imobiliárias e Colonizadoras.
- 7 – Garantias jurídicas aos agricultores para permanecerem nas terras até o alagamento da área.
- 8 – Em caso do agricultor não ficar satisfeito com o valor da indenização, poderia ser prestados atendimentos jurídicos pelos advogados dos STRs, da CPT e da Comissão de Justiça e Paz, sob a coordenação do Departamento Jurídico da FETAEP.

O resultado dessa reunião foi muito positivo, pois além de agregar um número maior de representantes, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também se conseguiu organizar um documento expondo os problemas e as reivindicações dos expropriados. A nova assembleia foi marcada para o dia 07/04/1979 e seria realizada novamente em Santa Helena.

Na segunda Assembleia realizada no dia 7 de abril, em Santa Helena, participaram mais de 2.500 agricultores, segundo o *Poeira*, reunidos num campo de futebol, no Estádio dos Incas. Entre eles estavam os dirigentes sindicais, a Diretoria da FETAEP, representantes da Contag de Brasília e da CPT Nacional de Goiânia e a CPT do Mato Grosso, além de simpatizantes e jornalistas. Não estava presente, apesar de ter sido convidado, o Presidente da Itaipu Binacional, o General Costa Cavalcanti.

A charge abaixo, publicada no *Poeira*, expressa a importância do processo coletivo para conquistar mudanças necessárias. A pessoa sozinha acaba sendo esmagada, mas o grupo unido tem mais chances de conseguir avanços. A imagem é um recurso pedagógico, neste caso, para que os agricultores não negociassem suas terras individualmente e sim negociassem com o grupo, pois o movimento dos atingidos estava conseguindo avanços nas negociações.

FIGURA 15: A união faz a força



Durante a assembleia houve momentos de pronunciamentos dos representantes das entidades presentes, relatos dos agricultores e discussão do material produzido anteriormente e distribuído junto à convocação. O clima era de extrema preocupação, conforme relatou Germani:

Os depoimentos dos agricultores manifestavam como preocupação principal os baixos preços pagos pela Itaipu e a incerteza quanto ao seu reassentamento. O reassentamento dos expropriados em território paranaense foi a bandeira hasteada com bastante ênfase nesta assembleia. O deputado estadual Gernote Kirinus manifestou-se dizendo que “não podemos deixar que nossos colonos partam para outros estados, quando aqui mesmo temos terra em condições de reassentá-los”. [...]

Não bastasse o drama dos agricultores do território brasileiro, o lavrador Carlos Mundestock, representando 40 famílias que moravam em Porto Salsa, no Paraguai, também levou o seu manifesto à assembleia: “Nós queremos voltar para o Brasil. Nossa área vai ser inundada e até agora não temos certeza de nada” (GERMANI, 2003, p. 94).

Na assembleia também foi um momento de denúncias e críticas realizada por agricultores contra a atuação do INCRA, pois “o processo de titulação das 1.800 propriedades se arrastava morosamente e na medida em que este órgão, como responsável pela colonização e reforma agrária em nosso país, nada fazia pelo reassentamento dos colonos” (GERMANI, 2003, p. 94). O INCRA foi constantemente denunciado pela sua ausência e depois pela demora no processo de reassentamento e regularização fundiária dos atingidos.

Durante a assembleia foi produzido e aprovado, pelos presentes, um documento intitulado “Terras no Paraná e Indenização Justa”. Neste, constaram uma série de reivindicações, das quais se destacam:

- a) que a Itaipu Binacional, o INCRA e o ITC assumam o compromisso de reassentar os agricultores atingidos (proprietários, parceiros, arrendatários e assalariados) no próprio Estado do Paraná, implantando um programa de reforma agrária e excluindo a interferência de imobiliárias e colonizadoras;
- b) preço mínimo de Cr\$ 100.000,00 para terra nua e reajuste conforme ORTN;
- c) indenização e reassentamento conjuntos por comunidade;
- d) que o INCRA proceda à imediata regularização das terras ocupadas por posseiros (GERMANI, 2003, p. 94).

Após a assembleia, os atingidos e a CPT formaram uma “Comissão de Coordenação e Representação”, que estaria responsável para coordenar o trabalho de base, bem como de reencaminhar as reivindicações e tentar realizar o contato com o presidente Costa Cavalcanti.

A comissão se reuniu no dia 3 de maio em Marechal Cândido Rondon para escrever a primeira carta aberta explicando quais seriam os próximos passos da caminhada. O primeiro seria solicitar uma audiência com o Gen. Costa Cavalcanti, para discutir as reivindicações do documento “Terra no Paraná e indenização justa”. Além de denunciarem uma série de irregularidades cometidas pela Itaipu e por companhias de colonização.

No final de maio, a CPT também enviou 3 agricultores para deporem na Comissão de Terras e Migração da Assembleia Legislativa. Eles relataram os baixos valores pagos pela empresa Itaipu e o assédio dos picaretas. A Itaipu contradizia os agricultores dizendo que estava pagando o dobro do preço, do que diziam os colonos, porém segundo a CPT, a Itaipu pagava o dobro, mas com tudo que tinha na propriedade, não só pela terra nua, “desde quando alqueire é uma medida que mede poços, galinheiros, arvoredos e cerca também?” (BP. Ano II, nº. 8, abril de 1979). Os deputados estaduais da CPI, para verificar quem estava com a razão, estiveram em Foz do Iguaçu, porém, segundo a CPT, só visitaram a Itaipu, vendo somente uma versão dos fatos.

No dia 22 de junho aconteceu a audiência com o presidente da Itaipu, Gen. Costa Cavalcanti, sendo discutidos quatro pontos principais: indenizações (preços, critérios, prazos de pagamento e prazo de permanência na terra), reassentamento (colonizadoras, órgãos oficiais, terras disponíveis), remanescentes (prejuízos indiretos) e posseiros (titulação, preço justo).

A Itaipu se comprometeu a conceder:

- Todos que assinam o acordo com a Itaipu sobre o valor da desapropriação vão receber agora uma segunda via do laudo de avaliação. Antes a Itaipu deixava os que tinham assinado no escuro.
- Se comprometeu pagar em 30 dias, a Itaipu tem que se esforçar em cumprir a sua palavra, e não demorar mais de 90 dias, disse o seu Presidente.
- Da mesma forma está “estudando” um aumento na metade deste ano, no preço da terra.
- Da mesma forma está “estudando” um aumento maior para os posseiros, que poderão receber mais do que 50% do valor da terra.
- Antes não tinha, mas agora (de repente) tem terra no Paraná à vontade. O prefeito de Palmas, a cooperativa COAMO, e muitos municípios do centro e sul do Paraná estão oferecendo terra. Resta a pergunta: Quem vai controlar os loteamentos e os preços de terra? Em toda aquela região os preços das terras estão aumentando rapidamente.
- As terras à venda no Oeste do Paraná serão informadas pela Itaipu ao agricultor desapropriado. As entidades (sindicatos) vão fazer uma troca dessas informações.
- Sobras de terra menores que o módulo do INCRA podem ser, excepcionalmente, tituladas. Para tal, a Itaipu entrega um memorial descritivo dessa área remanescente ao Incra.

- Itaipu se empenha na rápida titulação de todas as áreas de posseiros, para poderem receber a indenização integral (BP, Ano II, nº. 8, Abril de 1979, p. 8).

Após as promessas que a Itaipu se comprometeu em solucionar, por parte da comissão, ainda restaram algumas dúvidas expressas no *Poeira*: “será que indenizar um agricultor é o mesmo que comprar um imóvel? Será que 110,00 cruzeiros por um pé de laranja carregado é preço justo?” Questionamentos que mais uma vez tinham sido deixados de lado pela Itaipu e seus interlocutores!

A CPT, através do Boletim *Poeira*, informou que no dia 19 de abril de 1980 esteve reunida junto com membros da Comissão Justiça e Paz no Paraná, alguns agricultores e o bispo de Foz do Iguaçu D. Olívio Fazza, em uma audiência com o Departamento Jurídico da Itaipu para discutir, mais uma vez, os problemas relacionados com a desapropriação e denunciavam, através do informativo, algumas práticas não cumpridas pela Itaipu como: não cumprimento nos critérios estabelecidos pela Itaipu de que posseiros receberão no mínimo 50% da terra nua mais benfeitorias; o valor que a Itaipu está pagando está abaixo do firmado anteriormente; a recorrência nos problemas com a medição da terra (BP, Ano III, nº. 11, Maio e Junho de 1980, p. 13). Segundo a CPT as explicações fornecidas pelo diretor jurídico da Itaipu não eram convincentes.

No número 12 do *Poeira*, a CPT noticiou a realização de um abaixo-assinado pelos agricultores atingidos pela Itaipu e ainda não indenizados, com 1.120 assinaturas, entregue à Itaipu Binacional, ao INCRA, ao Ministro de Minas e Energia, César Cals, e ao Ministro da Agricultura, Amauri Stábile, em junho de 1980. A iniciativa surgiu com a aproximação do prazo para desocupação das terras e exigiam:

1. Mais rapidez na titulação das terras pelo INCRA e na efetuação das propostas e dos respectivos pagamentos pela Itaipu;
2. Preço mínimo de CR\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) por alqueire de terra nua e aumento proporcional nas áreas urbanas;
3. Esclarecimentos mais completos e corretos sobre a retitulação, a desapropriação e o reassentamento (BP, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 5).

Para Guiomar Germani, “a Itaipu e o INCRA não só não deram atenção ao alerta da CPT como também ignoraram totalmente o abaixo-assinado, numa atitude de descaso para uma situação de desespero que eles estavam originando” (GERMANI, 2003, p. 105).

O prazo final para sair das terras atingidas estava se aproximando da data prevista e as indenizações não estavam ocorrendo no ritmo que se necessitava. Das seis mil propriedades

rurais e mil propriedades urbanas, a Itaipu havia desapropriado cerca de 60%, sendo que destas 1.300 aguardavam documentação do INCRA e o instituto aguardava os laudos topográficos da Itaipu (GERMANI, 2003, p. 113), enquanto isso, os agricultores aguardavam ansiosos por uma definição e além do sentimento de incerteza também permeava um sentimento de injustiça sobre o que estava acontecendo.

Diante desse quadro de angústias e incertezas, as lideranças do movimento decidiram, durante a reunião realizada no dia 11 de julho de 1980, que iriam cercar o escritório da Itaipu em Santa Helena até que suas reivindicações fossem atendidas. Desta forma suas insatisfações não ficariam no âmbito dos atingidos. Uma ação mais incisiva, organizada de maneira pacífica, porém com muito mais força de pressão e exposição pública teria que ser adotada para garantir uma posição e condição melhor para minimizar as injustiças e fazer com que o “faraó” descesse do trono.

O *Poeira* (Ano III, n 12, julho/agosto de 1980) divulgou o resultado deste primeiro acampamento realizado pelos desapropriados, iniciado no dia 14 de julho, em frente ao escritório da Itaipu Binacional, na cidade de Santa Helena. Durante esse ato de mobilização e organização foi consolidado o “Movimento Justiça e Terra”. Na matéria que tratou desse ato, intitulada, *Terra e Justiça: exigem os agricultores*, foram apresentados os motivos que levaram as entidades de apoio e os expropriados a tomar essa decisão. Além disso, nesse número/matéria foi esboçado um retrospecto das principais medidas tomadas anteriormente até chegar a essa ação:

Desde o início das expropriações promovidas pela Hidrelétrica de Itaipu, vêm os agricultores atingidos pleiteando justos preços e terras no Paraná. Em algumas ocasiões, reunidos em Assembleia, os lavradores do Oeste Paranaense expuseram suas posições, encaminhadas às autoridades em vários documentos. Muitas reuniões foram realizadas e seus apelos foram divulgados na Imprensa.

Paralelamente, muitas promessas foram feitas, com várias delas não concretizadas, total ou parcialmente. A demora no atendimento de algumas delas, por outro lado, tem acarretado inúmeras dificuldades (BP, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 5).

As reivindicações solicitadas pelo movimento, conforme o *Poeira*, nº. 12, eram: – aumento de 100% sobre o valor pago por alqueire de terra nua; – reajuste nos preços a cada 90 dias; – emissão de cheques indenizatórios até 15 dias após o acerto; – reassentamento no Paraná; – indenização de áreas atingidas pela rede condutora de energia elétrica e possibilidade de utilização da terra até maio de 1982.

O acampamento, no primeiro dia, começou com a participação de aproximadamente 150 agricultores e no final da tarde do dia 14 já havia em torno de 800 agricultores concentrados, com aparelhagem de som, batizada de “Rádio Justiça”, barracas, faixas e cartazes. O escritório da Itaipu tinha sido tomado e a decisão era permanecer ali até obterem conquistas substanciais. No mesmo dia, à tarde, os responsáveis pelo Departamento Jurídico da Itaipu reuniram-se com uma comissão de representantes do movimento para discutir suas reivindicações, porém, após 7 horas de negociação, nada palpável foi conseguido, pois, segundo os representantes jurídicos da Itaipu, eles não tinham poderes para assumirem um compromisso sem antes consultar os superiores de Itaipu.

Uma nova reunião agendada para o dia seguinte contribuiu para que o movimento não se dispersasse. O movimento estava decidido a ficar ali até que as reivindicações fossem atendidas. No dia seguinte a reunião foi realizada, mas desta vez com o Diretor Jurídico Adjunto da Itaipu, Paulo Cunha, e após 6 horas de reunião, foram aceitas quase todas as reivindicações exigidas pelo movimento.

No Boletim subsequente ao ato, o MJT informou que das cinco reivindicações, quatro tinham sido atendidas integralmente, porém faltava o item considerado mais importante, que era o aumento de 100% sobre o valor pago por alqueire de terra nua. No entanto, o representante da Itaipu solicitou um prazo até o dia 26 do mesmo mês para analisar a proposta e dar uma resposta. Sem o atendimento desta reivindicação, o movimento decidiu permanecer acampado até a resposta da Itaipu. O número de acampados que aderiram ao movimento só crescia: “calcula-se que em média, diariamente, 1.800 a 2.000 permaneciam lá, acampados com as famílias, em barraca, às quais davam nomes, como por ex.: Hotel Esperança, Itaipu Inflação, Itaipu Indenização, etc. (BP, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 5).

Ao longo destes dias várias atividades foram realizadas. Cada dia iniciava com o canto do hino nacional e a realização de um ato litúrgico com a participação de padres e pastores de várias religiões. À tarde os acampados se reuniam em grupos de estudos para discutirem seus problemas, levando-os, posteriormente, para a assembleia. Também realizavam a confecção de cartazes, faixas, montagens de peças teatrais e discussões sobre as futuras estratégias do movimento. O próprio acampamento tornava-se uma escola de formação e organização.

Na medida em que o tempo passava, mais pessoas agregavam-se ao movimento, com o apoio de várias entidades do país. Além de contarem com a participação do Pe. Valentim, Pastor Werner Fuchs e de vários líderes e autoridades locais, o MJT recebeu apoio do presidente da FETAEP, Agostinho Bukowski, do presidente do INCRA, José Guilherme Cavagnari, do Secretário de Estado da Agricultura, Eugênio Stefanello, do Senador José

Richa, do presidente da CONTAG, Francisco Urbano de Araújo, e advogados da Comissão Justiça e Paz da Região.

No dia 25 de julho, durante a comemoração do dia do lavrador, houve uma grande celebração que marcou esse ato, que teve a participação de mais de 10 mil pessoas, novamente realizado em Santa Helena (BP, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 9). Neste mesmo dia, a Diretoria da Itaipu estaria reunida em Foz do Iguaçu para discutir as reivindicações dos expropriados. Mas, o que se constatou foi o não reconhecimento, por parte da Itaipu, do Movimento Justiça e Terra,

Prova disso, foi o fato de que enviou o documento com a proposta para a imprensa e não aos agricultores concentrados. No dia 26, logo cedo, foi lida a nota da Itaipu, que foi vaiada pela assembleia. Lida e votada três vezes, não houve nenhum voto favorável. O principal motivo para não aceitarem a proposta da Itaipu foi o aumento de apenas 65% nas terras ao invés de 100% requeridos pelo movimento (LIMA, 2006, p. 390).

Na edição do *Poeira*, nº. 12, a CPT informou que os agricultores reunidos no dia 26 de julho não aceitaram a proposta da Itaipu, solicitando uma reunião com a Diretoria de Itaipu e a comissão dos Agricultores, em Foz do Iguaçu. Desta forma foram escolhidos cinco agricultores representantes juntamente com Olívio Fazza, Bispo da Diocese de Foz de Iguaçu. No dia 27 foi realizada a reunião onde foi assinada a ata estabelecendo um acordo prévio e no dia 28 aconteceu, finalmente, o acordo entre as partes: “o acordo foi possível porque a Itaipu prometeu por escrito que 80% das terras a serem indenizadas seriam classificadas como de primeira classe” (BP, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 10). Assim, os agricultores desmobilizam o acampamento de Santa Helena e suspenderam a marcha para Foz do Iguaçu.

Finalizando, podemos dizer que o “MOVIMENTO: JUSTIÇA E TERRA” conseguiu inúmeras vitórias. O aumento geral sobre o valor da terra nua por alqueire superou 85%. Além dessa vitória significativa conseguida através da união, da coragem e da pressão dos agricultores, outros acordos foram realizados que vieram dar maior tranquilidade aos expropriados (BP, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 11).

Porém, nos meses seguintes, os indenizados começaram a perceber ou a se sentir novamente mais fracos em relação à Itaipu. O Boletim *Poeira* publicou no final do ano de 1980, uma série de reflexões sobre as atuações injustas da Itaipu, com o seguinte questionamento: *Se correr o bicho Pega, se ficar o bicho come?* Na sequência do texto a análise propunha outro contraponto: *Se enfrentar o bicho corre, se não corre a gente engole...*, ou seja, apesar das exigências do Movimento Justiça e Terra terem sido em parte

atendidas, ainda havia pontos a serem revistos. O MJT havia conseguido a implantação da correção monetária nos preços das indenizações, mas esta foi fixada nas correções das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). No boletim também esclareceram que em quatro meses os indenizados tinham recebido apenas um aumento de 13%, o qual nem se comparava com a inflação real. Outra promessa feita pela Itaipu e não cumprida foi a da titulação de terras pelo INCRA, no qual a Itaipu precisava fazer a planta dessa área, mas até o final do ano não tinham sido realizadas. Assim, novamente a CPT pediu uma união dos atingidos com a direção da Itaipu:

Diante de tantas dificuldades, diante da procura de terras num país tão grande como o nosso, o que você faria? Certamente nada se consegue sozinho. Mas o pessoal da região de Itaipu continua pensando assim: se juntar muita gente junta, unida e organizada, a história muda”. (BP. Ano III, no 14, Novembro/Dezembro, 1980, p. 31).

Nota-se o caráter pedagógico que a CPT/MJT utilizou, no sentido de reforçar a importância da participação popular e do engajamento dos apoiadores, estimulando sua organização para que se transformassem em sujeitos da conquista de seus direitos. A última frase, *se juntar muita gente junta, unida e organizada, a história muda*, reforçava a ideia de que o movimento era um agente de transformação.

No início de 1981, aconteceu uma série de reuniões entre os desapropriados que visavam discutir as problemáticas mais sérias como a falta do cumprimento do acordo, por parte da Itaipu, e também queriam a alteração do índice para o reajuste do preço das terras baseado nos índices da ORTN, pois estes não chegavam nem perto do reajuste do mercado imobiliário do Paraná. Além disso, apenas 60% das desapropriações tinham sido realizadas, sendo que faltavam dois anos para o represamento do leito do Paranazão e um ano para a desocupação da região. No dia 27 de fevereiro de 1981 os agricultores do Movimento Justiça e Terra realizaram uma reunião com a Assessoria Jurídica da Itaipu expondo os problemas, o que os deixaram profundamente decepcionados, pois nada adiantou.

Diante das crescentes angústias e insatisfações, a comissão dos representantes se reuniu para tomar uma decisão, para isso foi convocada uma assembleia dos expropriados para o dia 16 de março em Itacorá. Nessa assembleia compareceram cerca de 2.000 pessoas e eles sabiam que a Itaipu só aceitaria as reivindicações apresentadas se os expropriados tivessem mais força. A proposta era pressionar e isso certamente se concretizaria com uma marcha até Foz do Iguaçu. O objetivo foi entregar o documento aprovado em assembleia, no qual reafirmaram as exigências apresentadas na última reunião que a comissão dos

expropriados teve com a Itaipu. A assembleia também aprovou a proposta de realizarem um acampamento em frente à sede da binacional em Foz do Iguaçu, durante o tempo que fosse necessário até o atendimento das reivindicações.

A marcha dos agricultores expropriados por Itaipu saiu de Itacorá às 9 horas do dia 17 e chegou a Foz do Iguaçu por volta das 10:30 horas. Ela vinha controlada por um pelotão de batedores da polícia Rodoviária Estadual e um grosso contingente da polícia Militar. Os agricultores vieram em número aproximado de 800 pessoas numa frota de cerca de 200 veículos com equipamentos e mantimentos para resistirem concentrados por semanas ou meses, até que a Itaipu atendesse todas as reivindicações. (BP. Ano IV, no 15, Jan a Abr, 1981, p. 07).

A marcha foi brutalmente barrada ao chegar ao trevo na BR 277 que se bifurca em direção à cidade de Foz do Iguaçu e em direção à Itaipu. Segundo Germani, “foram recebidos por 400 homens da polícia Militar armados de baionetas, cacetes e gás lacrimogêneo, além de 40 guardas de segurança da Itaipu e agentes de vários órgãos de segurança” (GERMANI, 2003, p. 148).

FIGURA 16: Repressão ao Movimento Justiça e Terra.



Fonte: BP. Ano IV, nº. 15, Jan a Abr, 1981, p. 07.

Impedidos de seguir adiante com a marcha, os agricultores decidiram organizar o acampamento ali mesmo. Para Juvêncio Mazzarollo a decisão adotada após o impedimento e o bloqueio da rodovia, com uso de policiamento, o acampamento no trevo foi marcante, pois possibilitou uma boa visibilidade aos confrontos:

[...] era um lugar de maior circulação de pessoas e assim o movimento garantiria publicidade mais ampla. Se tivessem ido até o Centro Executivo ou ao terreno oferecido por um simpatizante do movimento, a manifestação teria menor impacto. Por lá, onde o acampamento foi instalado, passavam os veículos que se dirigiam à cidade de Foz do Iguaçu, ao Paraguai e à própria Itaipu (MAZZAROLLO, 2003, p 103).

Foi um grande constrangimento para a Itaipu ter a poucos quilômetros da sua “magnífica obra” um movimento social organizado e pacífico com mais de 1.000 pessoas acampadas no principal trevo da cidade, passagem obrigatória de muitos turistas que liam os cartazes “Itaipu, atração do mundo, crucificação dos brasileiros”. O local do acampamento passou a ser designado como “trevo da vergonha”. E se não bastasse o descaso da Itaipu com as condições dos agricultores também provocou um boicote contra o acampamento ao dificultar o acesso ao abastecimento de água aos manifestantes. A prefeitura de Foz do Iguaçu, representada pelo Coronel Clóvis Cunha Vianna, também negou qualquer auxílio aos agricultores acampados em relação ao fornecimento de água. Simpatizantes do movimento e apoiadores da própria comunidade local, sensibilizada com a causa dos colonos e indignada, resolveu ajudá-los levando água para o acampamento. O bispo D. Olívio Fazza intermediou junto ao prefeito de Foz do Iguaçu a questão do abastecimento. Com isso, a prefeitura sentindo-se pressionada resolveu ajudar, providenciando instalações sanitárias e água permanente.

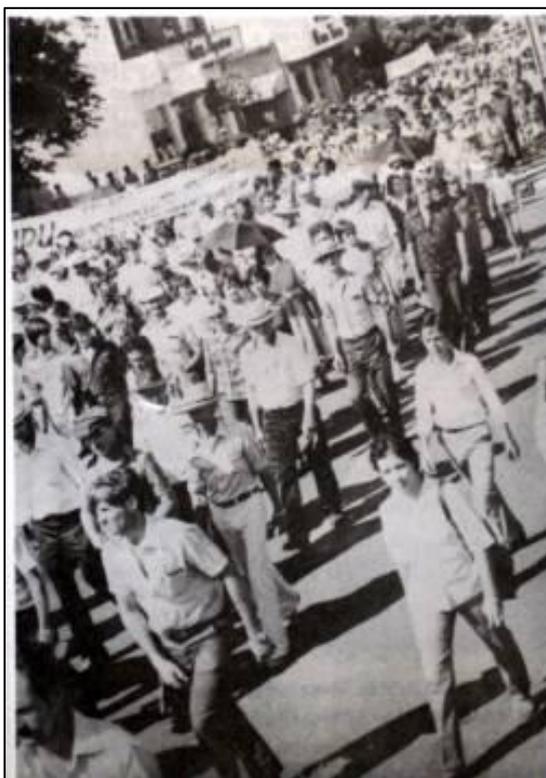
No dia 20 de março, data da reunião com a Itaipu, os cinco representantes do MJT, foram levar as reivindicações, porém voltaram decepcionados. A Itaipu se recusou a negociar com os agricultores e entregou-lhes um documento contendo as respostas às reivindicações, ou seja, não houve qualquer possibilidade de diálogo com os integrantes do Movimento Justiça e Terra. O documento continha uma reafirmação, por parte da Itaipu, que sempre procedeu com justiça e que a prova disso era de que ninguém tinha recorrido à Justiça, ignorando, desta forma, toda a mobilização dos agricultores, e também diziam estar sensíveis à situação dos agricultores e concediam um aumento de 80% no valor das terras. A reivindicação atendida foi a de aumentar o prazo para retirar as benfeitorias.

O documento foi lido e analisado pelo Movimento e, ao final, resolveram não aceitar as propostas da Itaipu e devolveram um documento contendo a “resposta ao comunicado de Itaipu Binacional”, refutando a nota distribuída à empresa e condenando o comportamento da mesma em não dialogar. O movimento decidiu ficar acampado até serem atendidos em suas reivindicações. Conforme relata Germani, “a Itaipu havia declarado sua arma nesta batalha: o

silêncio. Os colonos também haviam definido a sua: a paciência e a persistência. E mais, com sua união, teriam que quebrar o silêncio da Itaipu Binacional” (GERMANI, 2003, p. 153).

No número 16 do *Poeira*, a CPT relatou as ações que o Movimento Justiça e Terra realizou, no sentido de pressionar o poder público e a Itaipu a atenderem as suas reivindicações, a exemplo da passeata, que ocorreu no dia 7 de abril pelas ruas de Foz do Iguaçu, juntamente com uma série de simpatizantes que se uniram em solidariedade ao movimento. Foram mais de 5 mil pessoas concentradas na Igreja Matriz de São João Batista e só foi encerrada com a caminhada até o “trevo da vergonha”.

FIGURA 17: Passeata em Foz do Iguaçu



Fonte: BP. Ano IV, nº. 16, Maio/Junho, 1981, p. 07.

Por esses dias os agricultores realizaram também uma passeata pela cidade de Foz do Iguaçu, tendo à frente Dom Olívio Fazza, padres, pastores, irmãs e lideranças eclesiásticas e leigas. Para aquela manifestação vieram caravanas de agricultores de outras áreas para se solidarizarem com os desapropriados. Foi um fato histórico. A população de Foz saiu às ruas para assistir e aplaudir a passeata (BP. Ano IV, nº. 16, Maio/Junho, 1981, p. 07).

O movimento aguardava a conclusão do Instituto de Terras e Cartografia (ITC), que faria um levantamento dos preços das terras no sudoeste do Estado. Este laudo tiraria a

conclusão se a Itaipu estava pagando o “preço justo” ou não. No dia 11 de abril os colonos receberam o documento do ITC com o levantamento do preço das terras no mercado.

O ITC provou que os agricultores tinham razão. Itaipu estava pagando cerca de 350 mil cruzeiros por alqueires, e a pesquisa do ITC mostrou que o preço médio para as terras de 1ª classe eram de 491 mil cruzeiros por alqueire de terra, sem benfeitorias, sendo que 80 por cento das terras desapropriadas estavam incluídas na Primeira classe, conforme Itaipu havia admitido anteriormente (BP. Ano IV, nº. 16, Maio a Junho, 1981, p. 09).

Desta forma, o ITC dava ao Movimento Justiça e Terra um maior reconhecimento da sua luta, porém a Itaipu não aceitou os valores. No dia 8 de maio a Itaipu entregou uma proposta de aumento de percentual de 31% sobre o valor das terras e benfeitorias e as terras de primeira receberiam 471 mil cruzeiros por alqueire.

No dia 9 de maio, ao completar 54 dias de acampamento, o movimento em assembleia decidiu aceitar as condições propostas pela Itaipu e desarmar o acampamento: “Itaipu havia aceitado praticamente 80% de suas reivindicações, e se não havia atendido todas, pelo menos tinha certeza: valeu a pena lutar, pois a situação agora era significativamente melhor à do início do acampamento” (GERMANI, 2003, p. 167). O acampamento terminaria, mas não a luta por uma indenização justa: enquanto ainda tivesse um agricultor não indenizado o movimento estaria atuando.

Mesmo com o levantamento do acampamento a mobilização era mantida, pois faltava o cumprimento das promessas por parte da Itaipu. Enquanto isso, a CPT continuava denunciando as consequências do processo de expropriação. Como a falta de infraestrutura nas novas terras adquiridas pelos atingidos de Itaipu em Mato Grosso do Sul, e também algumas famílias que não conseguiram novas terras, permanecendo no Paraná sem destino, assim como alguns posseiros, arrendatários e boias-frias que resistiram ao processo de expropriação. As injustiças não foram superadas mesmo após as sucessivas pressões do MJT.

No dia 2 de março de 1982 ocorreu nova assembleia sob a coordenação do MJT, na qual estavam presentes 180 dos 600 expropriados pela Itaipu que ainda não tinham sido indenizados, faltando dois meses para a desapropriação. Após terem discutido os problemas que enfrentavam, resolveram divulgar uma Carta Aberta denunciando o tratamento dado pela Itaipu. Entre eles, destacam-se: pagamento atrasado em mais de 90 dias, atrasando a compra de novas terras; algumas propriedades não tinham sido procuradas para uma proposta de preço; alguns casos de litígio continuavam sem solução; propriedades que tinham rede elétrica ainda não tinham sido indenizadas com inclusão do valor desses investimentos; pagamentos

realizados abaixo do prometido; famílias estavam sem infraestrutura, além disso, no Paraguai havia os mesmos problemas (BP. Ano V, n.º. 20, Janeiro/Fevereiro, 1982).

Conforme decisão tomada na assembleia, os expropriados reunidos em uma comissão foram a Foz do Iguaçu e apresentaram as reivindicações à Itaipu, porém a empresa não atendeu a nenhuma das demandas. Sendo assim, a Comissão decidiu por uma nova assembleia marcada para o dia 5 de março para discutir os próximos passos. A decisão dos presentes nessa assembleia foi de realizar uma marcha para Foz do Iguaçu até o Trevo da Vergonha e também de permanecer nas propriedades plantando até o dia 30 de abril, prazo dado pela Itaipu para deixarem suas terras. Porém, no dia 8 de março, um dia antes de acontecer a marcha para Foz do Iguaçu, a Itaipu chamou os representantes dos expropriados para discutir as reivindicações expostas. Conforme o boletim *Poeira*, quase a totalidade das reivindicações foi aceita.

Mais uma vez o povo unido e organizado, por mais simples e humilde que seja, consegue vencer. Esta vitória começou com as primeiras reuniões, Assembleias, marchas de protestos, acampamentos que os expropriados de Itaipu realizaram e que só será vitória definitiva quando o último agricultor da barragem será indenizado juntamente (BP. Ano V, n.º. 20, Janeiro/fevereiro, 1982, p. 09).

Nota-se ao longo das edições do Boletim *Poeira* uma qualificação e ampliação do MJT, pois eram resultantes e resultados das lutas e da obtenção de conquistas (redução das injustiças). A organização política do MJT fortalecia as lutas de outros agricultores atingidos por barragens e também envolvia a organização e o fortalecimento de outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO).

O MASTRO foi organizado a partir das lutas e experiências do MJT, no sentido de atender justamente as famílias que ficaram sem terra, em decorrência da construção da usina da Itaipu, ou que viviam o fenômeno do êxodo rural. Em 1981, o *Poeira* noticiou os problemas sociais que fundamentaram o surgimento do MASTRO e quais seriam os objetivos:

[...] Quando o Movimento Justiça e Terra realizou as primeiras inscrições para requerer terras em Arapoti, surgiram tantos candidatos de fora da região de Itaipu, que os líderes não sabiam como atender. E os candidatos da própria área de Itaipu eram tantos que certamente a metade deles ficaria sem terra.

Vendo que havia tanta gente no Oeste do Paraná, surgiu a ideia, numa reunião de agricultores em Medianeira, de organizar um Movimento próprio,

dos trabalhadores sem terra, para reivindicar o acesso à terra perante o Governo e o INCRA. Ficou claro que deveria ser terra em nossa região, porque do Mato Grosso e da Rondônia tem gente voltando.... E precisava ser uma organização forte – *tão forte como a necessidade da terra*. Por isso precisa ser conduzido por todos os participantes, respeitando-se a opinião e as ideias de todos. A UNIÃO FAZ A FORÇA! (BP. Ano IV, n.º. 17, Julho/Agosto, 1981, p. 25, grifo nosso).

O MASTRO foi resultado da conscientização política dos agricultores e também o resultado de sucessivas injustiças provocadas não só pela construção da barragem da Itaipu, mas pela concentração da propriedade da terra, pelo processo de mecanização da agricultura, crédito rural restrito e desigual, pelo novo padrão produtivo no campo, entre outros problemas agrários e da política agrária. Os resultados obtidos em pouco tempo pelo movimento, foi escrito no *Poeira* pelo engenheiro agrônomo Claus M. Germer:

No fim de setembro o MASTRO fez a sua segunda reunião geral. Nesta data ele só existia a dois meses. No entanto, o seu progresso foi grande. Já havia 22 grupos organizados, reunindo-se regularmente, e nele já tinham se inscrito 1.022 (mil e vinte dois) agricultores que não têm terra ou têm terra insuficiente para viver. Além destes, há mais cerca de 800 agricultores que vão se inscrever. Estes agricultores são somente de três municípios do Oeste do Paraná: São Miguel do Iguçu, Medianeira e Santa Helena. Isto dá uma ideia do grande número de agricultores pobres que existem em todo o Paraná. (BP. Ano IV, n.º. 18, Setembro/Outubro, 1981, p. 22).

Essas conquistas do MASTRO, enquanto movimento e em pouco tempo, além de mostrarem a grande quantidade de agricultores sem terra, indicava que havia terras suficientes para os agricultores, além de provarem que não estavam agindo sozinhos, mas, sim, de estarem organizados.

No dia 13 de outubro de 1982 iniciou a formação de um dos maiores lagos artificiais do mundo e enquanto milhares de famílias lamentavam as terras que jamais veriam a partir de então, a Itaipu/Governo comemorava a vitória. Enquanto uns davam adeus às Sete Quedas, outros exaltavam o enchimento do lago evidenciando os conflitos de interesse, conforme os dois textos abaixo:

Adeus, Sete Quedas	Homenagem ao enchimento do lago
<p>Sete Quedas por mim passaram e todas sete se esvaíram. Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta arrepio. Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes, aos apagados fogos de Ciudad Real de Guaíra vão juntar-se os sete fantasmas das águas assassinadas por mão do homem, dono do Planeta. Aqui outrora retumbam vozes da natureza imaginosa, fértil em teatrais encenações de sonhos aos homens ofertados sem contrato. Uma beleza-em-si, fantástico desenho corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno mostrava-se, despia-se, doava-se em livre culto à humana vista extasiada. [...]</p> <p style="text-align: right;">Carlos Drummond de Andrade</p> <p>Fonte: MAZZAROLLO, 2003, p. 178.</p>	<p>Itaipu, no rio Paraná profundo. Tem a grande hidrelétrica do mundo, As Turbinas, quilowatt em potência. Imensa barragem, concreto e ciência, Própria do forte, que o temor não verga, Ufana justa, mas da Pátria serve.</p> <p>Bandeirante de agora e do futuro, Indo bastar um evoluir seguro, Nas terras brasílica e guarani A emoção sentida, aqui e ali, Com o clangor sonoro da vitória. Irmão paraguaio reparte a glória, Ouro da água, é mina de riqueza No esplendor maior desta natureza, A humana mão consegue, todavia, Líquida selva, tornada energia.</p> <p style="text-align: right;">Gastão Azevedo de Almeida</p> <p>Fonte: UNICON. Ano V, n.º 95, Novembro, 1982, p. 03.</p>

Nesses dois poemas acima, escritos no mesmo ano, em 1982, destacam-se as diferenças/conflitos de interesses. O primeiro foi escrito por Carlos Drummond de Andrade publicado no *Jornal do Brasil* no mesmo ano. Nele expressa a sua inconformidade e a de milhares de pessoas com a destruição do Salto de Sete Quedas. O cartão postal de Guaíra composta de dezenove cachoeiras e considerada a maior cachoeira do mundo em volume de água, desapareceu para sempre, significando uma perda insubstituível e irreparável para a população. Do outro lado, o acróstico escrito por Gastão Azevedo de Almeida, da Diretoria Jurídica de Itaipu, demonstra um forte ufanismo a “grande construção”, a tecnologia, a ciência “envaidecida” de tamanha obra construída pela mão do homem que transformou a selva em riqueza energética, repartindo a “glória” com o Paraguai.

Após o enchimento do lago, outros problemas foram ocorrendo, sendo noticiados pelo *Poeira*, em *As Sete Pragas de Itaipu* denunciaram que o excesso de chuva após o fechamento da barragem e a formação do lago de Itaipu aumentou a erosão em muitas propriedades; previam uma queda de 30% na safra; animais domésticos abandonados pelos colonos que deixaram a área; procriação de insetos decorrentes de água parada; cheiro insuportável em razão de animais mortos; estradas interrompidas e colonos transferidos para outras regiões passando necessidades (BP. Ano V, n.º 25, Novembro/Dezembro, 1982, p. 6 e 7). Isso

significava que, mesmo após a formação do lago, os problemas e injustiças realizadas pela Itaipu não finalizaram, assim como a luta dos expropriados.

3.4 - INFORMATIVO UNICON: O/NO LUGAR DO CONCRETO E DO FERRO

Este item trata da análise do material produzido pela Itaipu/UNICON, através do Departamento de Bem-Estar Social, para compreender como foi construído o discurso pró-Itaipu. Percebe-se, ao analisar os dois principais materiais dessa pesquisa, que se trata de duas “Itaipus”: – uma descrita no Boletim *Poeira* expropriadora e injusta; – a outra descrita no Informativo *Unicon* como uma das maravilhas do mundo moderno, exemplo de grandiosidade, imponência e salvadora de um país em “desenvolvimento”.

A usina foi planejada para atender a necessidade de energia, principalmente do setor urbano-industrial e de serviços instalados no Sudeste brasileiro. Estrategicamente visava garantir a infraestrutura de energia para o processo de recuperação da crise de 1973 no setor produtivo, fortalecendo a base empresarial no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a hegemonia das classes dominantes. Por outro lado, o fenômeno da urbanização e a ampliação dos bens eletrodomésticos no consumo da população urbana e rural requeria que o setor de geração, transmissão e distribuição de energia para o consumo industrial/comercial, residencial e público.

Para justificar tamanha obra, ou melhor, o tamanho da obra, era necessário produzir um discurso para atingir o conjunto da população, dos setores econômico-sociais e de instituições e convencê-los. Por outro lado, no núcleo estratégico da fronteira, além dos meios de convencimento, também foram utilizados recursos e aparatos de repressão e intimidação.

O discurso pró-Itaipu era fundamental para convencer e estabelecer o consenso necessário na população, principalmente àqueles que estavam mais próximos e dentro dos limites da obra, que seriam direta ou indiretamente afetados pela usina. Desta forma, associavam “os sacrifícios” ao valor do patriotismo, convidando os brasileiros que seriam atingidos e os barrageiros (operários da construção civil) a contribuírem e serem partícipes deste crescimento e do espetáculo: a construção da maior hidrelétrica do mundo. Várias foram as formas e meios utilizados para difundir este discurso: panfletos, *jingles*, cartazes, filmes, empregos, favorecimentos, mordomias, apadrinhamentos, especulação, corrupção etc. Uma série de recursos de mídia (escrita e falada) foi utilizada para justificar esse projeto estratégico, dito “nacional”.

Ricardo Martins, na sua dissertação sobre *Ditadura Militar e propaganda política*, indicou a relação da vinculação do governo com os meios de comunicação como uma forma de criar consenso:

No que se refere especialmente aos governos ditatoriais, a utilização da propaganda política enquanto artifício de manipulação de massas fez parte do cotidiano de vários Estados autoritários que pretenderam, de modo geral, impor socialmente projetos políticos que atendiam aos interesses de grupos econômicos específicos disfarçados de projetos “nacionais”, e que requeriam união entre as classes sociais enquanto pressuposto de sua realização (MARTINS, 1999, p. 1)

No período da ditadura militar, além de estruturarem um aparato altamente repressivo para combater as esquerdas, também foi efetivada uma sustentação social que garantisse certo consenso em torno do projeto de desenvolvimento econômico adotado, que vinculou a imagem ou atuação voltada ao crescimento econômico do país, especificamente no final da década de 1960 e início da década de 1970, com o “milagre econômico”. Para que isso fosse viabilizado, o governo de Costa e Silva criou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), um canal de comunicação entre o governo e sociedade civil. Além dos meios de comunicação públicos ou órgão de propaganda oficial, havia os meios de comunicação privados que também disseminavam a ideologia do desenvolvimento sob o autoritarismo, quando não faziam, por vontade ou interesse dos proprietários, propaganda explícita a favor das políticas do governo ou (des)politizando com temas “a-políticos” que contribuíssem para um conformismo social⁴⁵.

Conforme dito anteriormente, no segundo capítulo, após a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, criou-se no lado brasileiro um consórcio responsável pela construção da obra, denominado *União de Construtoras Limitada* (UNICON). O *Informativo Unicon* foi criado no dia 4 de fevereiro de 1978, por um órgão do Departamento de Bem-Estar Social da UNICON. Era bilíngue, português e espanhol, respectivamente para cada lado, e com periodicidade quinzenal, formato de tabloide e com uma tiragem que variou entre 9.000 a 20.000 exemplares. O objetivo, segundo o Consórcio/Itaipu, era divulgar os acontecimentos em todos os níveis de atuação da Itaipu, do ponto de vista deste bloco (Itaipu, governos militares e consórcio no Brasil e no Paraguai).

O informativo conta com uma série de notícias que incluem dados gerais sobre a obra, histórias de barrageiros, apologia à obra e ao consórcio UNICON, informações de utilidade

⁴⁵ Segundo Gramsci, em uma sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através da coerção e do convencimento, com a construção de uma hegemonia. Constrói-se, através dos intelectuais do grupo dominante, a obtenção de um consenso “espontâneo”, caso ocorra um fracasso, esse consenso é obtido por meio da coerção estatal e de ações na sociedade civil (DIAS, 1996, p. 25).

pública (saúde, segurança), entretenimento, esportes, serviços, divulgação de cursos, classificados, notícias sobre os bairros administrados pela Itaipu etc.

Chama a atenção à quantidade de entretenimento oferecido pela Empresa, aos funcionários da Itaipu e familiares, que vai desde lutas de boxe, shows, programação de festas, jantares de confraternização, excursões, concursos e muito esporte, principalmente o futebol. Numa das reportagens, a matéria comenta: “o objetivo é proporcionar a esta gente momentos de sadia descontração, para canalizar as energias num sentido educativo” (UNICON. Ano I, nº. 01, Fevereiro, 1978, p. 05). Essa prática lembra a famosa política do pão e circo adotada na Roma Antiga⁴⁶.

No caso da empresa/consórcio – Itaipu/UNICON – a maior preocupação era com a disciplina e a homogeneização de interesses dos funcionários da Itaipu, citadas inúmeras vezes no informativo. No primeiro editorial encontramos as seguintes frases que traduzem o objetivo do periódico: “para alcançar objetivos comuns”, o periódico vem a ser “mais um elemento de integração” e por fim, “integração de todos os funcionários”.

Há uma preocupação constante em fazer com que os funcionários tenham os mesmos objetivos que é a construção da Itaipu e para isso focam em várias atividades de integração para que todos possam “caminhar” juntos cumprindo o mesmo objetivo, sem qualquer tipo de fragmentação ou heterogeneidade. Qualquer energia existente de contraposição à obra, de crítica em relação à empresa, era canalizada para algo que a empresa acordava ou apoiava, a exemplo dos esportes. Isso demonstra que, no canteiro de obras a disciplina era fundamental.

Assim, evitava-se pensar em outras questões como as condições de trabalho, o excesso de responsabilidade, jornada de trabalho ou o ritmo das atividades, pois eram envolvidos a discutir aquilo que a empresa oferecia como pauta. Nesse sentido, pode-se entender a importância dos esportes, shows, jantares, cursos, escolas de alfabetização etc., para deixá-los ocupados e entretidos. Afinal, eram 40 mil homens trabalhando, no pico da construção. Então havia uma preocupação, por parte da UNICON, de manter a disciplina no canteiro de obra durante a jornada de trabalho e na área principal do complexo (moradia, escola etc.) e em outras atividades e espaços de lazer, esportes e recreação nas horas e dias livres da rotina do ferro e do concreto.

⁴⁶ Naquela época, com medo que a população se revoltasse com a falta de ocupação e com as péssimas condições de vida, acabou criando a política “*panem et circenses*”, ou seja, todos os dias havia lutas de gladiadores e durante os eventos eram distribuídos alimentos entre eles o pão.

Isso explica o poder simbólico que era construído a partir do periódico, um poder invisível, segundo Bourdieu, que permitia conseguir o equivalente àquilo que era obtido através da força ou vigilância⁴⁷.

No primeiro número do Informativo *Unicon*, chama a atenção os conteúdos de suas notícias, das 34 temáticas tratadas no informativo, 20 eram de atividades de lazer e assistência relacionadas a eventos dos campeonatos esportivos, cursos, shows, missas etc. Abaixo seguem as notícias mencionadas:

01. Convite para a segunda prova de integração: corrida de pedestres.

Você corre mesmo? Então não perca a oportunidade de mostrar o seu fôlego na segunda Prova de Integração corrida de pedestres - no próximo dia vinte de seis. [...] Todos os *funcionários* da UNICON, bem como seus *dependentes* e *convidados* poderão tomar parte nesta modalidade esportiva. [...]
Prêmios para os primeiros colocados. (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 1, grifo da autora).

02. Campeonato de Futebol.

No Centro Comunitário do Canteiro de Obras, encerrou-se, no último dia vinte e dois, o primeiro Torneio de Peladas. A promoção contou com a participação de treze equipes. Sagrou-se campeã a esquadra paraguaia do Kosmos, ao derrotar cruzeiro II por um tento a zero, com gols assinalados por Sánches. [...]
Ao serem entregues as medalhas para os campeões e vices, os organizadores destacaram “o bom desempenho disciplinar dos atletas e a possibilidade de novas competições, já que a iniciativa fora bem sucedida [...] (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 8).

03. Escotismo. “Primeiro acontecimento de escotismo no ano de 1978, no qual destaca-se a participação dos funcionários da UNICON para dar cobertura a tal evento.” (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 3).

04. Clube fotográfico. “Peter Hendrix Paul Ropke, engenheiro do Setor de Arquitetura, sugeriu a formação de um clube Fotográfico, com o objetivo de *congregar* os aficionados da fotografia, no sentido de oferecer cursos relacionados com esta arte.” (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 4, grifo da autora).

⁴⁷ “Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração da “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 2007, p. 10).

05. Mobral no canteiro de obras: “Serão inauguradas em breve, no Canteiro de Obras, as instalações do MOBRAL, contendo salas de aula, biblioteca e administração. [...] o MOBRAL oferecerá cursos de alfabetização Funcional e Educação Integrada [...]” (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 5).
06. Programação do carnaval tanto em Foz do Iguaçu quanto a programação em Presidente Stroessner.
07. Luta Livre no canteiro de obra.

Ted Boy Marino foi o ponto alto. O tele-catch⁴⁸ Internacional apresentou-se, no último dia vinte, no Canteiro de Obras. Foi grande o entusiasmo da plateia – em torno de três mil pessoas – que se acotovelavam para ver o espetáculo, oferecido pela UNICON aos seus funcionários. (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 6).

08. Música nos alojamentos.

Vandir Vogt, lubrificador de manutenção, é funcionário da UNICON há quatro meses. Nas horas vagas, torna-se centro de atenção para companheiros do Alojamento A5. No último domingo não foi diferente: empunhou seu acordeão, para alegria geral, e tocou modinhas populares [...] (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 6).

09. Missa e show artístico no Canteiro de Obras.
10. Cursos de pintura e porta-vasos.
11. Aulas de ginástica.
12. Jantar de confraternização.

Funcionários brasileiros e paraguaios do setor de recrutamento reuniram-se para um jantar de fim de ano, no último dia sete, no Restaurante La Carreta, com o objetivo de fortalecer a integração entre os que trabalham no Centro Admissional. (UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 7).

13. Excursões.

Consta do programa recreativo para a Área 4, a realização de excursões periódicas a centros de atração da região. [...] O objetivo é proporcionar a esta gente momentos de sã descontração, para canalizar as energias no sentido educativo [...].(UNICON, nº. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 7).

⁴⁸ *Tele-catch* foi um programa de televisão criado na extinta TV Excelsior do Rio Canal 2, dedicado à exibição de combates de luta livre que combinavam encenação teatral, combate e circo. Durante a década de 1960 alcançou o auge do sucesso, com a presença do herói Ted Boy Marino.

14. Destaques esportivos para: Segundo Torneio de Damas, Torneio de Xadrez, aulas de ginástica feminina, Torneio de Futebol Suíço e Torneio de Tênis de Mesa.

Percebe-se de maneira geral, um extenso espaço dedicado às atividades variadas, para as horas de folga dos trabalhadores contemplando diferentes gostos e interesses. Supõe-se que a intenção, além de ocupar de maneira ostensiva os espaços ociosos dos barrageiros, também alavancar a produção, melhorar o desempenho e a qualidade nos relacionamentos, promover a conscientização da importância do trabalho e diminuir as ausências por doença e tornar a imagem positiva da empresa, interna e externamente.

Além da própria condição de assalariados e os aspectos contratuais do emprego, muitos barrageiros acabavam se identificando com algumas dessas atividades oferecidas pela empresa que, em geral, eram atividades competitivas, gerando, em última instância, o cumprimento da meta da empresa que era a integração e a união entre os funcionários (brasileiros e paraguaios) e a UNICON/Itaipu Binacional, ao mesmo tempo obtinham um melhor rendimento nas atividades de construção da usina.

A competição nessas atividades tinha relação com a própria disciplina no trabalho durante a jornada diária, nos demais horários e dias da semana e nas Vilas residenciais, o que demonstra a vontade que as empreiteiras e a Itaipu tinham em obter eficiência no controle social. O monitoramento e a vigilância também eram realizados nos demais espaços do complexo territorial do canteiro de obras (vilas residenciais, escolas, hospital, áreas de lazer, policiamento etc.).

Cita-se, abaixo, um trecho do Primeiro Editorial do *Informativo Unicon* que apresentou o caráter deste periódico:

Yajhá

Amigo leitor:

Em suas mãos está a primeira edição do informativo UNICON. Chegar a este ponto, supõe-se a criação dos motivos que por sua importância e grandeza, reclamavam a *aparición de um órgão de difusão* que reflita, em suas páginas, os *fechos transcendentais* que vão se desencadeando no dia-a-dia, *modificando a geografia da região de Itaipu*, com o esforço continuado de *todos os que estamos envolvidos na execução de uma obra maior*, para proporcionar, assim, uma opinião pública esclarecida através do diálogo franco e construtivo, cujos anseios projetar-se-ão, invariavelmente, para alcançar os *objetivos comuns*.

Com este fim foram adotadas as providências necessárias para que este Informativo viesse à luz, a fim de se constituir, com o eco de sua voz amiga e fraternal, em mais um elemento de integração.

O jornal pretende *cobrir todos os setores* em que analisam, projetam e realizam atividades que tenham relação com *o trabalho da empresa*. Suas

páginas retratarão, fielmente, esperanças e certezas dos diretores, chefes, encarregados, capatazes, peões, etc., porque estamos plenamente certos de que, absolutamente todos, somos indispensáveis na construção desta Usina [...] (UNICON, n.º 1, 4 de fevereiro de 1978, grifo da autora).

Como não há discurso sem sujeito/autor e não há sujeito(s) sem suas práticas, percebe-se, claramente, quem eram os editores do *Unicon* e que interesses estavam sendo defendidos, qual imagem queriam propagandear sobre a Itaipu/UNICON e os trabalhadores na usina.

Neste primeiro editorial é possível perceber algumas diretrizes do discurso, a exemplo do termo *aparição de um órgão de difusão*, dando uma ideia sobre o aparecimento súbito e de algo já pronto, assim como o termo *atos transcendentais* que dá uma ideia de algo sobrenatural, que está acima da natureza física e intelectual dos homens, ou seja, não se pode combater algo que está sobrepujante à realidade, pois ela é inatingível aos homens comuns. A imagem que o editorial produziu para seus leitores, principalmente para os funcionários e peões da UNICON, era a de que a Itaipu era onipotente, uma empresa transcendental, com poder absoluto, irrestrito e inalcançável aos peões⁴⁹. Outra expressão que chama a atenção é a frase: “*com o esforço continuado de todos os que estamos envolvidos na execução de uma obra maior*”, a palavra *todos* os torna homogêneos na UNICON/Itaipu, o Estado e os atingidos, transformando a vontade individual em algo comum, noção que todos compartilham os mesmos objetivos formando a identidade do grupo. A complementação do termo “*todos*”, com o “*estamos envolvidos*” fortalece a unidade de cada um na obra maior.

O objetivo do periódico também foi expresso no seu editorial com a inclusão do texto “*para proporcionar, assim, uma opinião pública esclarecida [...] para alcançar os objetivos comuns*”. Seu objetivo era atuar na “qualificação” da opinião, sendo essa mais “esclarecida”, ou seja, o objetivo era dizer para os funcionários qual opinião eles deveriam ter sobre as atuações da empresa. Ainda haveria uma intenção de convencimento acerca dos objetivos, como se todos tivessem os mesmos propósitos e esses fossem unificadores na construção da usina.

A hierarquia e a ordem social mantida na obra foram muito bem expressadas no editorial ao colocar os funcionários em ordem decrescente dos cargos e funções dentro da empresa UNICON/Itaipu: “*retratarão, fielmente, esperanças e certezas dos diretores, chefes,*

⁴⁹ Nesse aspecto o editorial da primeira edição do *Unicon* não difere da imagem que a CPT/PR apresentou sobre a Itaipu Binacional na cartilha “O Mausoléu do Faraó”. A comparação entre a história do povo hebreu, escravo no Egito sob o jugo do faraó, com as injustiças impostas pelo bloco da Itaipu também tinha força simbólica para a luta dos expropriados.

encarregados, capatazes, peões etc., porque estamos plenamente certos de que, absolutamente todos, somos indispensáveis na construção desta Usina”.

O título *Yajhá* somente foi explicado no 2º número, pois segundo o editorial:

[...] talvez, tomados pelo entusiasmo inicial de destacar outros acontecimentos importantes, tenhamos esquecido involuntariamente, de definir o referido termo. A expressão *Yajhá*, conforme definição significa: vamos, sigamos, avante! Mas a expressão “foi traduzida com rara felicidade por Francisco Fortes Filho, Diretor Superintendente de nossa empresa, que a usou como sinônimo de união de forças e vontades indefessas, na busca da grande meta que é Itaipu.” (UNICON, n.º. 2, 20 de fevereiro de 1978, p. 2).

Novamente percebe-se a preocupação da UNICON para que todos, no canteiro de obras, tivessem como meta a construção de Itaipu.

O “conforto” espiritual aos funcionários da UNICON estava presente em suas atividades. A força da igreja ou de uma personalidade religiosa, enquanto elemento de convencimento foi contemplado, porém a Itaipu estabelecia que os cerimoniais tivessem que se ater aos aspectos espirituais tradicionais, haja vista a ordem, a disciplina e o conformismo. Assim, a Igreja Católica também estava presente, semanalmente, com missas realizadas no canteiro de obras, porém havia restrições de sacerdote (padre ou bispo), pastor ou religiosa, vinculado à Teologia da Libertação e ao movimento dos expropriados, pois precisavam de permissão para atuar dentro do complexo da Itaipu. Em alguns momentos a UNICON/Itaipu convidou dirigentes de outras religiões, como Divaldo Pereira Franco, do espiritismo.

Argumentos de poder podem ser percebidos nas falas dos representantes religiosos que prestavam atendimento aos funcionários da UNICON. São as falas autorizadas que reafirmam a imagem benevolente da empresa para com seus funcionários. Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, trata dessa questão, da necessidade da classe dominante construir, por intermédio dos ideólogos conservadores, uma visão de mundo com vistas à sua legitimação:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 2007, p. 12).

Segue a fala do Pe. Alcides Angonese, vigário da Paróquia São José, para compreender como o discurso era construído no sentido de atender os interesses da classe dominante, impressos no Informativo *Unicon*:

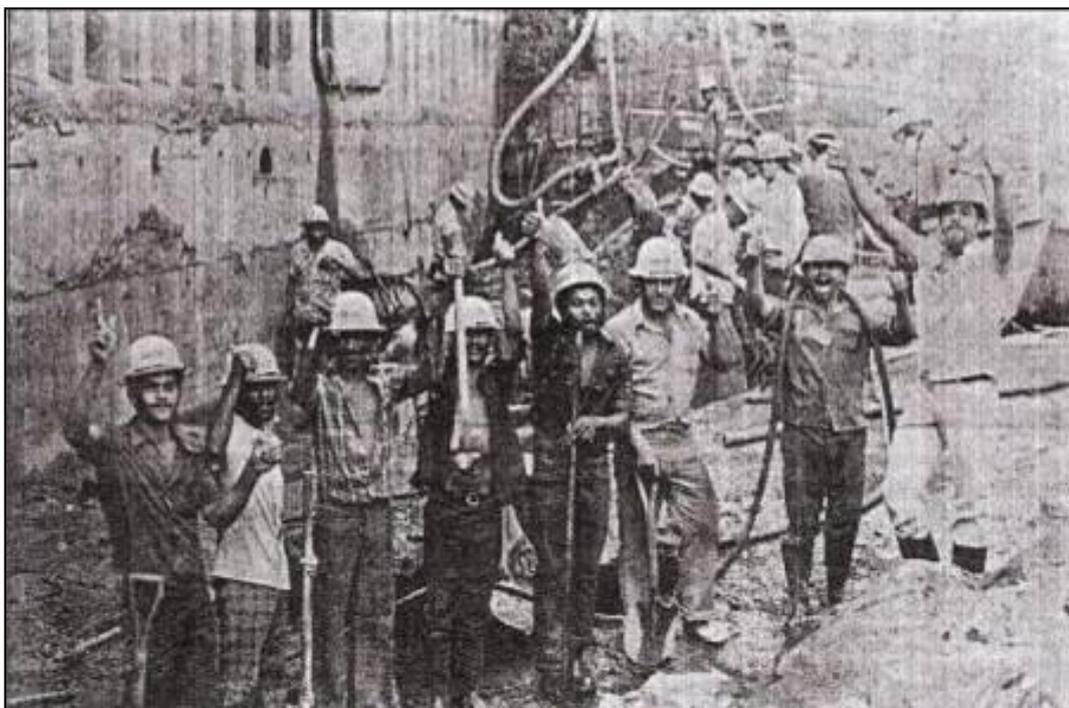
[...] “nos contatos mantidos com funcionários ligados à obra, não tem ouvido reclamações quanto ao tratamento que recebem das empresas”.

Em seguida, acrescentou sua opinião a respeito do mencionado tratamento, ressaltando que, “pessoalmente, julga que a UNICON tem tomado excelentes iniciativas no campo do bem-estar social, tanto em relação aos alojados quanto aos moradores das vilas. Se não existissem tais benefícios acredito que a vida se tornaria difícil aqui ou praticamente impossível. Por isso, tenho como importante pelo aspecto humano, o trabalho daquelas pessoas da empresa, diretamente ligadas ao bem-estar de seus funcionários”. (UNICON, nº. 11, 26 de julho de 1978, p. 5)

Observa-se que não era qualquer representante da igreja que podia entrar no Canteiro de Obras, pois durante as lutas dos expropriados/CPT com a Itaipu, alguns representantes tiveram sua entrada proibida pela direção da Itaipu, em função de apoiar o movimento dos atingidos.

Notícias sobre o desenvolvimento da obra eram constantes no Informativo, já que, visavam fazer com que os funcionários acompanhassem o desenvolvimento do seu trabalho e dessem mais incentivo para os mesmos. Junto ao texto das reportagens também eram colocadas fotos de funcionários levantando suas mãos em sinal positivo a obra, a exemplo do primeiro número do *Unicon* onde consta na capa uma foto de funcionários, aparentemente peões, com uma das mãos levantadas, fazendo pose, demonstrando contentamento, ou seja, eles se prepararam para tirar a foto, pois o registro fotográfico não foi realizado aleatoriamente nem espontaneamente.

FIGURA 18: Yajhá 1º de Outubro!

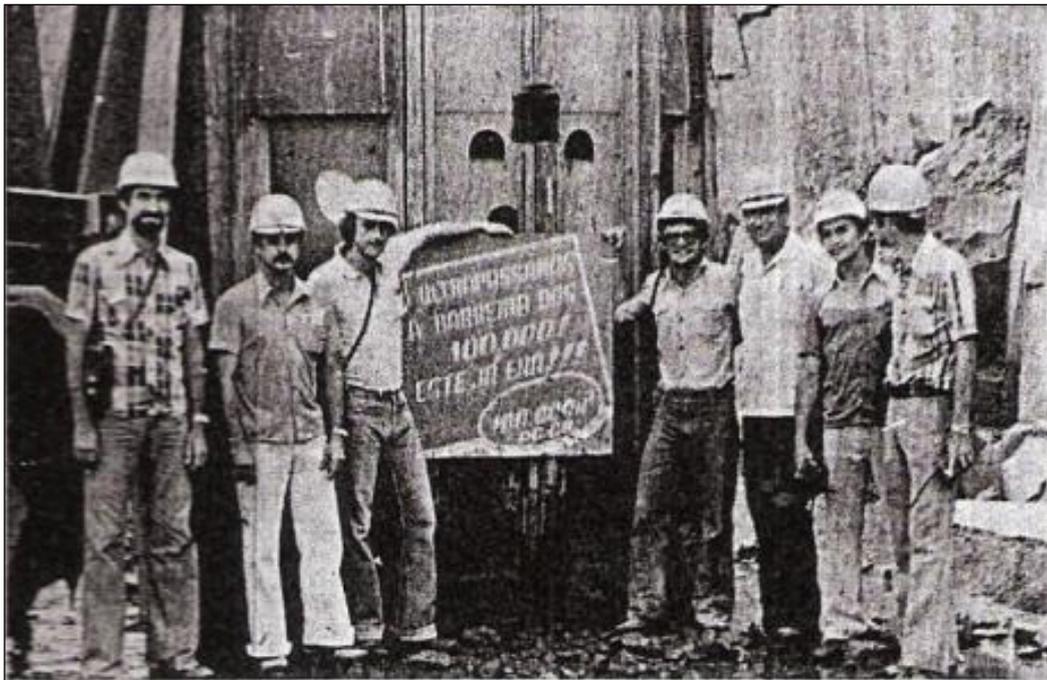


Fonte: UNICON, n.º. 1, 04 de fevereiro de 1978, capa.

Os trabalhos de escavação e concretagem do Canal do Desvio prosseguem em ritmo acelerado. Centenas e centenas de operários revezam-se em dois turnos, mostrando muito otimismo com relação à conclusão do Canal, até primeiro de outubro. Este entusiasmo ficou claro nas declarações que encarregados, feitores e ajudantes de serviços gerais prestaram a este informativo: “A continuar os trabalhos com a mesma garra atual, é certo que isto aqui estará terminado antes do mês de outubro”. (UNICON, n.º. 1, 04 de fevereiro de 1978, p. 2)

Em março de 1978, ao mesmo tempo em que foi criado o projeto Arca de Noé, pela CPT/PR e os expropriados da Itaipu, no informativo *Unicon*, a grande manchete foi “*Concreto: A grande meta dos 100.000 m³ mensais foi antecipada em um mês*”, onde mais uma vez aparecem os funcionários posando para a foto que marcaria a grande meta.

FIGURA 19: Concreto: A meta dos 100.000 m³ mensais foi antecipada em um mês



Fonte: UNICON, n.º. 4, 31 de março de 1978, capa.

Observa-se a centralidade do cartaz “*Ultrapassamos a barreira dos 100.000! Este já era!!!*” que registrou a obtenção da meta, antecipadamente. Os 7 funcionários que registraram o fato não eram peões, haja vista o vestuário, os equipamentos que possuíam e pelas características físico-étnicas, diferentemente da imagem anterior, onde há uma predominância de peões.

E o informativo segue com um texto sobre os dados quantitativos da obra:

Esta é a imagem da surpreendente corrida do concreto que registrou outros recordes diários – dois turnos – após a marca dos 4.068m³ do último dia dois. Já no dia seguinte a esta data, acontecia um novo recorde com 4.605m³. E, nos dias onze e catorze as cifras ganhavam maior expressão apresentando, respectivamente, os números de 4.669m³ e 4.768m³. Estes dados indicavam que a meta dos 5.000 m³ diários de lançamento de concreto também poderia ser atingida ainda neste mês de março. A antevisão deste novo resultado seria confirmada pelo engenheiro Néelson Santiago – chefe de produção do concreto – quando encerrávamos esta edição: “Hoje ultrapassaremos, com toda a certeza, a cifra dos 5.000 m³ de concreto lançados num só dia – dois turnos – consagrando um objetivo que esperávamos atingir somente em abril” (UNICON, n.º. 4, 31 de março de 1978, p. 1).

O Consórcio UNICON tinha um contrato de prestação de serviço com a Itaipu Binacional, no qual estipulavam prazos para a execução dos trabalhos, seguindo o cronograma oficial da execução das obras. Caso houvesse atrasos, o consórcio tinha que pagar uma multa. Havia, então, um grande esforço por parte da UNICON para o cumprimento de

prazos, buscando inclusive a antecipação do término das etapas, desta forma, “o Consórcio buscava de várias maneiras extraírem deles [barrageiros] o máximo de sua força de trabalho, para que fosse possível atingir as metas na área de produção” (MANARIN, 2008, p. 63).

No informativo *Unicon* há muitos depoimentos e histórias de vida dos próprios funcionários, fazendo com que o mesmo se identifique com as declarações, ou seja, não é uma autoridade e sim um peão “igual” que conta sua história, destacando atributos pessoais aceitáveis para um bom funcionário. Isso ajuda a significar o trabalho muitas vezes visto, mas não compreendido. Há também depoimentos dos próprios funcionários com relação à situação da obra.

Segue algumas citações dos próprios barrageiros na reportagem intitulada – *“Barrageiros afirmam: O canal fica pronto até outubro”*:

“Do jeito que vai indo, o canal fica pronto antes do mês de outubro. Creio que em seis meses, estará acabado”. (Aélcio Rodrigues Paulo – feitor de turma)

“Estou muito contente; satisfeito com meu serviço. E, se o trabalho continuar animado, como está, até outubro, o Canal estará prontinho”. (Arlindo Baruta – feitor de Turma)

“O ânimo da turma é o melhor possível, ainda porque são dados prêmios de produção, a este trabalho do setor, de modo que, o pessoal trabalha firme mesmo”. (Marino Abreu da Silva) (UNICON, n.º. 1, 04 de fevereiro de 1978, p. 2).

No informativo há uma total ausência, obviamente, de qualquer tipo de insatisfação com o trabalho desempenhado pelos barrageiros, sendo evidenciada a visão positiva e harmônica da obra. Na pesquisa realizada pelo Ordilei Manarin, foi possível constatar, através das entrevistas realizadas, várias insatisfações por parte dos operários, entre elas, as altas jornadas de trabalho, que podiam chegar a 60 horas semanais, mas que era a forma que eles achavam para se manter no emprego e/ou ganhar mais por hora-extra. Assim, como várias práticas/estratégias utilizadas pelos peões para burlar o sistema no canteiro de obras. Ordilei aponta em sua pesquisa, as diferenças de interesse entre a empresa UNICON e os funcionários, demarcando um ambiente de lutas, disputas e confrontos (MANARIN, 2008, p. 79).

E ainda há, no informativo, uma declaração curiosa sobre os acidentes de trabalho na Itaipu:

... em suas declarações espontâneas, Arlindo fazia questão de dar um desmentido e, ao mesmo tempo, destacar a importância da segurança do trabalho, citando os cuidados que cada um deve tomar trabalhando: [...] “Antes de me fichar na firma, diziam que, no Canal, morriam trinta, quarenta

pessoas por dia. Tudo isso é boato [...]. É só conversa. Nada disso eu vi. É claro que cada um deve cuidar-se. Se não, podem acontecer coisas desagradáveis. Desta forma, eu estou muito satisfeito com meu trabalho (UNICON, n.º 1, 04 de fevereiro de 1978, p. 2).

Sobre os acidentes de trabalho, que parecia ser uma preocupação da Unicon/Itaipu Binacional, foram construídos, a partir do número 10 do Informativo *Unicon*, cartuns representados por dois personagens o *Zé & Pica-pau*, criados por um desenhista da Coordenadoria de Treinamento de Apoio da Assessoria de Higiene e Segurança do Trabalho da UNICON, no qual retratam possíveis situações de acidente de trabalho, em geral atribuindo a responsabilidade para o próprio funcionário, demonstrando de maneira pedagógica a maneira correta de proceder.

FIGURA 20: Zé & Pica-Pau em A Escada



Fonte: UNICON, n. 10, 06 de julho de 1978, p. 5

Zé: Puxa! Esta escada está podre!
 Pica-Pau: E daí? É só para pegar uns tijolos
 Pica-Pau: Não se preocupe, são apenas cupins!
 Zé: Ai! Ela está fazendo barulho!
 Zé: Está longe! É melhor eu pegar uma escada menor!
 Pica-Pau: Ele vai se estourar todo, he! He! He! He!
 Zé: Pronto, já peguei!
 Zé: Epa! Tá balançando!

Zé: Eu já peguei os tijolos!

FIGURA 21: Zé & Pica-Pau em *O Martelo*



Fonte: UNICON, n. 11, 26 de julho de 1978, p. 5.

Zé e Pica-Pau estão trabalhando na carpintaria....

Zé: ♪

Pica-Pau: He! He! He!

Pica-Pau: Esse martelo está solto! Posso me machucar se continuar a trabalhar com ele!

Pica-Pau: Zé estou mais acostumado com esse martelo aí! Troque comigo!

Zé: Tá certo!

Pica-Pau: Ah! Ah! Ele nem percebeu que o martelo está soltando! Se soltar, é ele quem vai se danar, não eu!

O martelo de Zé está se soltando....

Está subindo.... e vai cair....

Adivinhe aonde?

Pica-Pau: Iau!

Conforme demonstrado nas charges acima, as situações representadas no desenho não retratavam, de fato, a realidade da obra de Itaipu, pois certamente, conforme a primeira tirinha, os barrageiros em sua maioria não utilizavam “escadas para pegar ou assentar tijolos”, muito menos utilizavam escadas com cupins, isso não era a realidade no canteiro de obras. Ou

Zé & Pica-pau em Martelo, conforme a figura 21, pois quem imagina que para construir a Itaipu, os peões utilizavam, na maioria dos setores, prego e martelo? Porém havia um forte sentido pedagógico, de educar os barrageiros para a segurança no trabalho. Os instrumentos de trabalho dos peões mais comumente utilizados eram o martelo, pregos e tijolos e de fato representavam uma linguagem na qual os peões estavam mais familiarizados.

Ao tratar da segurança no trabalho, a UNICON tinha em mente a dimensão dos riscos existentes e da fatalidade que um pequeno acidente poderia provocar, afinal, os materiais básicos (ferragem e concreto), as alturas das armações, a profundidade das fundações e o “formigueiro humano” bastava para evidenciar e avaliar a questão.

Conforme o próprio Informativo *Unicon*, eram utilizados, na construção, cabos aéreos com torres de apoio de alturas que variavam de 75 a 90 metros, utilizavam caçambas que tinham capacidade de vinte toneladas de cargas que tinham como lema “fazer bem, em menos tempo, com segurança”. Até mesmo a construção de um refeitório dentro do canteiro de obras é difícil de imaginar a utilização de martelo e escadas de madeiras, pois o local contava com uma área total de 6.000 m² e são de grandes proporções, conforme o próprio informativo adjetiva, desconhecidas. Só para se ter ideia, de catorze panelões existentes, quatro deles comportavam 500 litros cada um, permitindo-se cozinhar, numa só panela, nada menos que duas sacas de arroz de uma só vez. Os demais podem conter 300 ou duzentos e cinquenta litros.

Assim como as tirinhas pedagógicas de segurança no trabalho também havia poemas que mencionavam esse tema. No exemplo citado abaixo, além de reafirmar a “grandeza” da obra e as qualidades esperadas de um bom funcionário também comenta as consequências que um descuido pode provocar:

Trovando pela Segurança
Nesta obra maior do mundo,
É preciso muita atenção:
Ser um operário autêntico
E ter muita devoção,
Trabalhar sem acidentes
Para ser o campeão.

Use no seu trabalho o necessário,
Para isto existem equipamentos
Não faça nada ao contrário
Pra não sofrer ferimentos.
Por isso, em seu trabalho diário,
Não caia no esquecimento.

O trabalhador esquecido

É homem de pouco valor
 Que vai sempre ao perigo
 Sem pedir nenhum favor.
 Despreza o conselho do amigo,
 Acaba não vendo o sol se por.
 Clivaldo José Cazelli
 (UNICON, n.º 11, 26 de julho de 1978, p. 5)

Segundo o Informativo *Unicon*, os acidentes de trabalho diminuiram com a campanha de prevenção de acidentes:

“Iniciada em abril deste ano, a Campanha Permanente de Prevenção de Acidentes vem produzindo resultados animadores, com a redução sensível no índice de acidentes de qualquer natureza”. A declaração foi prestada pelo engenheiro Eduardo Filippini, chefe do Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho [...] (UNICON, n.º 80, 02 de outubro de 1981, p. 6).

A campanha tinha como objetivo a conscientização de prevenção de acidentes, alertando aos riscos que levam aos acidentes e às doenças de trabalho. Segue abaixo os dados estatísticos publicados no *Unicon* (n.º 80, 02 de outubro de 1981, p. 6), em relação aos acidentes de trabalho:

TABELA 6: Horas-homens trabalhadas por acidente fatal (UNICON)

	Horas-homens trabalhadas	Acidentes fatais	Horas-homens trabalhadas por acidente fatal
Janeiro a março	13.807.156	5	2.761.431
Abril a agosto	25.695.873	1	25.695.873
Janeiro a agosto	39.503.029	6	6.583.838
Total de 1976 a agosto de 1981	233.077.990	53	4.397.698

Fonte: UNICON, n.º 80, 02 de outubro de 1981, p. 6.

TABELA 7: Porcentagem de acidentes fatais em relação ao número de trabalhadores da UNICON durante os períodos abaixo:

PERÍODO	Média mensal de trabalhadores	Percentual de Acidentes fatais
Jan/81 a mar/81	18.410	0.027
Abr/81 a ago/81	20.556	0.005
Jan/81 a ago/81	19.757	0.030
Ano 76 a ago/81	13.710	0.386

Fonte: UNICON, n.º 80, 02 de outubro de 1981, p. 6.

Segundo a empresa, o índice de acidentes era considerado baixo em relação à proporção da obra e ao número de trabalhadores nas frentes de produção.

A infraestrutura oferecida pelo Consórcio UNICON também era amplamente divulgada nos informativos, indicando que as famílias dos funcionários da UNICON e os moradores dos bairros criados pela Itaipu também eram um público-alvo do periódico, pois o mesmo fazia questão de demonstrar os benefícios oferecidos pela empresa para com os moradores. A preocupação com a imagem da Itaipu em seu entorno é evidente ao ler o periódico que dedica páginas e mais páginas no sentido de exaltar suas contribuições no benefício da comunidade. O informativo também era utilizado para enviar mensagens, ordens, novos procedimentos etc.

Um exemplo de aviso de novos procedimentos pode-se ver em relação à assistência médica aos funcionários e familiares que dizia: “Como utilizar-se da assistência médico-hospitalar na margem direita (Paraguai)”. Neste aviso explica-se onde procurar o atendimento, quem pode ser atendido, como funciona o atendimento e quais são os serviços que estão à disposição dos empregados e dependentes. Para a margem esquerda (Brasil) também havia avisos.

Nos exemplares, percebe-se uma tentativa de traduzir a obra como algo sobrenatural, como uma figura acima de qualquer ação humana. Este aspecto também pode ser verificado no editorial do Informativo n.º 4:

O espírito cristão de todos os homens que prestam seus serviços na execução desta singular obra de Itaipu, manifestou-se claramente nos dias da Semana Santa que, uma vez mais, recordou-nos a paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

A imposição de uma breve pausa no acelerado ritmo com que se desenvolvem as atividades deste gigantesco empreendimento, trouxe a oportunidade de revelar a mesma união religiosa destes dois povos que se confraternizaram no tempo com o sinal da invocação divina, decididos a registrar seus destinos de grandeza na forja do trabalho e reunir suas preces com o suor da frente, diante dos olhares protetores do Supremo Criador.

A partir da noite da quinta-feira santa – noite de santa ceia – até o sábado, os vários setores de trabalho foram cobertos por um manto de silêncio. A gigantesca estrutura, fruto de enormes esforços, parecia ainda mais imponente em meio à quietude destes dias, erguendo sua rígida imagem para o céu, como o mais mimoso presente da prodigiosa criatividade dos filhos de Deus.

Emudeceu o ronco das enormes máquinas e os operários interromperam, momentaneamente, o eficiente diálogo cotidiano entre os músculos e as rochas, para oferecer seus respeitos ao gesto prodigioso daquele Homem, também operário, que, em sublime sacrifício, entregou sua vida para salvar o mundo.

[...]

[...] O eco festivo dos sinos da Páscoa instalaram-se nos corações de todos os trabalhadores da Itaipu, animando-os a retornar seus instrumentos de trabalho, a fim de seguir batalhando na luta de cada dia com a mesma fé externada nos dias da Semana Santa, para receber radiantes a ressurreição e a

bênção do Todo Poderoso. Avante! Yajhá! (UNICON, n.º. 4, 31 de março de 1978, p. 2)

É interessante observar esse contraponto religioso entre a Teologia da Libertação, que se propõe denunciar as estruturas sociais e econômicas injustas e pensar o sujeito como protagonista do próprio processo de libertação, e essa perspectiva conservadora expressa no editorial do *Unicon*, no qual reforça a ideia de todos serem iguais e unidos em torno de uma religião, executando uma obra “singular” com a bênção do “Senhor”. Compara Jesus Cristo aos barrageiros, pois ambos operários sacrificaram suas vidas para “salvar o mundo”, engrandecendo o trabalho dos barrageiros e dando um significado superlativo ao seu trabalho. No último parágrafo fica mais clara a mensagem do reforço religioso para a manutenção do trabalho, tendo como recompensa a “bênção do Todo Poderoso”.

O Informativo *Unicon* também retratava, através das suas notícias, um pouco do histórico da construção e explicava como cada etapa da obra era realizada e também descrevia o desenvolvimento dos bairros criados pela Itaipu. Percebe-se o desenvolvimento gradual dos bairros que no início, em função dos poucos moradores, era oferecida uma determinada infraestrutura e, com o aumento do número de moradores, aumentou também a necessidade de uma melhor organização. O Informativo *Unicon* era utilizado para ditar as diretrizes de funcionamento dos bairros, conforme segue alguns trechos retirados do Informativo:

Moradores do conjunto habitacional “A” - o setor de Bem-Estar Social – UNICON – do Conjunto Habitacional “A” está prestando os seguintes serviços, em favor dos funcionários da firma e seus dependentes: controle populacional, atendimento de casos sociais, orientações, informações, documentação (carteira de identidade e título de eleitor), aulas de ginástica e vôleibol, Ponto de Encontro (recreação e brincadeiras dançantes) (UNICON, n.º. 1, 4 de fevereiro de 1978, p. 5).

Conjunto Habitacional “C”: A Grande Vila – das 1.300 casas construídas no Conjunto Habitacional “C”, 1.095 já estavam habitadas até quinze de fevereiro. Em outubro do ano passado, chegava o primeiro morador à Vila. De lá para cá, cerca de 4.500 pessoas já ocuparam suas residências. Por outro lado, já foi incluída na planta geral do Conjunto, a área prevista para se construir mais de 2.500 casas, totalizando, com as já construídas, 3.800 habitações para uma estimativa em torno de 20.000 habitantes. Com isso, o Conjunto Habitacional “C” torna-se a maior e mais populosa vila construída em torno da futura usina (UNICON, n.º. 2, 20 de fevereiro de 1978, p. 4).

Vila “A” e Vila “C”: Nova opção de lazer para seus moradores – Dia oito próximo passado, em reunião conjunta com a Diretoria do Ipê Clube, do Conj. Hab. “B”, foi instalada a Comissão Organizadora do Clube que atenderá os moradores dos Conjuntos “A” e “C”.

[...] Em abril serão entregues o conjunto de piscinas – quatro no total - e as praças esportivas; posteriormente, numa segunda fase, a sede social e outras benfeitorias.

[...] (UNICON, n.º. 4, 31 de março de 1978, p. 5)

O que se percebe ao ler o Informativo *Unicon* é a total ausência de conflitos na Itaipu. O informativo retratava a perfeição da obra, da engenharia, do trabalho e suor dos homens que nela trabalhavam e na união “harmônica” de dois povos “irmãos”. Logicamente não encontramos na pesquisa um diálogo direto entre o *Unicon* e o *Poeira*, enquanto se percebe inúmeras tentativas do *Poeira* estabelecer um diálogo com a Itaipu, o contrário não era o mesmo. Primeiro porque o Informativo *Unicon* estava comprometido, tanto financeiramente quanto ideologicamente com um determinado projeto, segundo porque cada qual defendia um projeto e uma causa.

Mas nas suas diferenças de abordagem é possível identificar os projetos de interesse, evidenciando os contrapontos entre os dois órgãos de comunicação. Por exemplo, enquanto no dia 16 de outubro de 1978 os atingidos pela Itaipu realizavam a Iª Assembleia, em Santa Helena, reunindo mais de 1200 pessoas, sendo divulgado no *Poeira* em novembro do mesmo ano as iniciativas do grupo, as suas reivindicações e denunciando a situação e a tentativa do grupo em estabelecer um diálogo com a Itaipu. Na edição do *Unicon* do dia 18 de outubro do mesmo ano foi impressa uma edição comemorativa, com a seguinte manchete, que nos faz associar a célebre frase de Maquiavel que os fins justificam os meios: “Missão cumprida!!!”, nesta edição há uma reafirmação categórica da importância da obra para o caminho do progresso, conforme expresso no editorial:

Um Rio Muda Seu Curso

Existem fatos transcendentais que encadeiam, em seus próprios brilhos, a história dos povos e que, por delegação de seus filhos, levam a marca patriótica daqueles que estimulam a conquista de melhores destinos, a caminho de horizontes promissores. Êxitos relevantes que se acumulam na evolução do tempo para esboçar, com traços indelévels, o ser, a essência e a soberania nacional.

O dia 20 de outubro de 1978 chega como prenúncio de um desses acontecimentos excepcionais. Indubitavelmente, traz consigo as mesmas cintilações que pairam sobre as datas de 22 de junho de 1966 (Ata de Iguazu), 17 de maio de 1974 (Instituição da Entidade Itaipu Binacional) e outras que, mercê da visão do futuro e sentimento de amizade de dois ilustres governantes, plasmaram a comunhão de duas nações para empreender uma epopeia com o nome próprio: Itaipu.

[...]

Paraguai e Brasil, Brasil e Paraguai, mistura de raças na presente hora da América, unidos para vencer o desafio do século. *A geografia nos fez vizinhos; a história, amigos e a economia, sócios*. Esta trilogia de atributos, que orientam nossos passos pelos caminhos do progresso, revigora-se

permanentemente nas águas de um rio magnânimo que conduziu nossos conquistadores, *que rega nossos férteis solos e que agora nos oferece generosamente sua pérola mais preciosa: ITAIPU.*

[...] (UNICON, n.º. 16, 18 de outubro de 1978, p. 2, grifo da autora).

É inevitável questionarmos o preço que foi pago para que o progresso fosse construído, ou reformulando a pergunta, qual o preço que se deixa de pagar para que esses resultados acima propagados sejam viabilizados? Nota-se que a Empresa sabe exatamente o valor real das terras e das vidas que tanto resistiu em pagar, conforme a própria expressão utilizada no último parágrafo da citação acima: *nossos férteis solos e que agora nos oferece generosamente sua pérola mais preciosa: ITAIPU.* A luta dos expropriados, predominantemente, não era a de impedir a construção da Usina, mas sim fazer com que essa “inevitabilidade do progresso” fosse construída baseada numa relação justa. A maior bandeira de luta era pelo preço justo das terras.

O discurso impresso no informativo era que a Itaipu era “a pérola mais preciosa” que as terras férteis, ou seja, ela valia mais que as terras. Mas será que os agricultores que sobreviviam delas pensavam da mesma forma? Certamente não. Mas essa foi uma questão conscientemente ignorada, refratária no Informativo que insistia naquela edição, em reafirmar sua grandeza. Em outra medida, não tinha melhor opção do que comparar a Itaipu a uma pérola, pois, é de uso comum a simbologia dessa “joia natural”, como um exemplo de uma ação dolorida (sacrifício) de longa duração que a ostra passa para, enfim, produzir uma preciosidade aos homens, além da fatalidade do desfecho, pois normalmente a ostra tem um fim trágico no ato da retirada da pérola! O alívio de uma dor causada por um corpo estranho resultará na morte do próprio artífice.

Neste número especial do *Unicon* também há uma grande preocupação em explicar a importância desta etapa da obra para a conclusão do projeto. Na edição há uma retrospectiva dos trabalhos realizados anteriormente e uma apresentação composta por uma pequena biografia dos responsáveis técnicos pela obra. Foi detalhado como ocorreria o sistema de desvio do leito do rio Paraná e o ato da explosão das rochas, realizado pelos presidentes Stroessner e Geisel, como marco de passagem dessa etapa. No final do texto há um convite para a comunidade participar da “festa do Desvio”, com uma programação composta de várias atrações turísticas e distribuição gratuita de camisetas com inscrições alusivas do Desvio do Rio.

No número seguinte do Informativo, obviamente não consta nenhuma palavra sobre a assembleia dos expropriados ou do documento escrito pelo movimento sobre a situação e as

reivindicações dos atingidos a ser entregue ao presidente Geisel. O que consta nesse número é o relato sobre o grande evento do *desvio das águas*, com a seguinte manchete: O Encontro das Águas Marca Novo Desafio.

O caudaloso rio Paraná, um dos maiores do mundo, foi desviado no último dia 20. As 11h15, as 56 toneladas de explosivos desmontaram os diques de Montante e Jusante permitindo que o rio corresse livremente pelo canal, pela primeira vez. O espetáculo das explosões foi assistido pelos presidentes Geisel e Stroessner e por milhares de pessoas que festejaram o evento postados, estrategicamente, nos mirantes montados para tal fim. O encontro das águas deu-se, então, entre a Estrutura do Desvio e a Ponte de Serviço, marcando o início de um novo desafio que será a construção da grande Barragem no leito seco do rio Paraná (UNICON, n.º. 17, 09 de novembro de 1978).

Este acontecimento foi comemorado tanto na margem direita (Paraguai) quanto na margem esquerda (Brasil) com uma grande programação cultural, incluindo uma missa com os bispos de Foz do Iguaçu D. Olívio Fazza e da cidade Presidente Stroessner (Cidade del Leste) P. Agustín Van Aaken. Shows, festivais de música e teatro marcaram este dia comemorativo para a Itaipu Binacional.

Lembrando que Olívio Fazza, o bispo de Foz do Iguaçu foi um dos grandes apoiadores e representante dos expropriados pela Itaipu, participou ativamente das assembleias e das reuniões que os atingidos realizavam com o objetivo de identificar os problemas que estavam passando e criar estratégias de superação. Algumas vezes Olívio Fazza entrava na Itaipu para levar as reivindicações do Movimento Justiça e Terra e negociar melhores condições para os expropriados.

Para esta data, a CPT tinha se programado, através do Dom Olívio Fazza, marcar uma reunião com o presidente Geisel, mas isso não se mostrou possível. O documento construído na primeira assembleia dos atingidos pela Itaipu foi entregue pelos representantes da CPT, pelo Arcebispo de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Fazza, pelo Pe. Valentim Dal Pozzo e o Pastor Werner Fuchs um dia antes da “Festa do Desvio”. Este dia tão comemorado pela Itaipu, expresso no Informativo *Unicon*, foi marcado também por um novo momento de organização dos expropriados, que, através de suas práticas, conseguiram sistematizar suas lutas e conquistar melhorias posteriores.

A segunda assembleia realizada no dia 07 e abril de 1979, em Santa Helena, que teve a participação de mais de 2.500 pessoas, com a presença de dirigentes sindicais, a diretoria da FETAEP, representantes da CONTAG, da CPT Nacional e do MS e também da imprensa, não foi objeto de notícia pelo Informativo *Unicon*, pois o mesmo, que tinha o objetivo de ser um

“órgão de difusão que reflita, em suas páginas, os fatos transcendentais que vão se desencadeando no dia-a-dia, modificando a geografia da região de Itaipu, [...] para proporcionar, assim, uma opinião pública esclarecida através do diálogo franco e construtivo [...] (UNICON, n.º 1, 04 de fevereiro de 1978), não se manifestou sobre a assembleia em suas páginas, nem mesmo de crítica, o que explicita ainda mais o silenciamento como posição do Consórcio e da Itaipu Binacional.

As notícias em destaque, na capa da edição do informativo do mês de abril de 1979, eram a chamada para o início das Olimpíadas de Itaipu, o convite para o show de Fafá de Belém para o dia 1º de maio, em comemoração ao Dia do Trabalhador, a notícia do churrasco que comemorou um recorde mensal de lançamento de concreto, por último, a notícia sobre a construção de uma ponte sobre a estrutura de concreto. Ou seja, havia uma total ausência/silêncio das notícias relacionadas às pessoas que sofreriam os impactos na concretização da obra, que eram os donos das terras, que construíram famílias e uma história na área que seria atingida pelo lago da hidroelétrica e, obrigatoriamente, teriam que abrir mão do que estruturaram para o “bem do país”. Discutia-se entre os atingidos o real preço desse “abrir mão”, que pudesse proporcionar aos agricultores uma nova vida em um lugar semelhante e nas mesmas condições, porém a resistência da Itaipu em realmente pagar o preço justo e dialogar com os atingidos era, de fato, algo muito custoso de ser conseguido, por isso a necessidade constante do movimento se reunir, de se unir e pressionar, de mobilizar e sensibilizar a opinião pública e a empresa para cumprir com aquilo que era de direito dos atingidos.

A terceira assembleia realizada pelo chamado Movimento Justiça e Terra, no dia 16 de março de 1981 em Itacorá, teve como decisão a marcha para Foz do Iguaçu, conforme relatamos anteriormente. Esta manifestação que resultou num acampamento de 54 dias no chamado Trevo da Vergonha, a poucos quilômetros do canteiro de obras da Itaipu, também não foi mencionada no Informativo do *Unicon*, ignorando o apelo popular de centenas de pessoas.

Nos informativos de março a abril de 1981, falou-se do mundo blindado de Itaipu, como se estivesse imune às ações ou influências “danosas” do mundo externo. As notícias traziam informações sobre o andamento da obra, os campeonatos esportivos, o show de Chacrinha com as suas chacetes (Rita Cadillac, Fátima Boa Viagem, Ieda Zepelin, Fernanda Terremoto, Dalva Garça Dourada e Áurea Figueiredo), informações sobre saúde, carnaval e o Festival Artístico de Itaipu. O Informativo ignorava o movimento legítimo e pacífico dos expropriados pela Itaipu.

No processo de construção da Usina, a etapa talvez mais traumática e propagandística – dependendo do ponto de vista – tenha sido os 14 dias de formação do reservatório da Itaipu, que concretizou (sem cimento, mas com água) a inundação de terras, vilas, estradas, matas, lavouras e as Sete Quedas, apagando para sempre a memória de milhares de pessoas, o ambiente desses lugares, além do genocídio ambiental. A imprensa em geral divulgou o “grande feito”, conforme relatou Atenéia Feijó, em matéria publicada na revista *Manchete*, intitulada *O Grande Salto de Itaipu*:

Às 5h30min da manhã de 13 de outubro [1982] último, uma equipe de técnicos já estava a postos e numa expectativa angustiante. Só eles sabiam que, dentro de alguns minutos, as comportas da gigantesca barragem – há oito anos em construção – seriam fechadas, aprisionando o lendário rio Paraná. Bastava que um pequeno imprevisto impedisse o fechamento completo de uma das doze comportas para que logo se iniciasse um processo de erosão naquele colosso de concreto. O problema seria irreparável, verdadeira tragédia para o Brasil e o Paraguai. Mas, às 5h45min, o superintendente da obra, o veterano barrageiro, engenheiro Rubens Viana, deu o sinal verde. Oito minutos depois, o Paraná estava represado. Começou assim a formação de um dos maiores lagos do Brasil. Com 1.350 Km², suas águas se derramariam sobre os campos brasileiros e matas paraguaias, até afogar as belas revoltas Sete Quedas. (FEIJÓ, *Apud*: LIMA, 2004, p. 258).

No Informativo *Unicon* de outubro, a notícia era sobre os preparativos para o “grande acontecimento”. Noticiava-se, entre eles, a conclusão da barragem para deter o rio, domar o Paranazão. O destaque também era para a operação denominada *Mymba Kuera* (que em tupi-guarani quer dizer “Pega-Bicho”). Iniciada em 1978 pelo Departamento de Meio Ambiente da Diretoria de Coordenação da Itaipu, o projeto objetivou a captura e resgate dos animais ameaçados pelo enchimento da represa diminuindo os efeitos da formação do reservatório sobre a fauna, através da transferência de animais encontrados na área para locais onde poderiam ter proteção até o momento de serem reintroduzidos, na maioria dos casos, no habitat natural do Parque Nacional do Iguaçu. A ação do Pega-Bicho foi transformada no grande projeto ambiental, sendo construído como uma ação de redenção dos impactos negativos, demonstrando a preocupação com o meio ambiente:

Desta forma, a ITAIPU Binacional vem, através da Diretoria de Coordenação, executando todas as medidas para reduzir os efeitos negativos da Obra sobre o meio ambiente, *considerando que o respeito pela vida não pode cessar nem mesmo em nome do progresso*. (UNICON, n.º. 50, 18 de junho de 1980, p. 4).

O destaque para essa operação gerou uma série de matérias nos informativos sobre os animais capturados que se encontravam no Refúgio Biológico de Itaipu, descrevendo suas

características e hábitos. O contraponto foi denunciado por Mazzarollo ao publicar em *A Taipa da Injustiça* uma reportagem com um biólogo e antropólogo Cláudio Araújo, no qual constatou as precariedades das condições humanas e materiais da operação Mymba-Kuera.

[...] as equipes haviam capturado cerca de 11.000 animais na margem brasileira e cerca de 10.000 na margem paraguaia – números aparentemente expressivos, mas que se reduzem a nada quando se considera que, para cada animal salvo, pelo menos outros 50 foram vitimados pelo dilúvio (MAZZAROLLO, 2003, p. 181).

O contraponto a esse “grande acontecimento”, da formação do lago, foi descrito no *Poeira*. Dois artigos são fundamentais. Um deles, de autoria de Juvêncio Mazzarollo, intitulado “*Itaipu: saiam todos que o dilúvio vem mesmo*”, (BP, n.º. 23) há uma referência à *nota de alerta* que a Itaipu divulgou nos meses que antecederam a formação do lago.

“Atenção, senhores desapropriados que ainda moram na área do reservatório. No final deste ano, as águas do rio Paraná vão começar a subir para formar o lago de Itaipu. Em duas semanas, uma vasta região será completamente coberta pelas águas.

“Às vezes, por morar um pouco distante do rio, é difícil acreditar que as águas cheguem até sua casa. Mas esteja certo de que, se as suas terras foram desapropriadas por Itaipu, é porque elas estão dentro dos limites do reservatório. E é para impedir que o senhor e sua família fiquem ilhados em sua casa que voltamos a informar que as águas do rio Paraná vão subir mesmo. (...)

“Há pessoas que não sabem, ou não querem acreditar, que em breve tudo isso ficará debaixo da água (...)

“Para que não aconteçam problemas, desde março a Itaipu vem solicitando a todos os colonos que deixem a área do reservatório”. (BP, Ano V, n.º. 23, julho-agosto de 1982, p. 21-22).

A crítica do Mazzarollo mantinha o sentido do holocausto do dilúvio ao se referir ao cenário existente no ambiente demarcado entre o leito natural e o limite do lago.

Se alguém percorresse o Oeste do Paraná sem saber nem mesmo a notícia da construção de Itaipu, ao chegar à área do futuro lago certamente se convenceria de que alguma praga ou alguma radiação atômica tornou a vida impossível ali. E não é outra coisa. A pior das pragas se abateu sobre esta região, sem que qualquer argumento ou protesto tenha merecido alguma consideração por parte dos criminosos que consumaram a barbárie de acabar com tanta coisa inestimável em tão pouco tempo, de uma só vez (BP, Ano V, n.º. 23, julho/agosto de 1982, p. 21-23).

A segunda referência crítica foi escrita pelo pastor Werner Fuchs, no artigo “*As turbinas que Itaipu jamais vai tocar*”, publicada na edição do bimestre correspondente ao fechamento das comportas e o represamento das águas que iriam mover as 18 turbinas

projetadas para gerar a energia elétrica da Itaipu (de 13 a 27 de outubro de 1982). Segundo Fuchs, tratava-se do “enterro do século”:

O “enterro do século” durou oficialmente do dia 13 de outubro até a festança binacional de 5 de novembro de 1982. Foi um lago de 29 bilhões de metros cúbicos que sepultou belezas naturais irreparáveis e 140 mil hectares de terras fertilíssimas. Os preparativos do funeral vêm desde 1973, quando o casal “Progresso” e “Energia” planejou o crime. Com ajuda de muitas comparsas, acumularam a fortuna, e agora, pelo jogo de interesses, a água será canalizada para 18 turbinas que deverão gerar o produto final, o quilowatt, que tem uma ciclagem muito variada. Alguns desses “carrosséis de lambari” estão bem engraxados, outros jamais vão funcionar. (BP, Ano V, nº. 24, setembro/outubro de 1982, p. 5).

Werner Fuchs acentua a linguagem trágica. Criativamente associou as 18 turbinas aos problemas sociais, políticos e ambientais que continuariam existindo. O artigo tem 4 páginas, porém algumas dessas turbinas merecem ser citadas:

[...]

3 - Turbina do desvio: Há muitos anos esta turbina está drenando os recursos do povo brasileiro (o BNDE, BADEP, bancos privados) que deveriam correr pelo leito da prosperidade integral do país.

4 - Turbina da destruição: Acabou com as Setes Quedas e vai mudar todas as condições climáticas e ambientais. Mas para dar assunto aos noticiários, serão recolhidas as sobras, pela “operação pega-bicho”.

5 - Turbina do atraso: Todos os cronogramas estão rigorosamente em dia, afirma o diretor. Mas omite e demora na construção do “linhão” e esquece que a primeira promessa de concluir as indenizações fixava o prazo de dezembro de 1980.

[...]

7 - Turbina da prepotência: Sem perguntar às vítimas, gerou a expulsão de 8 mil famílias no Brasil e 2 mil no Paraguai. [...]

8 - Turbina da traição: Entrou em atividade sempre que Itaipu tinha assinado uma promessa aos colonos organizados no Movimento Justiça e Terra. O acordo de pagamentos rápidos, justos e integrais tornaram-se letra morta, para a desilusão dos que acreditavam em “cavaleiros”.

9 - Turbina da cascata: Movida om “lágrimas de crocodilo” de governantes preocupados com os atingidos, mas que em tempo certo nada fizeram para impedir o projeto do dilúvio. Esta turbina usou de muita psicologia, demagogia e intimidação para enfraquecer a resistência do povo.

10 - Turbina da ganância: Deu força total às empresas de colonização, cujos corretores caíram em cima dos indenizados “como moscas sobre o esterco”. O colono, que não teve tempo para descobrir que o melhor teria sido exigir a troca de terra por terra, tentou dar o salto para tornar-se um pequeno empresário na Amazônia, ou assistiu como o dinheiro acaba depressa e mal lhe permitiu ficar por aí, na beira das cidades. Em ambos os casos, valores humanos e de família, foram águas a baixo.

11 - Turbina de geopolítica: Já produziu a dependência das nações vizinhas do Brasil, não apenas pelo controle do fluxo das águas, mas pelo entrelaçamento econômico, que recebe sua justificativa de uma suposta doutrina da Segurança Continental.

[...]

16 - Turbina da justiça: Turbina que anda sempre empurrada, só gira com a pressão do povo. Ainda em fins de setembro, poucos dias antes do fechamento, o Movimento Justiça e Terra teve que denunciar as injustiças que a Itaipu praticava contra os últimos; marcando reunião para a semana seguinte. A possibilidade de mais uma manifestação popular fez os homens da binacional correr: - depositarem 12 casos na justiça, pagaram os posseiros e últimos proprietários, apareceram com as propostas para os que esperavam pela indenização da rede elétrica, enfim, queriam provar que fazem jus ao bom salário que lhes veio mais pontualmente do que o cheque do expropriado.

[...]

18 - Turbina da humildade: Nela não cabem os grandes volumes de Itaipu, pois ela recebe somente os pequenos. Como diz o profeta Sofonias: “Deixarei no meio de ti um povo pobre e humilde, que confia unicamente no Senhor” (Sofonias, 3, 12). (BP, Ano V, n.º. 24, setembro/outubro de 1982, p. 5 a 8).

Com todas as denúncias realizadas pelos representantes dos atingidos, questiona-se se de fato houve uma real preocupação e respeito pela vida dos expropriados, ou será que em nome do progresso milhares de famílias deveriam ser sacrificadas? Ao contrário de que foi propagado no *Unicon*, o projeto da Itaipu Binacional não era um infortúnio natural àqueles que viviam no entorno do Rio Paraná, no espaço entre Foz do Iguaçu e Guaíra, percebe-se o caráter histórico dos confrontos e contrapontos e os custos sociais do casamento progresso-energia.

O Informativo *Unicon*, como foi colocado no início desta exposição, foi um periódico produzido pela Itaipu/UNICON, logo, os interesses expressos nos impressos eram aqueles que favoreciam o projeto oficial da hidroelétrica e seu bloco governamental-empresarial. Produziam uma imagem de harmonia na UNICON e de grandiosidade e benevolência, reforçando a ideia de integração Brasil-Paraguai. Os acontecimentos em torno da obra eram selecionados de acordo com esses interesses, podendo ou não descrever os movimentos que giravam em torno da obra, como os de contestação do projeto e das injustiças praticadas pela Itaipu em relação aos atingidos e ao ambiente, que logicamente não eram contemplados nas páginas do informativo. As histórias dos moradores da região, da luta por uma indenização justa, do movimento organizado pelos pequenos unidos ou até do processo de proletarização destes moradores foram ocultados, silenciados e ignorados no principal órgão difusor de informações sobre a obra.

A revista é instrumento que permite noticiar, defender e encaminhar ações de sujeitos concretos (SILVA, 2005), no caso do *Unicon*, não se trata exatamente de uma revista, propriamente dita, mas é um periódico que cumpre os mesmos objetivos. Existe uma escolha

prévia sobre os acontecimentos permitidos para serem discutidos. No final, a memória construída sobre a obra não será propriamente o que de fato aconteceu e como aconteceu, mas o que foi escolhido informar, enquanto registro, para preservar e materializar numa fonte histórica.

CONCLUSÃO

Neste trabalho foram analisados dois periódicos produzidos por sujeitos que participaram de diferentes maneiras do processo que envolveu a construção da usina de Itaipu. O Boletim *Poeira* e o Informativo *Unicon* foram pesquisados com o objetivo de expor as contradições deste empreendimento construído com base em muitos conflitos. Os dois instrumentos de organização foram pensados não só para noticiar o que acontecia, mas também educar e organizar seus leitores diante da construção da hidrelétrica binacional.

Houve muita resistência por parte dos expropriados, conforme analisado no trabalho. Muitos deles tiveram que sair de suas terras sem uma indenização justa. Diante da constatação do embuste do “preço justo”, os expropriados criaram, principalmente através da atuação da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base, um movimento social de resistência e reivindicação que incluiu a produção de materiais de formação e comunicação, a exemplo do *O Mausoléu do Faraó*, o *Boletim Poeira* e *A Taipa da Injustiça*, nos quais socializavam as ações, propuseram formas de organização e de discussões e denunciavam as injustiças que sabiam que a direção da Itaipu realizava.

Por outro lado, as empresas do consórcio UNICON, criaram o Informativo *Unicon*, voltado principalmente para os barrageiros, no qual se constatou não se tratar de um veículo de comunicação que dialogava com os expropriados, pelo contrário, na pesquisa realizada fica evidente o total silenciamento com as causas do Movimento Justiça e Terra, retratando em suas páginas a “magnitude” da obra, as inúmeras atividades oferecidas para os funcionários, as festas comemorativas e biografias dos engenheiros responsáveis pela obra, descartando qualquer menção aos agricultores, índios, posseiros e arrendatários que tiveram que obrigatoriamente sair de suas casas para viabilizar esse “megaprojeto”.

De um lado, vimos as constantes lutas empreendidas pelos expropriados que lutavam por justiça nas indenizações (terras, estabelecimentos, benfeitorias, investimentos em

infraestrutura e lucros cessantes etc.); do outro, o bloco Itaipu Binacional tinha seus interesses e se articulava com várias estratégias para ludibriar o movimento. As diferenças tinham caráter de confrontos (práticas de efetivação dos projetos e resistências) e de contrapontos (construção de legalidade e/ou legitimidade dos projetos) que foram tecidos nas lutas sociais realizadas, principalmente no período da construção da barragem.

Entendendo ser a pesquisa uma prática que requer avanços constantes, já que visa o acréscimo ou superação da produção historiográfica existente, esperamos que novas pesquisas surjam para compreendermos melhor esse movimento importante de organização e resistência construída pelos atingidos de Itaipu. As fontes utilizadas nesta pesquisa, *Poeira* e *Unicon* não foram esgotadas e, certamente, possibilitarão novas pesquisas que tratarão de questões não contempladas neste trabalho.

A pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico e/ou de pesquisas que marcaram as abordagens sobre a história dos expropriados e das ações da Itaipu Binacional. Destacamos os trabalhos de Osny Duarte Pereira, Christian Caubet, Ricardo Canese, Paulo Schilling, Wagner Enis Weber, Miriam Zaar e Tão Gomes Pinto, pois analisam os aspectos em torno da construção da usina desde as implicações na relação internacional com os demais países vizinhos, o direito internacional, permeando as negociações, até a análise do resultado da usina para os dois países, além de tecerem diversas críticas a respeito da obra. Trabalhos importantes também foram realizados pelo próprio Movimento dos expropriados, que puderam denunciar ações, estratégias, embates realizadas pela Itaipu, durante o processo de expropriação. O primeiro documento produzido pela CPT foi *O Mausoléu do faraó* e depois *A Taipa da Injustiça*, sendo o último redigido por Juvêncio de Mazzarollo, importante apoiador do MJT. A pesquisa de Guiomar Germani, Maria de Fátima Ribeiro, Davi Schreiner, Sérgio Targanski, Ivone Lima, Judite Schmitt e Odirlei Manarin são relevantes, pois retrataram o ponto de vista dos atingidos, da CPT, do posterior surgimento do MST no Paraná, do MASTRO, além da visão dos operários da usina. Por último pontuamos trabalhos realizados em torno da cidade de Foz do Iguaçu e seus impactos ocasionados pela construção da usina, a exemplo de Luiz Eduardo Catta, Emílio Gonzalez e Aparecida Darc de Souza.

No capítulo II foi descrito a história da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu com a problemática mundial da crise do petróleo (crise energética) e o contexto nacional da ditadura militar que tinha o lema “segurança e desenvolvimento” para o crescimento do Brasil. Também apresentamos algumas transformações produzidas pela e a partir da obra na região e seu entorno, como o aumento populacional no município de Foz do Iguaçu e as desapropriações de moradores nas áreas que seriam atingidas pelo lago, bem como a trajetória

da ocupação realizada na região no período pós-1945. Foi necessário esse retrospecto para compreendermos toda a implantação do projeto, o que estava em jogo, como foi formalizado e em que contexto histórico. Também foi necessário conhecermos a origem dos sujeitos expropriados pela Itaipu, de onde vieram e como construíram suas vidas no Oeste do Paraná.

Finalizando a discussão, o Capítulo III propõe uma análise sobre os confrontos e contrapontos que ocorreram entre os expropriados e a Itaipu, tendo por referência o Boletim *Poeira* e o Informativo *Unicon*. Para isso, contextualizamos a temática da luta pelo direito a terra, procurando discutir algumas questões teóricas e conceituais, como o papel da CPT, enquanto intelectual orgânico que em conjunto com os atingidos procuravam a partir das mobilizações e discussões quebrar a construção do consenso estabelecido pelo bloco Itaipu. As charges e imagens foram utilizadas na pesquisa para compreendermos como eram “construídos” e seus sentidos no conteúdo do Boletim *Poeira*, pois faziam parte da crítica sobre as situações que vivenciaram. O Informativo *Unicon*, como colocado no início desta exposição, foi um periódico produzido pela Itaipu/UNICON, logo, os interesses expressos nos impressos eram aqueles que favoreciam o projeto oficial da hidroelétrica e seu bloco governamental-empresarial. Produziam uma imagem de harmonia na UNICON e de grandiosidade e benevolência, reforçando a ideia de integração Brasil-Paraguai. Os acontecimentos em torno da obra eram selecionados de acordo com esses interesses, podendo ou não descrever os movimentos que giravam em torno da obra, como os de contestação do projeto e das injustiças praticadas pela Itaipu em relação aos atingidos e ao ambiente que, logicamente, não eram contemplados nas páginas do informativo que servia para fundamentar o projeto de desenvolvimento urbano-industrial e agrícola conservador dirigido pelo governo federal. O objetivo era construir uma imagem positiva e sem contradições da obra, além de convencer as pessoas da importância deste projeto para o país e da necessidade de algum sacrifício que uma parcela da população atingida teria.

A Comissão Pastoral da Terra que esteve ao lado e junto com os atingidos, ajudando a organizar o movimento de luta por uma indenização justa da propriedade da terra, haja vista a impossibilidade histórica de evitar a construção da Itaipu Binacional, teve a oportunidade de ampliar a organização e mobilização dos expropriados. Assim, contrapondo a trajetória de luta dos expropriados através do Boletim *Poeira* à imagem oficial da construção da barragem, divulgada no Informativo *Unicon*, foi possível perceber o quanto um grupo minoritário se organizou e se contrapôs à opressão e injustiças praticadas pela Itaipu. Também foi possível perceber, através da pesquisa realizada, uma ampliação da conscientização política construída ao longo das experiências de lutas dos expropriados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

INFORMATIVO UNICON Nº 1. Cascavel: 4 de fevereiro de 1978 a nº 117. Cascavel: dezembro de 1985.

CPT **BOLETIM POEIRA**. Março de 1978 a janeiro de 1986.

CPT. **O Mausoléu do Faraó**: Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. CPT, 1978. (mimeo).

CPT. **A Taipa da Injustiça**. CPT, 1980.

OBRAS SOBRE A ITAIPU

A Usina Hidrelétrica de Itaipu. Itaipu Binacional, 1990.

CANESE, Ricardo. **La problemática de Itaipu**: análisis de los principales aspectos económicos, financeiros y energéticos. Asunción: Base, 1990.

CAUBET, Christian G. **As grandes manobras da Itaipu**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CODAS, Gustavo (org.). **O direito do Paraguai à soberania**: a questão da energia elétrica. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CONSTRUÇÃO DA PESADA. **Itaipu: a conquista dos maiores índices de desenvolvimento tecnológico já alcançados pelo homem**. Ano 9, n. 98, p. 15-174, março, 1979. Novo Grupo editora técnica Ltda. CAVALHEIRO, Maria Thereza. (editora).

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: Edufba: ULBRA, 2003.

ITAIPU Binacional (Brasil). Diretoria Jurídica. **Natureza Jurídica da Itaipu**. Curitiba: Itaipu Binacional, 2004.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Niterói: Germânica, 2006.

MASCARENHAS, Milena Costa. **A construção de Itaipu e os reflexos na educação de Foz do Iguaçu**. Cascavel – PR: Unioeste, 2008. 42 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira), Centro de Comunicação, Ciências e Artes, Cascavel, 2008.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

MONTEIRO, Nilson. **Itaipu, a luz**. Curitiba: Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 1999.

PALMAR, Aluizio. COTA 220. In: STERLING, German. **Abordagens historiográficas na fronteira**. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006. p. 137-152.

PINTO, Tão Gomes. **Itaipu**: Integração em concreto ou uma pedra no caminho?. São Paulo: Manole, 2009.

PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu – prós e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas**: histórias e memórias de 1966 a 1984. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006. 260 f. Tese (doutorado), Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

_____. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SCHILLING, Paulo R., CANESE, Ricardo. **Itaipu – geopolítica e corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHMITT, Judith Veranisa. **Os atingidos por Itaipu**: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Marechal Cândido Rondon, 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SCHREINER, David Felix. **Entre a Cruz e a Utopia**: Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. São Paulo: USP, 2002. 460 f. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

Superintendência de Engenharia da Diretoria Técnica e Superintendência de Comunicação Social da Itaipu Binacional. **Usina Hidrelétrica de Itaipu**: aspectos técnicos das estruturas civis. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2008.

TARGANSKI, Sergio. **Rumo ao Novo Eldorado**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

WEBER, Wagner Enis. **Itaipu e o Paraguai**: o renascer de uma nação. Asunción: Enfoque Econômico, 2008.

ARTIGOS UTILIZADOS

BARROS, L.. **A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (década de 1960)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, América do Norte, 3, dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/475/343>>.

Acesso em: 27 Abr. 2010.

ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu). **O Uso de Instrumentos Econômicos de Política Ambiental no Desenvolvimento Econômico: O Caso dos**

Royalties da Itaipu Binacional Em Foz Do Iguaçu. Foz do Iguaçu. Disponível em: <acifi.net/home/documentos/royalties.pdf> Acesso em setembro de 2007.

Barbosa, Denis Borges. **Definição do que são royalties no Imposto de Renda.** Disponível em: <denisbarbosa.addr.com/145.doc> Acesso em fevereiro de 2008.

Jornal de Itaipu Eletrônico. Disponível em: <http://jie.itaipu.gov.br> Acesso em fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Fernando Machado. **Hidrelétricas: um caminho seguro para o desenvolvimento, ou uma forma plena de destruição sócio-ambiental?** Nov.; 2005. Disponível em:

<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Fernando%20Machado%20de%20Oliveira.pdf> Acesso em fevereiro de 2008.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BENINCÁ, Dirceu; ALMEIDA, Antonio Alves de. **CEBs: Nos trilhos da inclusão libertadora.** São Paulo: Paulus, 2006.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Berttand Brasil, 2007.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o estado: por uma teoria materialista da filosofia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTANHO, Dom Amaury. **Caminhos das CEBs no Brasil.** Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro do Poder: uma análise da mídia.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT: Pastoral e Compromisso.** Petrópolis: Vozes, 1983.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. **O Cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil.** Amsterdam: CEDLA, 1990.

FERNANDES, Dom Luís. **Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base.** Petrópolis: Vozes, 1984.

KIRINUS, Gernote. **Entre a cruz e a política.** Beija-flor. [1979?]

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história.** Foz do Iguaçu, PR, 2001.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo: Cortez, 1991.

MARINS, José; e equipe. **Comunidade Eclesial de Base: Prioridade Pastoral.** São Paulo: Paulinas, 1976.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e educação rural no Brasil**: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de leitura / faperj, 2007.

_____; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1980. São Paulo: Ática, 1991.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Memória dos movimentos sociais no Oeste do Paraná**: Gernote Kirinus, Adriano Van de Vem, Werner Fuchs. Campo Mourão: FECILCAM, 2009.

MORAES, Ceres. **Paraguai**: A consolidação da ditadura de Strossner – 1954-63. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PETRINI, Carlos João. **CEBs**: Um novo sujeito popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU. **Foz do Iguaçu – Retratos**. Umuarama: Campana e Alencar, 1997.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

SANTOS, Silvio Coelho. **A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Índios no Sul do Brasil**. In: HELM, C.M.V. (Coord). **A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba, IAP/GTZ, 1996.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 – 2002)**. Niterói: UFF/UNIOESTE, 2005. Tese (doutorado).

SCHAFF, Adam. **O Marxismo e o Indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste Paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1987.

ZAAR, Miriam Hermi. **A Produção do espaço agrário**: da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 1999.